

TESE LIVRE-DOCÊNCIA

Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Tese apresentada ao Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, *Campus* Rio Claro (SP), com vistas à realização do Concurso de Livre-Docência

Especialidade: Teorias e Métodos em Geografia.

Rio Claro, 2022.

Introdução

A análise do processo capitalista de valorização do espaço na perspectiva da teoria marxista do valor nos colocou frente à necessidade de estudos com maior alcance e profundidade em torno das obras de Marx. A leitura empenhada pelos geógrafos em relação às obras ou fragmentos de textos escritos por Marx foi extremamente dificultada, tanto por razões de natureza teórica, dando-se no âmbito exclusivo da academia, quanto por condições políticas externas à Geografia: censura, estado de exceção/ditadura civil-militar no Brasil. As lacunas conceituais e de método e, muitas vezes, a leitura rápida e superficial dos comentaristas de Marx, os chamados marxistas ocidentais, não contribuíram efetivamente e de maneira esperada com a produção bibliográfica que se deu a partir das décadas de 1970 e 1980. Outra grande dificuldade encontrada pelos geógrafos, particularmente no Brasil, refere-se ao desconhecimento, parcial ou completo, do conjunto dos escritos de Marx e Engels, conhecidos como *MEGA* 1 e 2 (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*), e das poucas obras traduzidas durante os anos 70 e 80. Sem considerar, nestes casos, os problemas relacionados às traduções, comentários e prefácios das edições publicadas.

Contudo, a pesquisa que realizamos não guarda, de modo algum, um caráter corretivo sobre as fontes que consultamos, sobretudo, as diretamente ligadas à análise da valorização do espaço. Tampouco, procurou-se realizar a construção de um arsenal argumentativo com o objetivo de apontar uma crítica negativa sobre a análise marxista na Geografia. O que, de fato, apresentamos neste Relatório são os resultados de análises sobre o que acreditamos ser essencial sobre o nosso tema de pesquisa.

Como elucidamos na Proposta Inicial de Pesquisa, o ponto de partida para a análise da valorização do espaço foi o conjunto de escritos dos geógrafos Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. Ambos procuraram, em diversos momentos de suas obras, ensaios e artigos desenvolver uma análise do espaço a partir do processo de valorização capitalista. Para tanto, afirmaram a necessidade de partir da análise do valor e de sua categoria fundante: o trabalho. Considerada a confirmação da premissa básica, buscaram o que acreditavam ser a caracterização dos conceitos de valor, trabalho, mercadoria, divisão social do trabalho, capital fixo e formas de

circulação. Esses conceitos adquiriram, na análise dos autores, um sentido explicativo a partir da lógica dos movimentos de concentração e centralização do capital.

Uma vez caracterizado os conceitos e apontado, *grosso modo*, o contexto histórico dos movimentos do capital, os autores propuseram chegar a uma análise da valorização do espaço através da investigação sobre as formas de fixação e transferência de valor, mediante a objetivação do trabalho e sua fixação ao solo. A distinção necessária e fundamental explicitada em relação ao momento de valorização *do* espaço e do momento de valorização *no* espaço apresenta-se também como uma diferenciação histórica dos processos sociais cuja espacialidade encontra-se no centro da interpretação sobre a relação sociedade-espaço.

A exposição sobre a valorização do espaço visava delucidar, inicialmente, a histórica conversão da superfície terrestre em propriedade privada. A universalização da propriedade privada colocou-se como condição de realização de uma outra categoria, a saber, a renda fundiária. Inferindo sobre esta última, os autores apontaram para a importância dessa categoria na interpretação das formas de extração de mais-valia e apropriação de lucro. O papel conferido à circulação e ao consumo do espaço no processo de reprodução do capital permitiu, assim, estabelecer novas bases para a interpretação da espacialidade das relações sociais e, conseqüentemente, uma re- interpretação do espaço geográfico concebido, a partir daí, como condição e meio de produção.

Nesse sentido, a estrutura de apresentação do Relatório que ora apresentamos orienta-se pela metodologia de exposição do conteúdo do objeto de investigação, ou seja, segue a trajetória da efetivação lógica das categorias do ser social e a análise de suas expressões geográficas e históricas. As categorias, vale frisar, não são construtos abstratos operacionalizados pela razão instrumental ou pela estética da lógica formal, mas formas de existência do ser social em suas dimensões práticas e ideopolíticas. As categorias como concreto-pensado remetem as determinações e as conexões dialéticas e históricas internas do processo de efetivação da sociabilidade imposta pelo capital, isto é, pela totalidade das relações que se configuram nas particularidades das formações sociais concretas capitalistas.

A exposição do método em ciências humanas e, particularmente, na Geografia, deve considerar alguns pontos que, na concepção aqui defendida, são fundamentais ao aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa. A apresentação desses pontos

segue a partir de notas recolhidas em quatro autores: José Chasin (2009), com a obra *Marx: o estatuto ontológico e Resolução Metodológica*; Jesus Ranieri (2011) em *Trabalho e Dialética*; e Helmut Reichelt (2013-2011) com a obra *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx* e o artigo intitulado *Que método Marx ocultou?* E, finalmente, as contribuições de Michel Heinrich (2014) no artigo *Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea*.

O primeiro ponto refere-se à *fundamentação ontoprática do conhecimento*; o segundo, diz respeito à *determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto*; o terceiro ponto é o que podemos chamar, com base em Lukács, de a *teoria das abstrações racionais* e o complexo da *lógica de concreção*. E, finalmente, a *exposição e o desenvolvimento categorial*.

“A fundamentação ontoprática do conhecimento, pela autogênese do homem e o correlativo engendramento de sua própria mundaneidade, remete, de saída, à determinação social do pensamento, [ou seja], a sociabilidade como condição de possibilidade do pensamento” (CHASIN, 2009, p. 105). A teoria marxiana consiste na própria exposição do complexo do pensamento, unificando sujeito-objeto, isto é, a determinação social do pensamento e o processo de formação histórica do objeto. Ou melhor, considera “a atividade da consciência no interior da malha real em que ela se manifesta e produz” (CHASIN, 2009, p. 120)

Neste caso, a teoria apresenta como fundamento último de seus pressupostos, a dimensão da práxis social em sua totalidade. Pode-se afirmar que a obra de Marx é não somente uma crítica radical à teoria burguesa e a sociedade capitalista, mas, sobretudo, uma obra teórica revolucionária. Os ambiciosos objetivos a que Marx se propôs em suas pesquisas, levantou sérios problemas quanto ao método, daí a natureza complexa e nebulosa dessa questão em toda a sua obra.

Em relação às abstrações, são concebidas por Marx como sendo representações gerais derivadas do mundo social. “Apropriações mentais, as abstrações ontológicas são determinações ou categorias simples, e, enquanto tais, como *em toda ciência histórica e social em geral*, estão dadas *tanto na realidade efetiva como no cérebro*, ou seja, *exprimem, portanto, formas de modos de ser, determinações de existência*” (CHASIN, 2009, p. 132). O segundo aspecto das *abstrações* encontra-se na *Introdução de 1857*, o famoso segmento intitulado *O método da economia política*. Marx inicia por uma

advertência: *Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva [...]. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso.*

Na argumentação de Chasin, “é a respeito dessa demanda teórica bem específica que se desenrola a explicação marxiana; assim, é argüido que partindo do todo imediato, manifesto por seus complexos parciais (cidade, campo, produção, população, classes etc.), desemboca-se numa *representação caótica do todo*, pois a totalidade ou cada parte abordada redundam em simples abstração, se desconsiderados os vetores que a integram, por exemplo, a população sem as classes. Essas, por sua vez, [...] são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada” (2009, p. 143).

Marx, nesse sentido, considerando a nascente economia do século XVII, mostra que suas investigações *começavam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.*, mas observou igualmente que *terminavam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.* Ou seja, partindo do todo vivo, porém sem se deter na representação caótica: *através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples.* Por meio desse aprofundamento analítico das abstrações, vale dizer, da determinação mais precisa de elementos da representação caótica, é que se atinge, a certo custo e demora, a configuração de abstrações relativamente bem recortadas, chamadas por Lukács de *abstrações isoladoras*, que são fundamentais, pois, como estabelece o texto marxiano, *esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial.*

De acordo com Chasin, a realização metodológica subentende “uma complexa metamorfose das abstrações razoáveis, pela qual, mantendo a condição de pensamentos, isto é, de abstrações, deixam de prevalecer como momentos abstratos, para se converter

em *momentos concretos* da apreensão ou reprodução dos graus históricos efetivos dos objetos concretamente existentes” (2009, p. 155).¹

Na concepção de Raniere, “A apreciação ontológica do capital, sua exposição, somente tem lugar se considerado o seu movimento imanente. O conceito de capital é esta unidade. A imanência é a contradição da valorização do capital na sua relação com o trabalho vivo tornado trabalho abstrato objetivado – trabalho subsumido à universalidade do trabalho morto. O método expositivo é justamente o desenvolvimento dessa relação e subsunção imanentes, pois é na valorização do capital que se encontra a finalidade última da reprodução social sob o capitalismo [...]. O método, em Marx, possui, então, dois elementos centrais que o conformam. Em primeiro lugar, há o teor da exposição propriamente dita, pois desnuda o capital como pretensão histórica de domínio sobre o conjunto do elemento social, principalmente o trabalho. Em segundo lugar, a dialética tem o teor da crítica, uma vez que demonstra que aquela correspondência entre conceito e realidade não se põe, em virtude do caráter de contradição que move a lógica da reprodução e valorização do capital” (2011, p. 162).

Em relação à exposição categorial, Reichelt (2013, p. 139), apresenta o seguinte argumento: “A existência de um conjunto de trabalhadores assalariados livres constitui o pressuposto para a elaboração conceitual do sistema capitalista global na forma da exposição dialética das categorias, mas que esta forma de exposição, por seu turno, não é imediatamente idêntica à reconstituição da gênese histórica do capital e do trabalho assalariado livre [...]. Engels determinou aproximadamente a relação entre método lógico e método histórico numa resenha de *Para a crítica da economia política*. Nesse texto consta que o método lógico seria o método despojado de sua *forma histórica* e das *causalidades perturbadoras*; segundo Engels, a linha de pensamento em *Para a crítica...* nada mais seria que *a imagem espelhada, em sua forma abstrata e teoricamente*

¹ “Essas abstrações depuradas, são, portanto, o ponto de partida da elaboração teórica, uma vez que, *chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas*. Viagem essa de retorno das abstrações ao concreto que é *manifestamente o método cientificamente exato*. Donde a perfeita distinção dos métodos considerados e o completo esclarecimento da questão relativa ao ponto de partida, para a qual as abstrações razoáveis são a própria resposta. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] o método que consiste em se elevar do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para o reproduzir como concreto pensado” (CHASIN, 2009, p. 153).

coerente, do curso da história. A descrição dessa relação entre os dois métodos refere-se só de modo extremamente mediado, antes de tudo, a *Para a crítica da economia política* e ao sistema global. Neste ponto, contudo, é preciso lembrar que Marx descreveu de modo totalmente diverso o seu método de exposição no tocante à sucessão das categorias e à sua relação com o desenvolvimento histórico: nos *Grundrisse*, Marx escreve que: *Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como a sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Por outro lado, o que é muito mais importante para nós, o nosso método indica os pontos onde a análise histórica tem de ser introduzida, ou onde a economia burguesa, como simples figura histórica do processo de produção, aponta para além d si mesma, para modos históricos de produção anteriores* (MARX apud REICHELT, 2013, p. 140).

O objeto de Marx é a dinâmica do sistema real. Quando Marx se pronuncia em *O Capital* sobre o seu método de apresentação, sempre tem em vista esse *movimento efetivo*, o *vínculo interno das diferentes formas de desenvolvimento*; e acentua: caso consiga-se *apresentá-lo de forma correspondente e refletir de modo ideal a vida da matéria*, terá que ser sob uma figura sistemática, de modo que pareça *tratar-se de uma construção a priori* [...] *O desenvolvimento da apresentação levará mais tarde, por sua própria dialética, àquelas formas mais concretas* (MARX, 1872 apud REICHELT, 2011 p. 65).

Reichelt argumenta ainda que, “A tentativa de continuar o processo de pensamento presente no *Rohentwurf* (*Rascunhos* ou *Grundrisse*) e de perceber como a dialética desenvolve-se nas novas determinações. Mas como fazê-la sem ter definido de forma mais precisa o valor objetivo que está na sua base? Um primeiro capítulo sobre o valor não foi redigido; Marx começa de imediato com o dinheiro. E, do ponto de vista metodológico, o desenvolvimento da forma dinheiro é tudo menos satisfatório” (2011, p. 71). Implicitamente, fica claro por que Marx no *Rohentwurf* não se empenhou muito em desenvolver uma incontestável dedução metódica da forma dinheiro. Não era necessária nenhuma grande investigação para mostrar que o dinheiro resulta da troca, mas sim para mostrar que do dinheiro, enquanto a primeira forma de riqueza, desenvolve-se o capital como relação de produção capaz de atrair e aumentar a riqueza,

enfim, de constituí-la. Desse modo, a sua fonte real torna-se cada vez mais conhecida pela teoria (REICHEL, 2011, p.77).

Nesse contexto, deve-se discutir também o significado do conceito de trabalho criador de valor de troca. A sua caracterização de trabalho moderno como sendo trabalho abstrato, como *trabalho sans phrase*, que só no presente se tornou verdadeiro na prática, baseia-se no mais-trabalho industrial. No contexto da apresentação da transição dos processos de produção, esse trabalho, que a época moderna tornou verdadeiro na prática, também é reproduzido pela teoria e posto no desenvolvimento enquanto tal das categorias.

Uma vez que apenas equivalentes são trocados, não surge riqueza, ou mais precisamente: nenhuma riqueza autonomizada frente aos trabalhadores. Somente com a categoria de lucro, e também de juros, a riqueza surge como produto do mais-trabalho, mas como essas formas não são decifráveis, o conteúdo dessas formas não é descoberto – pelo menos nos seus estágios iniciais. Ele deve ser pressuposto também no interior da apresentação como sendo apenas em si ou para nós: ele entra em nossa reflexão subjetiva [...]. Marx procura desenvolver dialeticamente também o conceito de trabalho, de forma análoga ao conceito de capital, enquanto totalidade e abstração (REICHEL, 2011, p. 77).

“Aqui duas idéias estão colocadas em uma única. A genuína definição dialética do capital, enquanto totalidade e abstração, pressupõe a autonomia do valor que se mantém como algo geral no processo de circulação, seja em unidade imediata com a mercadoria particular, seja sob a forma de dinheiro. Essa é a condição de possibilidade para um conceito de capital social conjunto pleno de sentido macroeconômico. O conceito correlato, de um trabalho social conjunto, Marx introduziu na segunda edição, como vimos, mas ele só pôde apreendê-lo como unidade com a ajuda de um conceito de validade que não pode ser formulado sem recorrer ao processo de circulação. *Entretanto, o trabalho que forma a substância do valor é força de trabalho humana igual. O conjunto da força de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, aqui vale como uma e mesma força de trabalho humana, embora consista de muitas forças de trabalho individuais*” (Marx apud REICHEL, 2011, p. 79).

Finalmente, o problema do desenvolvimento das categorias. No entendimento de Heinrich, “Quando lemos *O Capital* é necessário não levar em consideração apenas o

seu nível de abstração, mas também a sua construção. A sequência de categorias não é de modo algum arbitrária ou orientada de acordo com considerações didáticas. Marx *desenvolve* categorias, isto é, ele procura deixar claro que categorias em um nível são necessariamente incompletas e, conseqüentemente, precisam de categorias posteriores, ou o nível no qual Marx havia argumentado até então deve ser abandonado. A progressão da própria apresentação, portanto, transmite informações particulares sobre aquilo que está sendo retratado. Essa informação só está completa quando chegamos ao fim de toda apresentação [...]. A acumulação, por exemplo, não tem um papel importante apenas no primeiro volume; ela reaparece, com determinações variadas, no segundo e, finalmente, terceiro volumes. Não percebemos isso se tentarmos entender a acumulação no nível de determinação do primeiro volume. A mesma coisa se dá com o fetichismo, que não se limita ao fetichismo da mercadoria do primeiro capítulo. O exame do fetichismo atravessa os três volumes e culmina na *fórmula trinitária*, que é analisada ao fim do terceiro volume: a naturalização do modo de produção capitalista não apenas como fundamento de consciência cotidiana, mas também da economia burguesa” (HEINRICH, 2014, p. 34-35).

Os fragmentos de obras e artigos mencionados acima cumprem apenas a função de indicação de fontes bibliográficas que, sem dúvidas, requer estudos mais demorados e com maior profundidade sobre o método de investigação e o método de exposição, assim como, a compreensão adequada das conexões lógicas das categorias em seu movimento antitético e em suas formas de manifestação histórica no processo de reprodução do capital, de sua peculiar sociabilidade mediada pelo trabalho abstrato e, conseqüentemente, pela valorização do valor.

Se a história, como diz Marx, é o modo próprio como os homens produzem suas condições materiais de existência e suas correspondentes formas de consciência, a geografia não é senão a espacialidade inerente a essas relações de produção e reprodução da vida social. O intercâmbio material do metabolismo sociedade-natureza, mediado pelo trabalho, constitui a base primeira sobre a qual as categorias de análise derivam tanto como dimensão da práxis, quanto das formas de abstração e representação do real. Nesse sentido, a *montagem* de uma geografia histórica do capitalismo *a contrapelo*, como quer Benjamin, implica a elucidação do presente histórico mediante a consciência crítica e da práxis sobre o amontoado de catástrofes produzidas pelo motor das contradições da luta de classes e que, ao mesmo tempo,

permitem uma abertura do passado como *tradição dos oprimidos* em sua luta de resistência contra a obsessão do capital em tornar-se totalidade.

A partir das considerações sobre os pontos essenciais de desenvolvimento da pesquisa e sua forma de exposição, organizamos o Relatório em quatro partes: a primeira consiste na exposição das *Condições Gerais de Formação do Capital* que se encontra subdividida em três capítulos: A gênese do capital: a acumulação primitiva; a propriedade privada e o trabalho assalariado; os circuitos do dinheiro e da mercadoria. A segunda parte trata da *Produção Social da Mais-Valia e o Enigma do Valor*. Esta parte contém dois capítulos: considerações sobre a teoria marxista do valor e a teoria da renda fundiária. A terceira parte: *Da Mercadoria ao Espaço e do Espaço à Mercadoria*, apresentamos três capítulos: valor e espaço; o capital fixo e suas formas de circulação; a valorização capitalista no espaço. e, finalmente, a quarta parte, sob o título: *A Metrópole Capitalista: fetichismo e fantasmagoria*, apresentamos o capítulo Metrópole e Fantasmagorias.

Parte I

As Condições Gerais de Formação do Capital

Capítulo 1: A gênese do capital: a acumulação primitiva

Marx compara a acumulação primitiva do capital ao pecado original, através da analogia entre a desventura de Adão com a maçã e, como por um *feitiço*, têm-se o surgimento do pecado no mundo. Da mesma maneira, e “naturalmente”, a sociedade se divide, de um lado, com uma classe “laboriosa, inteligente e, sobretudo, dotada de aptidões administrativas” e, de outro, com um bando de “folgazões” que se diverte noite e dia sem preocupação qualquer com o futuro. Certamente, aquela prospera e acumula riquezas, enquanto este se encontra totalmente desprovido de tudo. De fato, o pecado original condena o homem a “ganhar seu pão com o suor de seu rosto; mas a do pecado econômico preenche uma lamentável lacuna revelando-nos como e por que há homens que escapam a esta ordem do Senhor” (MARX, 1964, p. 11-12). Como escreve W. Benjamim em *O Capitalismo como Religião*, “no Ocidente, o capitalismo se desenvolveu como parasita do cristianismo [...] de tal forma que, no final das contas, sua história é essencialmente a história de seu parasita, ou seja, do capitalismo” (2013, p. 23).

Do mesmo modo como fazem os apóstolos da economia política burguesa em relação a origem do capital e da propriedade privada da terra, o faz também a teologia em relação ao pecado original, ambas possuem naturezas e gêneses nebulosas, aparências sedutoras, narcóticas e colonizadoras transcendentais das representações humanas. Mas, a “lamentável lacuna” da “ordem do Senhor” é, lógica e historicamente, preenchida pela necessidade intangível da ordem do capital que em seu movimento sublime e natural de acumulação, condena os “folgazões” pecadores ao trabalho de Sísifo como a única forma de manterem-se vivos e de pagar pelas suas heresias, enquanto os dotados de “aptidões administrativas” e fiéis aos desígnios do Senhor gozam de toda fé e riqueza material.

“Nos anais da história real”, diz Marx, “o que sempre tem prevalecido é, ao contrário, a conquista, a dominação, a rapina à mão armada, o predomínio da força bruta” (1964, p. 13). O processo histórico de separação do produtor direto de suas

condições materiais de produção é o movimento seminal da chamada *acumulação primitiva do capital*.

As condições concretas de realização das relações capitalistas de produção estão nos processos de separação e de efetivação da propriedade privada, sobretudo, a propriedade privada da terra que possui como pressuposto a universalização do trabalho assalariado. Desse modo, é necessário produzir indivíduos socialmente determinados e que detêm como único “bem” a sua própria força de trabalho. A base de toda a formação do capital está na expropriação dos produtores diretos. Como diz Marx, “a riqueza sob a forma de dinheiro só poderá ser trocada pelas condições objetivas de trabalho, se estas tiverem sido separadas do próprio trabalho” (1991, p. 100).

A análise empreendida por Marx acerca da gênese do capital e da propriedade privada, já prevista nos *Grundrisse* e nos planos iniciais de *O Capital*, apresenta-se como ponto de partida para a compreensão do movimento geral do capital, sem o qual não haveria a possibilidade de interpretação de suas particularidades. Trata-se do estudo sobre a “transição do capital à propriedade da terra” e “da propriedade da terra ao trabalho assalariado” (MARX, 1858)².

Em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*, Marx argumenta que o ponto de partida, o capital em sua origem, implica a existência do dinheiro, isto é, “a existência de riqueza em forma de dinheiro [...], portanto, não se origina da propriedade da terra (embora possa derivar dos arrendatários agrícolas [...] comerciantes de produtos agropecuários), nem das corporações mas da riqueza mercantil e usurária”. A conversão da riqueza monetária em capital é determinada pela existência da oferta de força de trabalho por trabalhadores “livres”, despojados das condições objetivas de produção e submetidos a circunstâncias históricas distintas, senão na totalidade, mas necessariamente em parcialidade, dos precedentes modos de produção, permitindo “que o valor, existente como riqueza monetária, adquira, de um lado, as condições objetivas do trabalho para, do outro, lado, trocar o trabalho vivo [...] por dinheiro” (1991, p. 101-103).

Além disso, Marx afirma, ainda nos *Grundrisse*, que “O dinheiro como capital é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode ser considerado como realização superior, do mesmo modo que pode ser

² Carta de Marx a Engels, escrita em 2 de abril de 1858, *Briefwechsel*, II, p. 383. Rosdolsky, R. Gênese e Estrutura de *O Capital* de Karl Marx, 2001, p. 45.

dito que o macaco se desenvolve no ser humano. Mas, nesse caso, a forma inferior é posta como sujeito predominante sobre a forma superior. De qualquer modo, o dinheiro como capital é diferente do dinheiro como dinheiro [...]. Mas é somente o seu pôr em uma particularidade que já existia antes dele como não capital e constitui um de seus pressupostos. O dinheiro reaparece novamente em todas as relações posteriores; mas aí já não funciona mais como simples dinheiro”. Contudo, diz Marx. “Por simples adição não posso ir do valor de troca ao capital. Na simples acumulação de dinheiro ainda não está posta, como vimos, a relação de capitalização” (2011, p. 193).

Se na exposição lógica do conceito o “valor precede o de capital [...], por outro lado, subentende um modo de produção fundado no capital para seu desenvolvimento puro, o mesmo não sucede na prática [...]. A existência do valor em sua pureza e universalidade pressupõe um modo de produção em que o produto singular em geral deixou de ser produto enquanto tal para o produtor e mais ainda para o trabalhador individual, e não é nada sem a realização pela circulação [...]. Essa própria determinação do valor tem como seu pressuposto, portanto, um estágio histórico dado do modo de produção social, sendo ela própria uma relação dada com o modo de produção, logo, uma relação histórica” (MARX, 2011, p. 194).

Não sem razão, na perspectiva burguesa da teoria econômica “o capital vem imediatamente depois do valor”. “Na história”, entretanto, argumenta Marx, “ocorrem sistemas que constituem o fundamento material do desenvolvimento incompleto do valor. Como o valor de troca desempenha aqui apenas um papel acessório ao lado do valor de uso, aparece como sua base real não o capital, mas relação da propriedade fundiária. A propriedade fundiária moderna, por comparação, não pode de modo algum ser compreendida sem o pressuposto do capital, porque não pode existir sem ele e aparece historicamente de fato como uma forma engendrada pelo capital, posta como forma adequada a ele, da configuração histórica precedente da propriedade fundiária [...]. A história da propriedade fundiária que mostrasse a transformação progressiva do senhor feudal em rentista fundiário, do arrendatário vitalício por herança, semitributário e frequentemente privado de liberdade no moderno fazendeiro, e dos servos da gleba e do camponês sujeito a prestação de serviços no assalariado rural, seria de fato a história da formação do capital moderno. Compreenderia a relação com o capital urbano, o comércio etc.” (2011, p. 194-195).

“O capital provém inicialmente da circulação, na verdade, do dinheiro como seu ponto de partida. Vimos que o dinheiro que entra na circulação e ao mesmo tempo dela retorna a si é a última forma em que o dinheiro supera a si mesmo. É ao mesmo tempo o primeiro conceito do capital e a sua primeira forma fenomênica. O dinheiro nega-se ao simplesmente se dissolver na circulação; mas nega-se da mesma forma ao confrontar autonomamente na circulação. Essa negação, sintetizada em suas determinações positivas, contém os primeiros elementos do capital. O dinheiro é a primeira forma em que aparece o capital enquanto tal” (2011, p. 195). Marx conclui, então, que “a circulação não é o movimento” em que o valor de troca desaparece, “mas antes o movimento de seu efetivo autopôr como valor de troca, a sua autorrealização como valor de troca” (2011, p. 200).

Portanto, a “formação original do capital” não está na acumulação das condições objetivas de produção, mas na forma específica como o dinheiro estabelece a relação com o trabalho e com a produção do valor de troca daí resultante. Em suma, as separações que caracterizam as relações entre trabalho e capital para tornarem-se efetivas e dominantes, “terão de desenvolver-se não apenas localmente, mas em grande escala” (MARX, 1991, p. 102).

Neste ponto, podemos pôr em relevo a superação teórica de Marx dos *Grundrisse* em relação ao *O Capital*. Se num primeiro momento Marx acredita que o desvendamento do valor pode ocorrer por intermédio da análise das metamorfoses do dinheiro na esfera da circulação e, por isso, abstrair as relações entre capital variável e capital constante, em *O Capital*, chega-se a conclusão de que a mais-valia e, portanto, a produção de valor somente poderia derivar da esfera da produção. Marx, então, deixa por um momento, a dedução lógica da exposição categorial, para mostrar o processo histórico real de separação das condições objetiva de produção do produtor direto e a conversão do trabalho em mercadoria, ou melhor, em força de trabalho com a finalidade de produzir mais-valia.

Em *O Capital*, Marx apresenta as metamorfoses porque passam o trabalho e a mercadoria: “O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato [...]. Assim, a segunda propriedade da forma de equivalente que o trabalho concreto torne-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano

abstrato [...] Uma terceira peculiaridade da forma de equivalente é que o trabalho privado converta-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social (2013, p. 134-135).

Nesse sentido, o argumento de Marx é que “o segredo da expressão do valor, a igualdade e equivalência de todos os trabalhos porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular. Mas isso é possível numa sociedade em que a forma-mercadoria é a forma universal do produto do trabalho e, portanto, também a relação entre os homens como possuidores de mercadorias é a relação social dominante” (2013, p. 136).

Vale ressaltar que a ideia expressa em “preconceito popular”, não está vinculada à concepção de imaginário social ou de manifestação ideológica da classe dominante sobre a “massa popular”, ou ainda, em uma forma de dominação social construída pela “mão invisível do mercado”. A expressão “preconceito popular” está mais próxima do caráter alienado e reificado das relações sociais capitalistas. Pois, o processo social de distorção das relações humanas mediante sucessivas separações colocadas pelo capital como condição de sua existência e de sua lógica interna em tornar-se totalidade, faz de suas expressões fenomênicas uma verdade eterna e natural. É como se a natureza produzisse, de um lado, capitalistas e, de outro, trabalhadores assalariados.

No Capítulo 4 de *O Capital* – a transformação do dinheiro em capital – Marx procurar explicar as diferenças essenciais entre a lógica da circulação M-D-M em relação à fórmula básica do capital D-M-D e também de sua expressão mais reificada como D-D'. “O valor”, diz Marx, “passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo” (2013, p. 229-230). Se considerarmos, “as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma [...] altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário, valoriza a si mesmo” (2013, p. 230).

No Livro I de *O Capital*, como o próprio título indica – “o processo de produção do capital” – Marx traça um longo percurso de exposição que tem como ponto de partida a mercadoria e dinheiro, a transformação do dinheiro em capital, passando pela

fórmula geral do capital (D-M-D) e compra e venda de força de trabalho para, em seguida, na Seção III, apresentar a produção de mais-valia absoluta, com os processos de valorização do valor, as formas de exploração e etc. Na Seção IV – “a produção de mais-valia relativa”, Marx inicia com a apresentação do conceito de mais-valia relativa e, somente após essa introdução, expõe o problema da “cooperação” e as formas de divisão internas do trabalho e os meios desenvolvidos pelo capital para apropriar-se de trabalho feminino, infantil através do prolongamento da jornada de trabalho. As Seções V e VI consistem em aprofundamento da Seção IV, onde Marx trata da mais-valia absoluta e relativa e da “transformação do valor (ou preço) da força de trabalho em salário”.

A última seção do Livro I – “o processo de acumulação do capital” – contém, em síntese, todos os elementos analisados nos capítulos anteriores e que, de certa forma, permitiu a Marx chegar não somente ao contexto histórico do “processo de produção do capital”, como à historicidade da exposição categorial e, ao mesmo tempo, à crítica da sociedade burguesa e sua expressão apologética: a *Economia Política*. O nosso interesse na Seção VII, relacionado especificamente ao tema deste capítulo, se concentra principalmente no Capítulo 24 – “A assim chamada acumulação primitiva”. Acreditamos que as considerações apresentadas a seguir, poderão contribuir para a análise e interpretação das questões apresentadas no Capítulo 6 deste Relatório, quando analisamos a relação espaço e valor.

Marx dá início ao Capítulo 24 retomando o processo mais simples em que o dinheiro se transforma em capital, o capital se apropria da força de trabalho mediante a propriedade dos meios de produção, produz mais-valia e, neste ciclo vicioso, o valor se valoriza. “Porém”, diz Marx, “a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias” (2013, p. 785).

Desse modo, dinheiro, meios de produção e mercadoria não são, imediatamente, capital, “eles precisam ser transformados em capital”. Mas, as condições materiais necessárias para que essa transformação ocorra, “é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam um contrato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de

trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho [...]. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [...]. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariado. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Contudo, o processo histórico de expropriação de terras, sua transformação em propriedade privada capitalista de terra, “constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (2013, p. 786-788).

O papel do Estado no processo de acumulação primitiva se dá, segundo a famosa passagem de Marx no Livro II, através da dívida pública. A dívida pública “converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital [...]” (1987, p. 872-873).

Na fase imperialista, “os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos [...] os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimentos para o capital acumulado” [e de ampliar a sua esfera de ação] (LUXEMBURG, 1984, p. 66).

As considerações sobre as condições gerais de existência do capital, apresentadas sucintamente, neste capítulo, são extremamente importantes para a interpretação das determinações sócio-históricas de valorização do e no espaço e, por efeito de distorção da própria lógica do capital, de transformação do espaço em mercadoria. Desse modo, a análise do processo geográfico da gênese do capital elucida tanto o movimento antitético das categorias derivadas do capital, em sucessivas contradições advindas dos métodos de separação entre produtor direto e suas condições objetivas de existência, quanto do processo histórico de transformação do espaço em mercadoria.

A acumulação primitiva do capital consiste em processo de separação que vai além dos meios e das condições gerais de produção, ele determinada também a forma e

o conteúdo de classes sociais, alienando o homem de suas condições objetivas de existência e do próprio produto de sua atividade produtiva e, ainda, constituindo a sua subjetividade distorcida e reificada pela propriedade privada da terra. Nesse sentido, a produção capitalista pressupõe a separação do produtor direto das condições de produção e a formação de um mercado de força de trabalho constituído como mercadoria onde se estabelece as relações de troca entre o proprietário dos meios de produção e etc., e os proprietários da força de trabalho assalariada. A partir dessas condições geográficas e historicamente constituídas e tornadas universais, é que temos a produção capitalista propriamente dita. Portanto, a análise da acumulação primitiva do capital explicita não somente a gênese do processo de produção capitalista de mercadorias, mas, igualmente, a necessária condição espacial – a propriedade privada da terra – para a realização de metamorfoses de outras categorias derivadas do capital, a saber, a renda, o juro, o crédito, o trabalho assalariado, a mais valia e etc.

Em suma, nas palavras de Marx: “Inicialmente o processo de produção do capital – considerado segundo o seu lado material, na medida em que valor de uso é produzido – é processo de trabalho em geral e, como tal, ele mostra os fatores gerais que pertencem a esse processo como tal, sob as diversas formas de produção sociais. Com efeito, esses fatores são determinados por meio da natureza do trabalho enquanto trabalho. De fato, é historicamente dado que o capital, no início de sua formação, não apenas tomou sob seu controle o processo de trabalho em geral (o subsumiu a si mesmo), mas também os particulares processos de trabalho reais, tal como os encontra tecnologicamente prontos e tal como se desenvolveram sobre a base das relações de produção não capitalistas. O processo de produção real [...] o capital o encontra previamente e, no início, só o subsume a si mesmo *formalmente*, sem modificar qualquer coisa em sua determinidade tecnológica. Somente no curso de seu desenvolvimento o capital subsume o processo de trabalho a si não apenas formalmente, mas o transforma, reconfigura o modo de produção e, desse modo, cria para si o modo de produção que lhe é próprio. Porém, qualquer que seja a sua figura modificada como processo de trabalho em geral, quer dizer, como processo de trabalho abstraído de sua determinidade histórica, essa figura sempre contém os momentos gerais do processo de trabalho em geral” (2010, p. 106).

Capítulo 2: A propriedade privada e o trabalho assalariado

A propriedade capitalista da terra consiste em uma forma específica de propriedade, distinta das formas anteriores, mas as contendo como condição originária³. No capitalismo, a propriedade da terra apresenta-se, num primeiro momento, como antítese do capital, uma barreira que se opõe à sua lógica, pois não consiste em “uma fonte da qual brote valor, [...] nem tampouco é uma fonte da qual brote mais-valia [...] Mas essa propriedade é uma fonte de renda [...] uma imposição para receber trabalho não pago” (MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 45). Nesta segunda condição, como fonte de renda, a propriedade privada deixa de ser uma barreira ao movimento de valorização do valor, mas estabelece limites que são externos a esfera da propriedade da terra, a saber, o estabelecimento de uma dada taxa de juros, as circunstâncias da especulação na esfera da concorrência e a taxa média de mais-valia do capital total. Neste contexto, considerado o desenvolvimento das diversas categorias do capital, a propriedade privada da terra já se apresenta à imagem e semelhança do capital. Somente a partir dessas condições históricas é que a propriedade privada permite, então, ao seu proprietário apropriar-se de uma fração da mais-valia da qual não participa, necessária e diretamente, de sua criação.

A geração da renda fundiária (monopolista, absoluta e diferencial I e II), que analisaremos mais detidamente no Capítulo 5, fora interpretada por Marx, nos *Grundrisse*, como o único caso em que o capital produz um valor distinto de si mesmo. Por isso, tal forma de propriedade privada da terra se dá de modo específico no capitalismo e a sua existência universal implica necessariamente a destruição de todas as formas anteriores de propriedade da terra. Para obtenção dessas condições relativas à terra e ao trabalho, “o capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje” (LUXEMBURG, 1984, P. 33). Contudo, de acordo com Marx, há uma “transição do capital à propriedade da terra”. Essa transição deve ser analisada tanto dialética quanto historicamente. Do ponto de vista da dialética, os recursos naturais são apropriados pelo capital como condição de produção

³ MARX, K. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Tradução: João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

de mercadorias, portanto, como gerador de renda que pode ser incorporada no valor de troca.

Além da teoria da renda, Marx analisa a “transição da propriedade da terra ao trabalho assalariado”, considera a propriedade da terra como produto e antítese do capital e, ao mesmo tempo, como geradora de renda em dinheiro, convertendo as atividades diretamente ligadas ao uso do solo em modalidades de produção capitalistas subordinadas as determinações da valorização do valor e, conseqüentemente, das sucessivas separações das condições objetivas de existência do produtor direto. “A transição”, segundo Marx, “está implícita no fato de que a propriedade da terra é produto do capital”, daí o seu caráter marcadamente histórico-geográfico (MARX, 1964, p. 126).

De acordo com Rosdolsky, o que Marx procura discutir é a própria estrutura de sua obra, “o problema da ordem em que devem ser descritas as categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado que expressam a estrutura de classes da sociedade burguesa. A investigação das relações recíprocas entre essas categorias leva à seguinte resposta: como relação decisiva da sociedade burguesa, que em tudo penetra e a tudo domina, deve-se elaborar primeiramente a categorial do capital em sua forma pura, deixando de lado as formas que podem ser deduzidas das relações do próprio capital. Só então se pode tratar da moderna propriedade da terra, como criação do capital, como produto de sua influência sobre formas econômicas pré-capitalistas” (2001, p. 48).

Vale ressaltar, em relação ao argumento de Rosdolsky, que os estudos realizados por Marx acerca do movimento geral do capital, da gênese da propriedade privada da terra e da transição para o trabalho assalariado, que antecedem aos *Grundrisse*, apresentam notas críticas sobre a alienação do trabalho humano com a efetivação da propriedade privada e das formas de fetichismos da mercadoria e do dinheiro. Os *Cadernos de Paris* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* trazem reflexões essenciais para a construção do método de Marx na interpretação e na elaboração da crítica a economia burguesa.

Todavia, com a universalização da propriedade privada, pressuposto seminal do trabalho assalariado, e do dinheiro como equivalente geral de troca (“mediador externo”), estabelece-se as determinações ontonegativas do valor e as formas sociais de alienação do homem. Através do dinheiro, diz Marx nos *Cadernos de Paris*: “o homem,

em lugar de ser ele mesmo o mediador para o homem, experimenta a sua vontade, a sua atividade, a sua relação com os outros como uma potência independente de si mesmo e dos outros [...] Este mediador é, por conseqüência, a essência da propriedade privada tornada exterior a ela mesma, expulsa dela mesma, tanto como é a mediação entre as produções humanas, mas uma mediação alienada, a atividade genérica do homem separada do homem” (Marx, 2015, p. 201).

A sociabilidade humana, abstraída a sua concretude pela mediação do dinheiro, cujo sentido lógico do movimento é a própria valorização do valor, torna-se a expressão negativa das relações humanas. Isso porque o intercâmbio, na concepção de Marx presente nos *Cadernos*, “não é um movimento social [...] não é uma relação humana, mas a relação abstrata da propriedade privada”. O nexos invertido das relações de intercâmbio, mediado pelo dinheiro, aliena o homem do produto de seu trabalho e de si mesmo, produzindo relações *reificadas* sob a aparência de relações naturais de compra e venda. “É nesta transição histórica que vai arrastando o homem para seu estranhamento, que vai se constituindo o dinheiro como produto e não-produto do homem” (COTRIM, 2011, P. 198).

As notas sobre a troca, o valor e o preço apontam a crítica incisiva de Marx acerca das relações sociais produzidas pelo intercâmbio da propriedade privada: “O intercâmbio ou a troca é o ato social, o ato genérico, a comunidade, o comércio social e a integração dos homens no interior da propriedade privada – é, pois, o ato genérico exterior, alienado. Por isso, aparece como troca e, na verdade, é o contrário da relação social [...] Em lugar da sua unidade imediata consigo mesma, ela existe somente como uma relação a qualquer outra. Como equivalente, a sua existência não é mais a sua própria particularidade. Ela se converteu, pois, em valor, e diretamente em valor de troca. Sua existência como valor é uma determinação diferente da sua existência imediata, é exterior à sua natureza específica; é uma determinação alienada de si mesma, uma existência relativa da sua natureza” (Marx, 2015, p. 211-212).

A propriedade privada constitui-se, desse modo, a condição fundante da alienação do homem e sua aparente transformação em coisa. O próprio trabalho torna-se coisa, “uma mercadoria e que progressivamente é concebido apenas sob o aspecto de um capital e não como atividade humana” (2015, p. 224).

O *Terceiro Manuscrito* inicia-se com a relação da propriedade privada e sua “essência subjetiva”, o trabalho. O fato de a economia política reconhecer no trabalho a

fonte de riquezas, não significa o reconhecimento da propriedade privada como “um estado exterior ao homem”, o que faz dela (a economia política burguesa) um produto “do movimento da propriedade privada (é um movimento autônomo que se tornou para si na consciência, é a indústria moderna como sujeito), (*als selbst*), como produto da indústria moderna, que por sua vez acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência”. A economia política torna-se a negação do homem, “o que antes era ser-exterior-a-si, exteriorização real do homem, converteu-se apenas no fato da exteriorização, em estranhamento” (MARX, 1974, p. 09-10).

O constituir-se como “essência tensa da propriedade privada”, negação da própria fruição do homem como ser genérico, o trabalho apresenta-se não somente alienado em relação ao produto e ao produtor direto, como produz no interior das relações humanas, as mesmas metamorfoses antitéticas das mercadorias. O trabalho vivo, produtor de valor de uso deve, para realizar-se, produzir o seu oposto, o trabalho morto (trabalho abstrato) para que dessa forma o valor assuma a sua existência autônoma frente ao trabalho e, dessa maneira, o desvalorize na mesma proporção em que cria mais valor.

Com a teoria da renda da terra⁴, Marx desvenda o enigma da propriedade privada como fonte de renda e de lucro. Se a terra não é produto do trabalho humano, portanto, não contém valor. Mas, como condição de produção separada do produtor direto, a terra possui preço. Com efeito, pode ser inserida nas relações de compra e venda. Como salienta Harvey, a partir do Livro III de *O Capital*: “se a terra for livremente comercializada, então ela se torna uma mercadoria de um tipo muito especial. Como a terra não é produto do trabalho, ela não pode ter um valor. A aquisição de terra “simplesmente assegura ao comprador um direito de receber uma renda anual”. Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. “Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida do governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de

⁴ Marx definiu quatro formas de renda da terra: monopolista, absoluta, diferencial 1 e diferencial 2. Ver: MARX, K. *O Capital*, Livro III; HARVEY, D. *Os Limites do Capital* (2013); Seção 11 – *A Teoria da Renda*.

capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. Nessas condições, a terra é tratada como um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz. Como todas essas formas de capital fictício, o que é negociado é um direito sobre as receitas futuras, o que significa um direito sobre os lucros do uso da terra ou, mais diretamente, um direito sobre o trabalho futuro. [Com efeito] a integração da posse da terra dentro da circulação do capital que rende juros pode abrir para o fluxo livre do capital, mas também a abre para o pleno jogo das contradições do capitalismo” (2013, p. 447 - 450).

Em *Salário, Preço e Lucro* (2004), Marx já argumentava que “O monopólio da terra habilita o proprietário fundiário a tomar uma parte dessa mais-valia, sob o nome de renda, que a terra seja usada para a agricultura, instalações ou estradas de ferro ou para qualquer outro fim produtivo [...]. O capitalista que empresta dinheiro a reclamar para si próprio, sob o nome de juro, outra parte dessa mais-valia, de tal modo que fica para o capitalista empregador como tal apenas aquilo a que se chama lucro industrial ou comercial” Desse modo, diz o autor, “Renda, juro e lucro industrial são apenas diferentes nomes para diferentes partes da mais-valia” (2004, p. 71-72). Neste caso, a propriedade privada capitalista da terra torna-se o modo como o capital transforma o que era, inicialmente, a sua antítese – uma barreira natural –, em meio de apropriação de mais-valia.

Vale dizer ainda que a propriedade privada da terra como pressuposto do trabalho assalariado, estabelece uma outra determinação sobre o trabalho que aparece, dado o seu caráter alienado, como oposição e negação da própria objetivação do trabalho em forma de mercadoria. O produto do trabalho apresenta-se não somente como negação e estranhamento frente ao trabalhador, pois se trata de uma propriedade alheia, mas também como unidade de trabalho vivo e trabalho abstrato, ou seja, uma unidade de valor constituída pelo tempo socialmente necessário de produtores privados que passa por um processo de igualização no interior da esfera da circulação, não deixando sequer um mínimo sinal de trabalho vivo contido no valor de uso. Em outras palavras, a propriedade privada da terra constitui-se também em fonte de fetichismo, uma vez que próprio espaço torna-se, igualmente, mercadoria. A análise do processo de transformação do espaço em mercadoria encontra-se nos capítulos da Parte III.

As considerações a respeito da propriedade privada capitalista da terra, exposta sucintamente neste capítulo, e seu pressuposto histórico, o trabalho assalariado, constitui uma etapa essencial da investigação em torno dos desdobramentos das categorias derivadas do capital no processo de produção, assim como das formas de divisão social do trabalho e de circulação de mercadorias e dinheiro. Contudo, não apresentaremos neste momento a relação necessária entre propriedade privada e valorização do espaço. Pois entendemos que adiantar resultados nos levaria, arbitrariamente, a alterar inteiramente a nossa exposição categorial e suas expressões históricas na geografia do capitalismo. Para chegar às determinações mais concretas do processo social de valorização do espaço, temos de examinar ainda as metamorfoses porque passam as mercadorias e o dinheiro.

Capítulo 3: Os circuitos do dinheiro e da mercadoria

O objetivo da produção de valor é a própria valorização. O processo de valorização pressupõe um movimento cujo resultado torna-se o seu próprio ponto de partida, mas quantitativamente diferente, pois o movimento engendrado pelas categorias do capital deve ser um movimento que conserve e multiplique o valor lançado da produção a circulação. Portanto, há um ciclo progressivo de rotação do capital que, pela natureza contraditória de seus nexos apresenta-se, na perspectiva da acumulação de riquezas, como sendo ilimitado. Os próprios limites e barreiras que se confrontam com o capital são, eles mesmos, criações do capital. Porém, por sua natureza contraditória, o movimento de valorização do valor estabelece determinadas relações entre capital e trabalho que conduz ao que Marx chamou de tendência de queda da taxa de lucro, desembocando em crises de sobreacumulação. As questões relativas à crise do capital estão fora dos planos da presente pesquisa.

Em *Para a Crítica da Economia Política* (Manuscrito de 1861-1863 – Cadernos I a V – Terceiro Capítulo – O Capital em Geral), Marx nos mostra, então, o seguinte processo: “D-M-D. O ponto de partida é dinheiro, a forma transformada da mercadoria, na qual ela sempre é permutável, na qual o trabalho nela contido possui forma do trabalho social geral, ou na qual ela é valor de troca *autonomizado*”. O Ciclo M-D-M, a chamada circulação simples, pressuposto histórico da circulação D-M-D, é a expressão mercantil mais simples do capital. Com a expansão geográfica e o desenvolvimento da categoria dinheiro, tem-se o novo ciclo caracterizado pelo movimento D-M-D. “O ponto de partida dessa forma de circulação, desse movimento já é ele mesmo um produto de circulação de mercadorias ou provém da circulação, pois somente da circulação e por meio da circulação a mercadoria obtém a forma dinheiro, transforma-se em dinheiro ou desenvolve o seu valor de troca, as formas autônomas determinadas que se apresentam como diferentes determinações formais do dinheiro. Em segundo lugar, o valor assim proveniente da circulação, torna-se mercadoria, mas novamente retorna da forma de mercadoria à sua forma de dinheiro, quando, porém, sua grandeza de valor já aumentou” (2010, p. 23). Neste caso, o dinheiro já se apresenta como “valor autonomizado”, portanto, manifesta-se em forma de capital-dinheiro.

Desse modo, a tradução da forma D-M-D: valor derivado da circulação e que retorna a ela contendo um valor adicional. Como surge, então, esse valor adicional?

Para Marx, “Em D-M-D, o valor de troca aparece tanto como pressuposto quanto como resultado da circulação [...]. Em D-M-D, o valor de troca se torna conteúdo e fim mesmo da circulação [...]. O valor existe primeiro como dinheiro, em seguida como mercadoria, então novamente como dinheiro. Ele se conserva na alternância dessas formas e dela retorna para a sua forma original. Ele percorre de forma nas quais, no entanto, ele se conserva e, por isso, aparece como sujeito [...]. Dinheiro e mercadoria aparecem cada um apenas como formas de existência particulares do valor, que se conserva ao passar de um à outra, e sempre retorna a si em sua forma autonomizada como dinheiro. Dinheiro e mercadoria aparecem então como as formas de existência do valor em processo ou do capital” (2010, p. 24).

Na circulação M-D-M a mercadoria, qualitativamente distinta, passa por metamorfoses, mas permanece como valor de uso, “na forma D-M-D, porém, dinheiro e mercadoria aparecem apenas como diferentes formas de existência do valor de troca que, uma vez aparece em forma geral como dinheiro, outra vez aparece em sua forma particular como mercadoria, ao mesmo tempo como aquilo que domina e se afirma em ambas as formas. Dinheiro é em si e para si a forma de existência autonomizada do valor de troca, mas também a mercadoria aparece aqui somente como veículo de sua incorporação” (2010, p. 25).

Nesse sentido, diz Marx, “Somente onde já se desenvolveu a circulação de mercadorias – a troca dos produtos como mercadorias e autonomização do valor de troca no dinheiro e suas diferentes formas – é possível, então, a formação do capital. Para realizar o processo em que o valor de troca aparece como ponto de partida e como resultado, ele já deve ter alcançado antes sua configuração abstrata e autônoma no dinheiro”. Assim, “Na forma D-M-D, já está contido na simples forma de seu movimento que não há fim do movimento, que seu fim já compreende o princípio e o impulso de sua renovação” (2010, p. 28-31).

As metamorfoses realizadas pelo dinheiro e mercadoria no processo de circulação não são capazes de explicitar, ainda, a origem do valor, pois, como diz Marx, “o valor que entra novamente na circulação, nela se conserva e valoriza – parece absolutamente incompatível com a natureza do dinheiro, da mercadoria, do valor e da própria circulação” (2010, p. 32). Dessa aparente incompatibilidade, Marx aponta duas conseqüências: “Se as mercadorias são compradas e vendidas *a seu valor*, então equivalentes são trocados. O valor, que é lançado por determinada mão na circulação,

volta novamente à mesma mão. Ele não aumenta, portanto não é afetado em absoluto por meio do ato de troca [...] Mas se as mercadorias são vendidas ou compradas não a seu valor, então isso só é possível porque – não equivalentes só podem ser trocados quando um lado engana o outro”. Mesmo assim, pode-se concluir, segundo Marx, que o valor trocado permanece inalterado, de modo que nenhum novo valor é criado por meio da troca” (2010, p. 37-38).

Contudo, diz o autor, se um valor adicional deve resultar da troca, “ele deve estar disponível antes da troca, por meio de um ato qualquer que, no entanto, é invisível na fórmula D-M-D, não se deixa perceber [...]. O mais-valor ou a autovalorização do valor, não pode surgir da troca, da circulação. Por outro lado, pode surgir da circulação, pois somente na troca ele pode atuar como valor de troca. Isolado em si mesmo, ele seria tesouro e como tal ele se valorizaria tão pouco quanto serve como valor de uso” (2010, p. 39-40).

Nesse sentido, o movimento do dinheiro e da mercadoria pressupõe uma “forma potencializada particular do valor” que consiste na existência anterior do capital que se manifesta “como a igual propriedade inerente de mercadorias e dinheiro, de maneira que dinheiro ou mercadorias possam ser transmitidos a um terceiro, dado que mercadoria ou dinheiro não podem se desenvolver como capital pronto, *capital em si*, como uma mercadoria particular, que também possui sua forma particular de venda” (2010, p. 43-44).

Por outro lado, “O dinheiro portador de juro aparece como a primeira forma de capital portador de juro, assim como o dinheiro em geral aparece como o ponto de partida da formação do capital, pois que no dinheiro o valor se autonomiza pela primeira vez; desse modo, o aumento do dinheiro aparece, inicialmente como aumento do valor em si e no dinheiro está presente a medida pela qual se mede primeiro o valor de todas as mercadorias, mas em seguida a autovalorização do valor. o dinheiro pode, então, ser emprestado para fins produtivos, portanto, formalmente como *capital*, embora o capital ainda não se tenha apossado da produção, embora ainda não exista nenhuma produção capitalista” (2010, p. 44).

A partir das considerações sobre os movimentos M-D-M e D-M-D, chega-se a conclusão de que a “transformação do dinheiro em capital é a sua troca com capacidade de trabalho viva, ou a compra da capacidade de trabalho viva de seu proprietário, o dinheiro, em geral, só pode se transformar em capital ou o possuidor do dinheiro em

capitalista na medida em que este último *já encontra*, no mercado de mercadorias, no interior da circulação, o trabalhador livre [...]; livre na medida em que não dispõe de qualquer outra mercadoria ou que está livre, solto e despojado de todas as condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho” (2010, p. 50-51). Essas são as condições geradas, como vimos anteriormente, pela chamada acumulação primitiva do capital. O consumo do valor de uso dessa mercadoria específica em que consiste a força de trabalho e cuja função é produzir mais-valia, isto é, valorizar o capital e, ao mesmo tempo, reproduzir socialmente as relações que são necessárias a sua existência como capital.

Além disso, argumenta Marx, “A produção capitalista, porém, parte do *pressuposto* de que os trabalhadores livres ou vendedores, que têm para vender apenas sua própria capacidade de trabalho, *são encontrados* no interior da circulação, no mercado”. Nesse sentido, a existência do capital somente pode ocorrer sob determinadas condições históricas, geográficas e sociais. “Ele aparece, de início, como uma relação que pertence a um período historicamente determinado do desenvolvimento econômico, da produção social”. A mercadoria produzida sob certas circunstâncias sociais revela, assim, “as determinadas condições históricas envolvidas em sua existência”. Contudo, o ponto de partida de Marx consiste em que “a mercadoria é encontrada, na produção burguesa, como tal forma elementar, universal da riqueza. Mas produção de mercadorias e, logo, circulação de mercadorias, podem ocorrer entre diferentes comunidades ou entre diferentes órgãos da mesma comunidade, embora a maior parte da produção seja produzida para subsistência imediata, como valor de uso, e, portanto, nunca assuma a forma da mercadoria”. Nesse sentido, “O capital se apresenta do início ao fim como uma relação que pode ser apenas o resultado de um processo histórico determinado e a base de uma época determinada no modo de produção social” (2010, p. 52).

Em *O Capital*, ao tratar do valor simples da mercadoria, Marx argumenta que “O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade *objetiva*, isto é, como seu valor [...], portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento das formas de valor (2010, p. 137-138).

Nesse sentido, afirma o autor: “A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento” (2013, p. 187).

A antítese se expressa como fetichismo na personificação da riqueza no possuidor do dinheiro – o capitalista – assim como na personificação da pobreza na figura do trabalhador. Pois, como aparece em *Para a Crítica...* “já que o trabalho *real* é a apropriação da natureza para satisfação de necessidades humanas [...], então a capacidade de trabalho, na medida em que é despojada dos meios de trabalho [...], é despojada também dos *meios de subsistência* [...]. Por outro lado, como a riqueza material, o mundo dos valores de uso consiste apenas de matéria natural [...] apropriada somente por meio do trabalho, e a forma social dessa riqueza, o valor de troca, nada mais é do que uma forma social determinada do trabalho objetivado contido nos valores de uso, e como, porém, o valor de uso, o real uso da capacidade de trabalho é o próprio trabalho, portanto, a atividade mediadora do valor de uso e criadora do valor de troca, então a capacidade de trabalho é tanto a possibilidade geral quanto a única fonte da riqueza material na forma social determinada que essa riqueza possui como valor de troca. Essa contradição se dá porque o valor, apareça ele na forma da mercadoria ou do dinheiro, confronta-se com a capacidade de trabalho como tal como quem se confronta com uma mercadoria particular” (2010, p. 52-54).

Vale acrescentar ainda a existência de outra oposição adicional do dinheiro em relação à força de trabalho: “a capacidade de trabalho aparece como capacidade do sujeito vivo, um é trabalho passado, já realizado; a outra é trabalho futuro, cuja existência só pode ser precisamente a atividade viva, a atividade temporalmente presente do próprio sujeito vivo” (2010, p. 54). Nesse sentido, a força de trabalho se diferencia de todas as outras mercadorias uma vez que o seu consumo, em circunstâncias específicas, constitui a “substância criadora de valor de troca mesmo. Sua utilização efetiva, consumo, é o pôr do valor de troca. Criar valor de troca é seu valor de uso específico” (2010, p. 55).

Embora a força de trabalho consista em uma mercadoria específica, que se dirige ao mercado sobre as próprias pernas, como diz Marx, como valor de uso ela se

apresenta como qualquer outra mercadoria, ou seja, satisfaz uma determinada necessidade social. Ela possui, igualmente, um valor de troca cuja expressão monetária, o preço, constitui o salário do trabalhador. Dessa forma, diz Marx: “O trabalho real, na medida em que cria valores de uso e é apropriação do elemento natural para necessidades humanas, sejam essas necessidades as necessidades da produção, sejam do consumo individual, é condição geral do metabolismo entre natureza e homem e, como tal, condição natural da vida humana independente de todas as suas formas sociais determinadas e igualmente comum a todas elas” (2010, p. 77). Mas, somente sob as determinações históricas da sociedade capitalista o trabalho apresenta-se como força de trabalho orientada para a produção de valor. As determinações ontonegativas da sociabilidade estabelecida pela lógica do capital sedimentam as distorções do trabalho alienado e intensificam o estranhamento do processo de objetivação do trabalho produtor de mais-valia.

Considerada as condições do movimento antitético da mercadoria e do dinheiro, nota-se que o seu sentido somente torna-se coerente em si e para si à medida que o desenvolvimento da unidade constituída entre produção e circulação se apresente, igualmente, como condição de valorização do valor. De acordo com Marx, “Se no processo de trabalho vemos que, assim como o produto é seu resultado, seus produtos são pressupostos para ele, igualmente deve ser dito agora que se a mercadoria é seu resultado, isto é, uma unidade de valor de uso e valor de troca, também as mercadorias são igualmente seus pressupostos. Os produtos saem do processo de valorização como mercadorias somente porque entraram nele como mercadoria” (2010, p. 94).

Contudo, enquanto essa unidade apresenta-se em sua particularidade, o capital existe “exclusivamente na forma de mercadoria ou dinheiro (mesmo que na forma de simples título de crédito etc.). [É] essa posição específica que o valor em geral assume em face da capacidade de trabalho; que o trabalho passado, objetivado, assume em face do trabalho vivo, presente; que as condições do trabalho assumem em face do próprio trabalho: essa posição constitui precisamente a natureza específica do capital” (2010, p.109). Marx observa, entretanto, que o movimento em seu todo deve ser explicado “pelo fato de que o trabalhador não vende seu trabalho como mercadoria [...] mas sim sua capacidade de trabalho, antes de ela ser trabalhada e ter se realizado como trabalho”. Nesse sentido, “somente durante o processo de trabalho mesmo é gerado esse mais-valor – esse *surplus* [excedente] de tempo de trabalho objetivado, que ele lança

novamente na circulação na medida em que ele vende a nova mercadoria” (2010, p. 125).

O circuito do dinheiro e da mercadoria converte-se no processo de valorização do valor, e a unidade entre produção e circulação torna-se a condição de transformação da força de trabalho em mercadoria e esta, em fonte de mais-valia. As diferentes formas que o capital assume no curso de seu movimento manifesta a tendência em transformar as condições materiais e imateriais de sua existência e de sua reprodução em sua própria antítese.

Os apontamentos apresentados até aqui, referentes a Parte I deste Relatório, são resultados de estudos iniciais sobre a teoria marxista do valor e o processo de valorização do espaço. O objetivo principal desses estudos, no momento inicial da pesquisa, era o de realizar uma investigação introdutória sobre os escritos de Marx em torno das condições gerais de formação do capital de tal modo que pudéssemos apreender a dialética da exposição categorial e suas manifestações históricas e geográficas, e, a partir daí orientar a nossa análise teórica sobre a valorização capitalista no espaço com base nas categorias marxianas derivadas das mediações metabólicas entre sociedade e espaço-mercadoria.

Nesse sentido, entender a necessidade que levou Marx a desvendar, através da chamada acumulação primitiva, a gênese do capital, a propriedade privada, o trabalho assalariado produtor de mais-valia, as metamorfoses do dinheiro e da mercadoria, o circuito do capital e etc., colocou-se para o desenvolvimento da nossa pesquisa como condição essencial à definição adequada das categorias e sua crescente complexidade histórica e geográfica no curso da investigação que realizamos, mesmo sucintamente, em torno das condições gerais de formação do capital

Parte II

A Produção Social da Mais-Valia e o Enigma do Valor

Capítulo 4: Considerações sobre a teoria marxista do valor

O objetivo deste capítulo é reunir algumas concepções em torno da teoria marxista do valor de forma que nos forneçam os elementos básicos para a interpretação do processo de produção de mais-valia e, assim, explicitar não somente os pontos cruciais do debate em torno dessa teoria, mas também procurar delucidar essa relação social específica que é o próprio valor na sociedade capitalista.

Nesta sucinta exposição da teoria do valor, vale resgatar alguns antecedentes de sua trajetória até Marx com o objetivo de esclarecer que os estudos realizados pelo autor sobre os temas econômicos de sua obra, não deve ser reduzida a um simples “aperfeiçoamento” dos chamados economistas clássicos.

A teoria do valor teve início com William Petty (1623-1687), no final da era mercantilista. Na concepção Petty, a magnitude do valor de um produto depende da quantidade de trabalho despendido em sua produção. Nas palavras de Rubin, “Petty acompanha essa discussão com uma tentativa muito corajosa de deduzir o preço da terra da renda monetária total”. Petty pergunta: “por que o preço da terra é igual a vinte vezes a sua renda anual? Tomando como ponto de partida sua investigação sobre a renda, mas sem conhecimento das leis que governam a formação do lucro e do juro, Petty não podia saber que essa relação entre a renda anual e o preço da terra depende da taxa média de juro que prevalecia à época (na Inglaterra, em torno de 5%), e que a primeira muda de acordo com o último (por exemplo, se a taxa de juros cai de 5% para 4%, o preço da mesma porção de terra aumentará para 1.250 libras, ou vinte e cinco vezes a renda anual) [...] Como o tamanho da renda monetária depende do valor de um alqueire de trigo, e como este, por sua vez, é determinado pela quantidade de trabalho despendido em sua produção, segue-se que o trabalho é a fonte não apenas do valor do trigo, mas, na contabilidade final, também do “valor da terra”. O argumento de Petty representa uma primeira e ousada tentativa de submeter os fenômenos agrícolas à lei do valor-trabalho (RUBIN, 2014, p. 103-104).

A outra fonte importante investigada por Marx trata-se da teoria valor-trabalho de Adam Smith (1723- 1790). O principal objetivo de Smith era o de encontrar um padrão de medida invariável do valor dos produtos. O seu ponto de partida fora definido, corretamente, como sendo o valor de troca. “Por outro lado [escreve Rubin] se perguntamos qual é o ponto de vista a partir do qual Smith estuda esse objeto, encontramos uma dualidade metodológica no modo como ele apresenta o problema. Por um lado, Smith pretende desvelar as causas que determinam, primeiro, quanto vale uma mercadoria e, segundo, todas as mudanças nessa magnitude; por outro lado, ele quer encontrar um padrão preciso, invariável, que possa, então, ser usado para medir o valor de uma mercadoria. Por outro lado, ainda, ele aspira a explicitar as fontes de mudanças no valor e, por outro, a encontrar uma medida invariável do valor. [...] O estudo teórico das mudanças reais no valor se torna confuso com a tarefa prática de obter a melhor forma de valor” (RUBIN, 2014, p. 235).

A teoria do valor-trabalho de David Ricardo (1772- 1823), consiste em um dos principais mananciais em que Marx se debruçou para realizar a sua própria teoria do valor. A investigação de Ricardo, diferentemente da de Smith, não apresenta qualquer tentativa de encontrar uma medida invariável de valor. De acordo com Rubin, “O *método* que Ricardo aplicou consistentemente à teoria do valor é o estudo científico da causalidade, método que a escola clássica estabeleceu como parte da economia política. Ricardo procurou as causas das mudanças quantitativas no valor dos produtos e pretendia formular leis dessas mudanças. Seu objetivo último era *determinar as leis que regulam a distribuição* dos produtos entre as diferentes classes sociais” (2014, p. 308).

O conceito-chave que Ricardo procura aplicar é o de “trabalho despendido” na produção de uma mercadoria e observar as alterações quantitativas desse trabalho. Para Ricardo, de acordo com Rubin: “O valor de uma mercadoria [...] depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para a sua produção, e não da remuneração maior ou menor para por esse trabalho” (2014, p. 313).

Na concepção de A. Smith, a lei do valor-trabalho somente poderia operar em uma sociedade em que o lucro não se apresentasse como categoria econômica e, tampouco, a propriedade privada, portanto, o estudo do capital através da lei do valor-trabalho seria a sua própria violação.

No entanto, “Ricardo concentrou todos os seus esforços em mostrar que a lei do valor-trabalho podia operar mesmo onde há lucro e renda. Mas, pergunta-se: a ação

dessa lei é anulada pelo fato de que o valor de um produto (cereal) é suficiente para cobrir não apenas a remuneração do trabalho (salários) e lucro do capitalista, mas também para render uma margem adicional (renda) que se origina não no trabalho, mas nas forças da natureza? De modo algum, responde Ricardo em sua teoria da renda”. Embora Ricardo tenha investido suas investigações sobre o valor de troca, trazendo conceitos como trabalho socialmente necessário, lucro e etc., mas se, no entanto, buscarmos em sua obra pela resposta “de onde vem esse lucro, ou mais-valor? Ricardo não dá nenhuma resposta clara a essa questão” (RUBIN, 2014, p. 316-317).

As rápidas considerações mencionadas acima, nos permitem perceber a enorme diferenciação que há entre os pressupostos da teoria do valor-trabalho da Escola Clássica liderada por Smith e Ricardo e as formulações feitas, posteriormente, por Marx em *O Capital*. Naturalmente, o caminho aberto, sobretudo por Ricardo a respeito do trabalho, do valor, do lucro, da renda fundiária e etc., foi extremamente importante para a investigação que Marx realizou. Não sem razão, em várias passagens de *O Capital*, Marx reconhece as contribuições advindas de Smith e Ricardo, mas apresenta uma análise que constitui, ao mesmo tempo, uma crítica radical à *Escola Clássica*.

Para Mandel (1967, p. 3-4), a compreensão “da teoria do valor-trabalho utilizada por Marx”, exige somente a observação sobre o modo como o autor aperfeiçoa a “teoria ricardiana do valor-trabalho ao elaborar a teoria da mais-valia”. De acordo com o Mandel, Marx visa apenas explicar “o carácter essencialmente dinâmico da acumulação do capital: como a troca de valores iguais entre o trabalhador e o capitalista conduz a um enriquecimento constante do capitalista. Não é necessário desenvolver cumpridamente como Marx resolve o problema: distinção entre trabalho e força de trabalho, descoberta de que o trabalhador não vende o seu trabalho, mas a sua força de trabalho; distinção entre o valor de troca da força de trabalho e o seu valor de uso pelo capitalista (trata-se de produzir mais valor do que o seu próprio valor de troca, etc.)”.

Contudo, como veremos, parece não tratar-se apenas de um “aperfeiçoamento” da teoria de Ricardo que, embora tenha exercido inicialmente influências sobre Marx, a teoria do valor que se apresenta em *O Capital*, como já dissemos, é completamente distinta da desenvolvida por Ricardo.

A concepção de Harvey sobre a teoria de valor de Marx, não difere substancialmente da de Mandel. Segundo o autor, “A única diferença [entre Ricardo e Marx] é a introdução entre “o trabalho útil concreto”, que produz valores de uso, “o

trabalho humano abstrato”, que “cria valor” (MARX *apud* HARVEY, 2013, p. 59). Dizer simplesmente que o trabalho abstrato “cria valor” parece não explicar suficientemente nem o conceito de trabalho abstrato e, tampouco, o verdadeiro sentido da teoria do valor desenvolvida por Marx. A simples alusão ao processo de igualação do trabalho privado (que produz valor de uso) em trabalho social (valor de troca), está longe de esgotar a complexidade que o próprio Marx atribuiu a sua teoria do trabalho abstrato. Em carta enviada a Engels, de 24 de agosto de 1867, Marx escreve que “ninguém, até agora, havia posto em relevo criticamente este duplo caráter do trabalho, representado pela mercadoria. E como este ponto é o eixo em torno do qual gira a compreensão da economia política, temos de nos deter para examiná-lo com todo cuidado”. Após a publicação do Livro I de *O Capital*, ele voltou a escrever a Engels: “o melhor de meu livro é: 1) (nisto reside toda a compreensão dos fatos) o duplo caráter do trabalho, que é posto em relevo já no primeiro capítulo da mais-valia independentemente de suas formas específicas, como o lucro, o juro, a renda da terra, etc.”⁵.

Nos *Grundrisse*, no “Capítulo do Dinheiro” (Gênese e essência do dinheiro), o argumento parte da constatação que sendo o valor da mercadoria distinto da própria mercadoria, pois se constitui em sua relação social, portanto, como valor, a mercadoria torna-se equivalente de troca; “como equivalente, todas as suas qualidades naturais são nela extintas, não mantém mais qualquer relação qualitativa particular com as outras mercadorias [...] A sua propriedade como valor não somente pode como deve adquirir simultaneamente uma existência diferente de sua existência natural. Por quê? Porque, como valores, as mercadorias são diferentes entre si apenas quantitativamente, cada mercadoria tem de ser qualitativamente diferente de seu próprio valor. Por isso, o seu valor deve possuir igualmente uma existência qualitativamente dela diferenciável e, na troca efetiva, essa separabilidade tem de devir separação efetiva, porque a diversidade natural das mercadorias tem de entrar em contradição com sua equivalência econômica, e ambas só podem coexistir porque a mercadoria adquire uma dupla existência, ao lado de sua existência natural adquire uma existência puramente econômica, na qual a mercadoria é simples signo para o seu próprio valor [...]. Como valor, a mercadoria é universal; como mercadoria efetiva, é uma particularidade [...]. Em resumo, todas as

⁵ Cartas Sobre el Tomo I de El Capital. RUBIN, I. I. A Teoria Marxista do Valor. São Paulo: Brasiliense; 1980, p. 146; Nota 1.

propriedades enumeradas como propriedades particulares do dinheiro são propriedades da mercadoria como valor de troca; propriedades do produto como valor, à diferença do valor como produto” (MARX, 2011, p. 91-92).

O dinheiro, nesse sentido, torna-se a condição de existência do valor por ser uma relação abstrata da propriedade privada consigo mesma: o deus onipotente que a tudo devora. Como mercadoria, já convertida em equivalente, isto é, em valor autonomizado, a sua existência particular é subsumida pela universalidade do valor de troca. A contradição que se estabelece entre a existência particular da mercadoria, a sua “diversidade natural”, decorre da própria lógica do valor e da necessidade de realização da mais-valia contida na mercadoria, que ocorre somente mediante a troca. Em outras palavras, o vivo deve reanimar o morto; o concreto deve tornar-se abstrato e o particular somente adquire estatuto social quando transformado em universal, em valor.

Contudo, de acordo com Marx, a mais-valia “jamais pode brotar do equivalente; portanto, tampouco pode brotar originariamente da circulação; tem de brotar do próprio processo de produção do capital”, pois, o que se apresenta, por um lado, como mais-valia, do lado oposto, surge como trabalho excedente. Desse modo, “o trabalho excedente [...] é necessidade universal derivado das próprias necessidades individuais [...]; conseqüentemente, capital e trabalho comportam-se aqui como dinheiro e mercadoria; o primeiro é a forma universal da riqueza, a segunda é só a substância que visa o consumo imediato” (MARX, 2011, p. 255-256).

Embora Harvey apresente uma exposição simplificada da categoria trabalho, porém, admite que “a teoria do valor passa a refletir e incorporar as relações sociais essenciais que estão no cerne do modo de produção capitalista. Em suma, o valor é concebido como uma relação social. [Marx mostra] que a lei do valor, como ele a concebe, na verdade opera como uma força condutora dentro da história capitalista” (2013, p. 60). De acordo com Marx, “Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta [...]. A igualdade *toto coelo* (plena) dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real” (MARX *apud* HARVEY, 2013, p. 61).

O valor para Marx é um fenômeno puramente social, a sua existência como valor possui uma “materialidade essencialmente social e não contém um único átomo de matéria”. Segue-se daí que o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como

uma categoria social na qual não se pode encontrar um único átomo de matéria. Se, portanto, o trabalho abstrato colocar-se como uma distorção conceitual em forma de dispêndio somente de energia, ou seja, em sua forma fisiológica, significaria despojar o valor de sua forma social e histórica, pois não é possível conciliar um conceito de trabalho abstrato como sendo de caráter fisiológico, com o conceito histórico e social de valor.

Nota-se que no Prefácio à primeira edição do Livro I de *O Capital*, Marx aponta uma série de dificuldades ao *analisar as formas econômicas*, particularmente a *forma-valor* e a *forma-dinheiro*. A forma-valor, por sua vez, compreende uma *forma relativa* e uma *forma de equivalência*, e, de outro, o desenvolvimento histórico do valor se expressa na crescente complexidade de suas formas: o valor, da *forma simples* até a *forma desenvolvida*, passa para uma *forma geral* e uma *forma dinheiro*. A formação do dinheiro é uma *nova determinação de forma*. As diferentes funções do dinheiro são, simultaneamente, diferentes *determinações de formas*. Em suma, “a reprodução do capital pressupõe a reprodução de suas partes componentes materiais” (RUBIN, 1980, p. 54).

Na reprodução do capital “o valor se torna [...] o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário que valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é o seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização” (MARX, 2013, p. 230). Por isso, como diz o autor no Livro I, “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela” (2013, p. 240). É nesse sentido que o movimento de valorização do valor produz, historicamente, a constituição da unidade entre produção e circulação, pois é nesta última esfera que a mais-valia contida na mercadoria se realiza e, desse modo, o resultado do processo em que operam as múltiplas metamorfoses do dinheiro e da mercadoria tornando-se, ao mesmo tempo, o ponto de partida de um novo ciclo de reprodução, ou seja, um novo ciclo de autovalorização do valor em escala ampliada.

Considerado o valor como uma relação social historicamente constituída e que pela sua “constante variação de forma”, que é peculiar ao seu movimento, a teoria do valor torna-se a expressão da efetividade das relações entre pessoas que assume uma

forma material e está intrinsecamente relacionada ao processo de produção. Além disso, a teoria pressupõe que “o trabalho que cria valor” apareça não somente como “trabalho quantitativamente distribuído, mas também como trabalho socialmente igualado”. A igualação da totalidade dos trabalhos privados apresenta-se, desse modo, como trabalho social. A igualação que transcorre no mundo das trocas, o trabalho assume uma forma abstrata e socialmente necessária.

Na concepção de Rubin (1980, p. 82-83), “O objeto da teoria do valor é a inter-relação das diversas formas de trabalho no processo de sua distribuição, estabelecida através da relação de troca entre coisas, isto é, entre os produtos do trabalho. Assim, a teoria de Marx sobre o valor [analisa] as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através de coisas”.

Sob o ponto de vista qualitativo, o valor, segundo Marx, “não é apenas um regulador da distribuição do trabalho social, mas também expressão das relações sociais de produção entre as pessoas. Deste ponto de vista, o valor é uma forma social adquirida pelos produtos de trabalho no contexto de determinadas relações de produção entre as pessoas [...] Em outras palavras, devemos passar da teoria da *magnitude do valor* para a teoria da *forma de valor (wertform)*”. Pode-se notar, pois, que “o valor não caracteriza coisas, mas relações humanas sob as quais as coisas são produzidas. Não é uma propriedade das coisas, mas uma forma social adquirida pelas coisas, devido ao fato de as pessoas manterem determinadas relações de produção umas com as outras através de coisas. O valor é uma *relação social tomada como uma coisa*, uma relação de produção entre pessoas que toma a forma de uma propriedade das coisas [...] A definição de valor como expressão das relações de produção entre pessoas não contradiz a definição do valor como expressão do trabalho abstrato [...]. A diferença consiste apenas no fato de que, antes, analisamos o valor do ponto de vista de seu aspecto quantitativo (como uma magnitude), e agora de seu aspecto qualitativo (como forma social)” (RUBIN, 1980, p. 82-85).

De acordo com Rubin, é neste ponto específico da teoria da “forma-valor” que se pode chegar à teoria do fetichismo da mercadoria e da reificação das relações de produção e consumo. O trabalho vivo torna-se somente a carcaça onde se acopla o trabalho morto, ou o *sex appeal do inorgânico*, como quer Walter Benjamin. O seu aspecto qualitativo somente adquire sentido lógico no processo de valorização se figurar o aspecto quantitativo, ou seja, o aspecto abstrato de igualação. Nesse sentido, a

especificidade da teoria de Marx sobre o valor reside na explicitação do movimento interno do valor que se dá mediante o “duplo caráter do trabalho”: trabalho concreto e trabalho abstrato; e, conseqüentemente, do duplo caráter da mercadoria: valor de uso e valor.

Mas isso não é tudo. Se, como vimos anteriormente, o capital para se reproduzir deve encontrar no mercado além dos meios de produção, matérias-primas, infraestrutura e etc., e, sobretudo, a força de trabalho livre, despojada de todas as condições objetivas de sua existência e, como tal, estabelecer em pé de igualdade jurídica um contrato de compra e venda entre trabalhador e capitalista, pressupõe que as relações capitalistas de produção se desenvolvam sobre a base de direito, da liberdade de mercado e da igualdade entre compradores e vendedores de mercadorias. Mas o fato de as relações de produção apresentar-se “na superfície da sociedade” em seu caráter puramente distorcido, a condição formal de igualdade assenta-se, na verdade, nas condições reais de desigualdade.

Para Grespan (2012, p. 45-48), o primeiro aspecto a ser considerado “é que a apropriação dos meios de produção já define a forma privada da propriedade, pois é esta que autonomiza e especializa cada produtor como um indivíduo distinto dos demais”. O valor como relação social torna-se o *nexo social* “entre indivíduos [...] estritamente associada à generalização da troca [...]. Por isso *a necessidade da troca e a transformação do produto em puro valor de troca avança na mesma medida que a divisão trabalho, isto é, com o caráter social da produção*”. Nesse sentido, diz o autor, que somente a partir da investigação realizada por Marx sobre o duplo caráter do trabalho e, portanto, sobre as metamorfoses da mercadoria, é que o fetichismo das relações “aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual a sociabilidade se transfigura em naturalidade”.

Em breves considerações, observam-se as seguintes abordagens da teoria marxista do valor: a primeira delas é a que considera a obra de Marx como uma continuidade que completa e corrige a teoria de Ricardo ao desvendar as formas de exploração da força de trabalho (e não simplesmente do trabalho) e a origem do lucro; a segunda abordagem, difundida por Dobb e Sweezy, é a abordagem do *trabalho incorporado*, o valor aparece como relação social. “Nessa abordagem, questões relativas à circulação de mercadorias, o papel do dinheiro na divisão social do trabalho e das críticas de Marx ao capitalismo compreendidas no fetichismo das mercadorias, ficam de

fora ou recebem pouca atenção” (MOLLO, 2013, p. 50); a *teoria da forma* consiste em outra abordagem em que levanta a questão do por quê o trabalho sob o modo capitalista de produção assume a forma social do valor.

Para Marx, o valor, em seu obstinado processo de autovalorização, está na essência da formação histórica da sociedade burguesa capitalista. Com o objetivo de construir uma crítica à economia política *clássica* a partir da teoria valor-trabalho de Smith e Ricardo, assim como da filosofia hegeliana e das teses de Feuerbach, Marx reúne as condições iniciais para a elaboração da teoria do valor como um meio de desvendar os “enigmas do capital” através da análise do trabalho socialmente necessário à produção de mercadoria e suas formas de fetichismo.

De início, vale ressaltar que “a teoria do valor-trabalho não está baseada numa análise das transações de troca enquanto tais em sua forma material, mas na análise das relações sociais de produção que se expressam nas transações”. Neste caso, o valor consiste em uma relação social entre pessoas e que, necessariamente, “assume uma forma *material*, e está relacionado ao processo de *produção*” (RUBIN, 1980, p. 77-78). A teoria do valor não se reduz, portanto, a uma análise quantitativa da duração do tempo de trabalho, mas a uma análise qualitativa do valor como uma relação social que adquire uma “forma material”. Nesse sentido, a teoria marxista do valor “não analisa as relações entre coisas, mas sim as relações entre pessoas que estão vinculadas entre si através de coisas” (1980, p. 82-83).

Na acepção de Reichelt, contexto fundamental para a compreensão da teoria do valor deve levar, assim, em consideração: “as primeiras indicações em *A Crítica do Direito do Estado de Hegel*; a equiparação explicitamente efetuada de crítica da religião e crítica do Estado político, no tratado sobre a *Questão Judaica*; os *Manuscritos econômico-filosóficos*, contendo a primeira determinação mais precisa da base; e *A ideologia alemã*, enquanto tentativa de compreender a duplicação do mundo em sociedade burguesa e superestrutura idealistas como produto do autoesfacelamento e do autocontradizer-se do fundamento mundano” (2013, p. 143).

A análise mais detida em torno da teoria marxiana do valor, em estreita relação com a exposição categorial que Marx apresenta em *O Capital*, deve-se considerar, ainda, alguns pontos que são relevantes para uma compreensão adequada de toda a sua complexidade. Naturalmente, vamos nos restringir em algumas passagens apenas, mas, ao nosso ver, não poderiam ser negligenciadas.

O primeiro ponto refere-se à força de trabalho. Para Marx, no Livro I de *O Capital*, a força de trabalho consiste na “força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalhos individuais” (2013, p. 117).

O segundo ponto, apresentado inicialmente em *Para a Crítica da Economia Política*, trata do processo de valorização. “Do processo de valorização, cujo resultado são o valor adiantado e um *surplus*, um mais-valor [...], resulta que o produto propriamente específico do capital, na medida em que ele produz como capital, é o próprio mais-valor e que nela (a produção) o produto específico do trabalho, na medida em que este é nele incorporado, não é esse ou aquele produto, mas capital.” (2010, p. 118-119).

O terceiro ponto diz respeito ao trabalhador. “Ele deve igualmente ter perdido as condições de poder realizar sua capacidade de trabalho [...] nessas condições também está o fato de que a terra se opõe a ele como propriedade alheia; que ele está excluído do uso da natureza e de suas produções. Esse é o ponto em que a propriedade fundiária aparece como um pressuposto necessário do trabalho assalariado e, com isso, do capital. [Nesse sentido] “O trabalho assalariado – ou o *salariat* – (o salário como preço do trabalho), portanto é uma forma social necessária para a produção capitalista, totalmente como o capital, o valor potenciado, é uma forma social necessária que as condições objetivas do trabalho devem assumir para que este último seja trabalho assalariado” (2010, p. 125-128).

Desse terceiro ponto, Marx deduz que: “Como decorre do valor de uso específico dessa mercadoria – da capacidade de trabalho – por um lado, que seu consumo mesmo é valorização, criação de valor, então, por outro lado, decorre da natureza específica desse valor de uso que extensão na qual ele pode ser utilizado, ser valorizado, tem de ser confinada no interior de certos limites para destruir seu próprio valor de troca [...]. Porém, do que foi dito resulta que há uma antinomia na própria relação geral, antinomia que decorre disto: por um lado, abstraídos os limites naturais que impedem absolutamente o prolongamento do tempo de trabalho além de certa duração de tempo, não decorre da relação geral entre capital e trabalho – a venda de capacidade de trabalho – qualquer limite para o mais-trabalho. por outro lado, na medida em que o mais-trabalho destrói o valor da própria capacidade de trabalho,

enquanto seu valor de uso é vendido somente na extensão em que ela se conserva e se reproduz como capacidade de trabalho e que, portanto, também seu valor é conservado numa determinada duração de tempo normal – o mais-trabalho contradiz, além de certa fronteira, a natureza da própria relação, que é dada com a venda da capacidade de trabalho pelo trabalhador” (2010, p. 200-201).

O quarto ponto, de caráter mais específico, refere-se a mais-valia absoluta e relativa. “Chamamos de mais-valor absoluto a forma do mais-valor considerada até agora [...] ele é originado por meio de um prolongamento da jornada de trabalho necessária além de seus limites e sua grandeza absoluta é igual à grandeza desse prolongamento, enquanto a sua grandeza relativa – o mais-valor proporcional ou taxa de mais-valor – é dada pela relação desse prolongamento, desse fluxo com seu fluente, o tempo de trabalho necessário [...]. “Portanto, nesses casos em que o mais-valor não pode mais ser aumentado por meio do prolongamento da jornada de trabalho total, como pode ele, ainda assim, ser aumentado? Por meio da redução do tempo de trabalho necessário [...] A redução do tempo de trabalho necessário de que se trata aqui deve ser desenvolvida, portanto, sob o pressuposto de que a capacidade de trabalho é vendida por seu valor, que o trabalhador recebe o seu salário normal, não correndo, por isso, qualquer redução na soma dos meios de subsistência que são requeridos para a reprodução tradicional de sua capacidade de trabalho” (2010, p. 265-266).

O Capítulo 11 do Livro I analisa a questão da “Cooperação”. Nesse Capítulo, Marx afirma que a produção capitalista dá o seu pontapé inicial, de fato, quando (...) “o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes”.

Tal fato, o autor explica que nos primórdios a manufatura mal se diferenciava da indústria artesanal da corporação, exceto pelo número maior de trabalhadores, portanto, a diferença inicialmente no modo de produção é quantitativa. Porém, Marx explica que “a massa do mais-valor produzido pelo capital é igual ao mais-valor gerado por um trabalhador individual, multiplicado pelo número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (2013, p. 397); esse fato, em si, não altera a taxa do mais-valor, e, nem altera a produção de valor da mercadoria em geral.

Marx, explica que a cooperação possibilita, por um lado, estender o âmbito espacial do trabalho, devido muitas vezes, à própria configuração espacial do objeto de

trabalho (ex: drenagem da terra, irrigação, construções de ferrovias, etc.). Por outro, a cooperação também pode proporcionar, em relação à escala da produção, o estreitamento dessa área, como salienta o autor: “Essa limitação do âmbito espacial do trabalho e a simultânea ampliação de sua esfera de atuação, que poupa uma grande quantidade de *faux frais* [custos mortos], é resultado da conglomeração dos trabalhadores, da reunião de diversos processos de trabalho e de concentração dos meios de produção”. (2013, p.404).

Outro ponto que deve ser considerado, diz respeito à relação entre trabalho e propriedade. De acordo com Grespan (2012, p. 67) “Cada vez mais, o que comanda a divisão social do trabalho é a propriedade privada, alocando trabalho morto e trabalho vivo de acordo com as proporções do capital existentes nos vários ramos da economia. Cada vez mais, a grandeza da propriedade privada influi nessa divisão e a distorce em relação ao princípio do valor trabalho, tornando o mundo social mais afeito à imagem e semelhança do sujeito que verdadeiramente o domina [...]. A seção do Livro III, que trata da renda terra, é o ponto culminante desse princípio. Ocorre aqui uma nova divisão social, com um grupo de proprietários da terra que só detém essa propriedade, de um lado, e, de outro, um grupo de capitalistas rurais que apenas usa os recursos naturais para produzir mais-valia, sem ter a propriedade de tais recursos, porém”.

A partir das condições apresentadas acima, chega-se ao “conceito puro de renda, da renda em si mesma, corresponde ao pagamento da simples propriedade, da chamada ‘terra nua’, e não de qualquer benfeitoria que tenha sido feita nela. Esta quando existe, corresponde a um investimento de capital, e sua remuneração cai sob a rubrica de juros, porque é como um empréstimo que o arrendatário dessa vez faz em espécie ao proprietário. Dessa relação com os juros, Marx obtém a fórmula para o cálculo do preço da terra ou do recurso natural em questão” (2011, p. 26-27).

Assim, a partir do “princípio distributivo [estabelecido] pela propriedade privada completa o processo de autonomização em face do princípio do trabalho como criador do valor [...] Esse novo princípio distributivo não só é apresentado no Livro III como organiza a própria apresentação ao longo das suas seções. Ela explica a autonomia da propriedade privada como um processo expansivo dentro do sistema das formas sociais reconstituído pela apresentação, e também o curso históricos do desenvolvimento capitalista, cujas figuras contemporâneas apenas confirmam a efetivação dessa tendência” (2011, p. 29).

Diante do que foi exposto até aqui, podemos concluir, ainda que de modo preliminar, que a teoria marxiana do valor possui, em relação ao que Marx entendia por fetichismo, a sua mais relevante expressão teórica referente à sociedade capitalista. Por isso, a teoria de Marx não pode ser reduzida à noção de simples “aperfeiçoamento” ou uma teoria do valor em sua expressão puramente quantitativa em relação ao tempo socialmente necessário à produção de mercadorias. A teoria do valor elaborada por Marx é, essencialmente, uma crítica radical à sociabilidade ontonegativa do valor e, igualmente, uma teoria revolucionária.

Capítulo 5: a teoria da renda fundiária

A teoria da renda fundiária desempenha, na obra de Marx, uma função peculiar na arquitetura de sua exposição sobre o capital. Primeiro, porque as condições gerais de formação do capital a partir da universalização da propriedade privada da terra e do trabalho assalariado apresentam-se como processos fundantes de separação entre o produtor direto e os meios de produção, o que garante a existência da força de trabalho como mercadoria; segundo, em razão da consolidação prévia do direito à propriedade, a superfície da terra torna-se, enquanto produto do capital, fonte de renda e de lucro. Além disso, como vimos anteriormente, a propriedade privada coloca em curso novos processos de divisão social e territorial do trabalho e se estabelece, enquanto forma econômica, o modo peculiar de apropriação de frações da mais-valia total gerada no processo produtivo e nos sucessivos ciclos de rotação do capital. Em *Teorias da Mais Valia* (Volume II), Marx já havia demonstrado a sua crítica não somente em relação aos economistas clássicos, mas também ao caráter fetichista de suas categorias econômicas, tais como: terra, trabalho e capital.

No Livro III de *O Capital*, Marx inicia a sua análise sobre a “conversão do lucro suplementar em renda fundiária”, com a seguinte advertência: “Estudamos aqui uma forma histórica de propriedade fundiária, em que se transformou por influência do capital e do modo capitalista de produção a propriedade fundiária feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência” (1984, p. 706). Nesse processo histórico em que se situa a gênese do capital, “A propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privatistas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades. Isto posto, trata-se de esclarecer o valor econômico, isto é, a valorização desse monopólio na base da produção capitalista” (1984, p. 706-707).

Essa primeira advertência que Marx apresenta é de extrema importância uma vez que em formações sociais pretéritas, a propriedade da terra era fonte de formas distintas de renda, como veremos mais adiante. Porém, sob a “influência do capital”, a propriedade privada da terra está subsumida a novas determinações sociais que alteram completamente o seu conteúdo e sua forma no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em razão desta especificidade que substancia a propriedade da

terra no interior do movimento das categorias econômicas, que faz com que Marx tenha se empenhado em analisar “a valorização desse monopólio na base da produção capitalista”.

No Capítulo sobre a *Gênese da renda fundiária capitalista* (Livro III de *O Capital*), Marx enfatiza ainda que, “Em sociedades nas quais não é o capital que exerce a função de forçar o mais-trabalho e de se apropriar de todo o mais-valor [...] não se pode falar [...] de renda no sentido moderno, renda como excedente sobre o lucro médio, isto é, sobre a participação proporcional de cada capital individual no mais-valor produzido pelo capital social total” (2017, p. 844). Essa condição histórica para a realização da existência dessa categoria econômica pressupõe, portanto, a universalização do trabalho abstrato e da série de derivações da mercadoria e do dinheiro na produção de mais-valia e do lucro suplementar, cuja repartição deve constituir o lucro, a renda fundiária, o salário e etc. Assim sendo, o monopólio sobre porções da superfície da terra, essa “ficção jurídica” como diz Marx, habilita o seu proprietário ao ato de apropriação de parte desse excedente, ou melhor, de trabalho não pago. Portanto, é essa possibilidade real de se apropriar de uma certa fração da mais-valia produzida pelo “capital social total” que habilita, em certa medida, a metamorfose da propriedade privada da superfície da terra em espaço-mercadoria. Em outras palavras, o modo peculiar como o movimento do capital deriva as suas figuras econômicas, destruindo os nexos internos que as constituíam anteriormente, é que faz com que as novas condições sociais de produção instauradas pela lógica de valorização do valor, redefina as funções de seus elementos na unidade produção-circulação.

Em relação às distintas formas de renda, como mencionado acima, Marx apresenta três formas básicas: a *renda em trabalho*, que consiste na forma mais simples, em que o produtor direto trabalha “o solo que lhe pertence [durante alguns dias da semana], ao passo que nos outros dias da semana trabalha na propriedade do senhor”; a *renda em produto*, embora seja acompanhada de “resquícios da forma anterior”, revela um nível diferenciado das relações de troca, pois a renda pode ser direcionada tanto a uma pessoa privada quanto para o Estado. Neste caso, “o mais-trabalho se expressa, aqui, sob a forma da renda, e não do lucro”; a terceira forma é a *renda em dinheiro*, “aqui o produtor direto tem de pagar ao proprietário fundiário (seja este agora o Estado ou a pessoa privada) o preço do produto, em vez do próprio produto [...] ele tem agora de

transformar uma parte de seu produto em mercadoria, tem de produzi-lo como mercadoria” (2017, p. 850-857).

Marx menciona, ainda, que a transformação da renda produto em renda em dinheiro, a renda capitalizada, “o preço do solo e, logo, sua alienabilidade e sua alienação tornam-se um fator essencial e que, como isso, não só aquele que anteriormente era obrigado a pagar renda pode converter-se em proprietário camponês independente, mas também investidores urbanos e outros possuidores de dinheiro passam a ter chance de comprar terrenos para arrendá-los, tanto a camponeses como a capitalistas, e de desfrutar da renda como uma forma dos juros de seu capital investido dessa maneira; assim, também essa circunstância ajuda a transformar o modo de exploração anterior, a relação entre proprietário e agricultor real e a própria renda”. Em seguida, acrescenta: “O preço da terra não é senão renda capitalizada e, por conseguinte, antecipada” (2017, p. 862-868).

Harvey argumenta, nesse sentido, que “a renda fundiária, capitalizada como o juro sobre algum capital imaginário, constitui o *valor* da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o direito à renda fundiária produzido por ela. O dinheiro exposto é equivalente a um investimento que rende juros”. Desse modo, a conclusão do autor, com base nos *Grundrisse*, é que “O direito à terra se torna, em resumo, uma forma de capital fictício [...] *Se é emprestado como dinheiro, terreno, imóvel etc., o capital deverá mercadoria como capital, ou a mercadoria que é posta em circulação é o capital como capital* (Harvey, 2013, p. 471).

Vale destacar, entretanto, que no Capítulo 37 do Livro III de *O Capital*, Marx apresenta uma distinção essencial entre renda fundiária e juros. Os economistas clássicos, como Carey, por exemplo, consideravam a renda como sendo idêntica aos juros. “Com isto”, diz Marx, “estaria extinto o antagonismo entre proprietários fundiários e capitalistas [...]. A renda fundiária ainda pode se confundir com os juros de outro modo, fazendo com que seu caráter específico fique desconhecido. A renda do solo se apresenta numa soma monetária determinada, que o proprietário fundiário obtém anualmente do arrendamento de uma porção do planeta”. Assim, se toda a entrada de dinheiro pode ser capitalizada, os juros, neste caso, deverão aparecer como juros de um “capital imaginário” (2017, p. 683).

Desse modo, a primeira aproximação a que se pode chegar, de acordo com Marx, é que: “Qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus

tipos têm de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária [...]. Esse caráter comum das diferentes formas da renda fundiária – de ser a realização econômica da propriedade fundiária, da ficção jurídica em virtude da qual diferentes indivíduos detêm com exclusividade determinadas parcelas do globo terrestre – faz com que esqueçam as suas diferenças” (1980, p. 727-728).

A renda fundiária no sistema do capital se constitui, desse modo, a partir de uma determinada fração da mais-valia, por isso ela deve elevar-se acima do lucro e, portanto, acima do valor das mercadorias. A passagem da renda fundiária para a renda monetária somente torna-se efetiva como figura do capital na medida em que a produção agrícola é produção de mercadorias e, igualmente, a propriedade do solo, seja no campo ou na cidade, tornam-se também mercadorias. Nesse sentido, Marx argumenta que: “A produção de mais-valia e de produto excedente aumenta na mesma medida em que, com a produção capitalista, a produção de mercadoria cresce e por conseguinte a produção de valor. E na mesma medida em que aquela aumenta, desenvolve-se a capacidade da propriedade fundiária de apoderar-se – em virtude do monopólio sobre a terra – de parte crescente da mais-valia, e de elevar por isso o valor da sua renda e o próprio preço do solo” (1980, p. 731-732).

A essas relações entre renda, juros e preço da terra, Marx traz a seguinte interpretação: “Segue-se daí que, suposta a renda fundiária magnitude constante, o preço da terra pode variar na razão inversa da variação da taxa de juro [...]. Vimos que a taxa de lucro tende a cair no curso do desenvolvimento social e em consequência também a taxa de juro na medida em que a taxa de lucro a regula, e que, se abstraímos da taxa de lucro, a taxa de juro tende a cair em virtude do crescimento do capital-dinheiro disponível para empréstimo. Daí resulta que o preço da terra tende a subir, independentemente mesmo da renda fundiária e do preço dos produtos agrícolas, do qual a renda constitui parte” (1980, p. 715-716).

No Livro III de *O Capital*, especificamente no Capítulo 48 – A Fórmula Trinitária –, aparece a exposição do caráter fetichista que os economistas clássicos imprimiam às categorias de capital, terra e trabalho e sob as quais “se encerram todos os mistérios do processo social de produção”. Assim, diz Marx, a respeito desse caráter “enigmático” das categorias: “Assim, aquela forma trina se reduz precisamente a Capital-juro, terra-renda fundiária, trabalho-salário, com a divertida eliminação do lucro, a forma de mais-valia que especificamente caracteriza o modo capitalista de

produção”. Contudo, “Examinando mais de perto essa trindade econômica, verificamos: antes de mais nada, as pretensas fontes da riqueza anualmente disponível pertencem a esferas totalmente díspares e não têm a menor analogia entre si. Relacionam-se mais ou menos como custas de cartório, beterrabas e música [...]. O capital são os meios de produção convertidos em capital, os quais em si não são capital como o ouro ou a prata em si, tampouco são moeda” (1984, p. 935-936).

Considerado os traços essenciais da teoria da renda fundiária de Marx, temos ainda que desenvolver outros aspectos relevantes que sem os quais não estaremos em condições de analisar, nos Capítulos 7 e 8 as questões relacionadas ao capital fixo e o processo de valorização no espaço. Contudo, vale dizer de passagem, que a análise empreendida por Marx sobre a renda fundiária somente aparece simultaneamente no Livro III de *O Capital* e na parte segunda de *Teorias da Mais-Valia*. Este último deveria ser, nos planos do autor, o quarto livro da obra completa de *O Capital*. Assim, a sua teoria da renda fundiária faz parte do imenso manuscrito econômico elaborado por ele e que foi organizado e publicado pela primeira vez por F. Engels, como é o caso dos Livros II e III, e por K. Kautsky, em se tratando de *Teorias da Mais-Valia*. Em *Para a Crítica da Economia Política*, discutindo a questão do método da Economia Política, Marx explica o porquê desse tratamento tardio sobre a renda da terra em sua obra. Diz ele: “Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, neste caso, a sociedade burguesa, está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem, portanto, formas de ser, determinações de existência”. Desse modo, Marx argumenta que “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca” (1974, p. 127).

A análise realizada por Marx sobre a renda fundiária parte, como mencionado, do pressuposto de que as relações de produção capitalista são dominantes em todas as esferas da economia, inclusive sobre a agricultura, que tende a se transformar em um simples ramo da indústria. Nesse sentido, em *Salário e Lucro*, apresenta a seguinte observação: “A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia de uma mercadoria ou do trabalho não remunerado, que nela se materializa, e todos provêm por igual desta fonte e

só desta fonte. Não provêm do solo, como tal, nem do capital em si, mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorque ao operário” (1974, p. 92).

Todavia, torna-se necessário apresentar algumas considerações sobre a questão de transformação de valores em preços de produção. Isto porque na concepção de Marx, a renda fundiária não é outra coisa senão parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores que, em vez de ser apropriada pelos capitalistas na forma de lucro, é obtida pelos proprietários de terras a título de renda. Como sabemos, na concepção marxista, a mais-valia é a forma capitalista dos produtos excedente ou do sobretrabalho, enquanto que o lucro, a renda e o juro, por serem expressões da mais-valia, não podem ter por origem senão a exploração dos trabalhadores.

Considerada essas primeiras conclusões, Marx levanta a seguinte questão: como pode surgir uma renda fundiária, isto é, como parte do lucro pode transformar-se em renda fundiária, e assim caber ao proprietário da terra parte do preço da mercadoria? A resposta do autor parte do pressuposto de que o preço de mercado da mercadoria é igual ao seu preço de produção médio e uniforme para todos os produtores do respectivo ramo de produção. Nessas condições, o lucro por unidade produzida que cada produtor obtém é dada pela diferença entre o preço de produção médio – categoria essa reguladora do preço de mercado – e o preço de produção individual, ou, então, pela diferença entre o preço de custo médio (social) e o preço de custo individual. Ora esta última categoria, o preço de custo individual, é específica, pois depende das condições de produção de cada unidade produtiva. Mais precisamente, em termos da teoria do valor-trabalho, depende do tempo de trabalho necessário a um produtor individual, para produzir dada quantidade de mercadorias. Por outro lado, o preço de custo médio, um dos fatores determinantes do preço de produção médio, depende do tempo socialmente necessário à produção das mercadorias. No Livro III de *O Capital*, Marx argumenta que: “se determina pelo [...] tempo de trabalho exigido para produzir, nas condições sociais médias de produção, a quantidade global socialmente requerida das espécies de mercadorias que estão no mercado”. Assim, os produtores que operam com preço de custo individual inferior ao preço de custo médio (social) obtêm lucros suplementar normal. Aqui, a expressão normal é utilizada no sentido de que tal lucro extraordinário “não resulta casualmente de transações efetuadas no processo de circulação, de oscilações fortuitas dos preços de mercado” (MARX, Livro III)

A partir dessa noção de “lucro suplementar”, chega-se a conclusão que a sua magnitude por unidade produzida depende basicamente do custo total de produção dos produtores individuais, bem como, do custo médio da produção total, definindo assim uma taxa média de lucro. Porém, esta taxa média de lucro está sujeita ao movimento da concorrência entre capitalistas nos diferentes ramos de produção e, conseqüentemente, da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia. De acordo com Marx, é esse lucro suplementar normal, que se transforma em renda, a renda diferencial. Com efeito, pode-se fazer a seguinte indagação: porque o lucro suplementar se converte em renda? A resposta de Marx não poderia ser outra: a propriedade privada. Na sua concepção a renda, qualquer que seja a sua modalidade, pressupõe a propriedade. No caso da renda diferencial, pressupõe a propriedade privada sobre as condições de produção favoráveis que elevam comparativamente a produtividade do trabalho entre produtores de um mesmo ramo de produção. Nesse sentido, a renda diferencial constitui a forma em que se realiza, economicamente, a propriedade das condições objetivas de produção que contribuem para elevar relativamente a produtividade do trabalho.

Nesse sentido, na concepção de Marx, o espaço da superfície terrestre consiste em uma categoria econômica, e, como tal, tem que ser vista como uma relação social e como processo de desenvolvimento histórico. Vale lembrar, entretanto, que na teoria de Marx, considerando a determinação social da propriedade privada, está explícito o fato de que as condições materiais e espaciais de produção e de circulação ocorrem sobre as condições herdadas de sociedades precedentes. A diferenciação das condições naturais de produção está subsumida, em sua particularidade histórica, as desigualdades sociais da produção e da reprodução social do capital.

Resta ainda analisar, em relação à teoria da renda, o problema da formação da renda no espaço urbano. As interpretações mais freqüentes procuram estabelecer duas condições iniciais para se chegar a sua composição: a produção por unidade construída, ou seja, a construção civil propriamente dita do produto imobiliário; e as formas de circulação e consumo do produto imobiliário. Assim, no primeiro caso a renda estaria vinculada a produção do imóvel e, no segundo caso, a renda seria gerada a partir da circulação e do consumo do imóvel. Neste caso, a localização desempenha papel determinante na definição da renda, o espaço urbano equivale a uma mercadoria, pois possui tanto valor de uso como valor.

O ponto de partida para a análise da composição da renda pode ser colocado, neste caso, de maneira distinta e se chegar ao mesmo lugar, mas com nível maior de profundidade. Se o produto imobiliário é, primeiramente, trabalho fixado ao solo e, neste caso, trabalho vivo fixado ao solo, portanto, valor de uso, deve-se considerar então o tempo socialmente necessário a sua produção e, igualmente, a magnitude do trabalho excedente. Para que essa mercadoria, que é o produto imobiliário propriamente dito, se transforme em dinheiro é necessário “lançá-la” na circulação e, assim, realizar a mais-valia nela contida. Uma vez no mercado imobiliário, a concorrência não somente apagará todos os rastros do trabalho vivo, mas também qualquer resquício das formas de extração de mais-valia. Embora o produto imobiliário possua a sua existência somente a partir da fixação de trabalho vivo ao solo, o seu valor apresenta-se, exclusivamente, como resultado do trabalho abstrato.

Em decorrência de suas características físicas e de imobilidade, há uma peculiaridade na circulação dessa mercadoria. A figura jurídica que garante a sua circulação – o título de propriedade – apresenta-se apenas como uma mistificação do trabalho abstrato, pois sua função essencial está relacionada tanto a obtenção da renda quanto a de juros que podem ser auferidos nas transações de troca. Mas, mesmo assim, é o seu valor de uso, em última instância, que irá permitir a valorização do valor fixado inicialmente ao solo. Neste caso, a formação da renda urbana deve ser analisada a partir da unidade produção-circulação e de sua dupla expressão: consumo produtivo e consumo improdutivo. Acreditamos que ao proceder tal análise, estaremos explicitando a relação entre mais-valia e renda, a reificação das relações sociais no âmbito das trocas, sobretudo na esfera da concorrência, e as contradições inerentes às relações capital-espaço no processo de valorização do valor.

Além das condições apontadas, a análise da valorização do espaço urbano como mercadoria deve considerar também outra condição que sem a qual a própria dinâmica do capital estaria parcialmente comprometida. Trata-se do desenvolvimento do sistema de crédito. Embora o crédito tenha uma existência antediluviana, no capitalismo ele desempenha a função de “superação das contingências” espaciais e temporais derivadas ou não do capital.

Nos *Grundrisse*, a atribuição cedida ao momento de circulação coloca-se como “processo essencial do capital”. O processo de produção, diz Marx, “não pode ser recomeçado antes da transformação em dinheiro. A permanente continuidade do

processo, a passagem desimpedida e fluente do valor de uma forma à outra, ou de uma fase do processo à outra, aparece como condição fundamental para a produção fundada sobre o capital em um grau muito diferente do que em todas as formas de produção precedentes. Por outro lado, ao mesmo tempo que é posta a necessidade dessa continuidade, as fases se dissociam no tempo e no espaço como processos particulares mutuamente indiferentes. Em consequência, para a produção fundada no capital aparece como algo contingente se a sua condição essencial é criada ou não, a saber, a continuidade dos diversos processos que constituem seu processo total. O crédito é a superação dessa contingência pelo próprio capital. (Ela tem ainda outros aspectos; mas nesse aspecto se deriva da natureza imediata do processo de produção e, por isso, é o fundamento da necessidade do crédito). Razão pela qual, em qualquer forma desenvolvida, não aparece em nenhum modo de produção anterior. Em estados anteriores também havia tomar e conceder empréstimo, e a usura é até mesmo a mais antiga das formas antediluvianas do capital. Todavia, emprestar e tomar emprestado não constitui o crédito [...] Como relação de produção essencial e desenvolvida, o crédito só aparece historicamente na circulação fundada sobre o capital ou sobre o trabalho assalariado” (2011, p. 441-442).

O desenvolvimento do sistema de crédito está posto, neste sentido, como resultado do próprio desenvolvimento das forças produtivas, pois apresenta implicações diretas sobre a velocidade progressiva da rotação do capital que, de acordo com Marx, “só detêm a passagem de uma fase à outra as barreiras externas, e não as barreiras resultantes do processo de produção e da própria circulação (como nas crises, superprodução etc.). Além do tempo de trabalho realizado no produto, o tempo de circulação do capital ingressa igualmente como momento da criação do valor – do próprio tempo de trabalho produtivo. Se o tempo de trabalho aparece como atividade ponente de valor, esse tempo de circulação do capital aparece como o tempo de desvalorização [...] Consequentemente, o tempo de circulação só determina o valor na medida em que aparece como barreira natural para a valorização do tempo de trabalho [...] O tempo de circulação aparece, portanto, como obstáculo da produtividade do trabalho = aumento do tempo de trabalho necessário = redução do tempo de trabalhos excedente = redução do valor excedente = freio, obstáculo do processo de autovalorização do capital. Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local de intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a

terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo de tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo” (2011, p. 445)⁶.

No Capítulo 25 do Livro III de *O Capital*, Marx analisa o sistema de crédito e o capital fictício. Em relação ao crédito, o autor argumenta que a função do dinheiro, em âmbito geral, é a de meio de pagamento, “isto é, a mercadoria é vendida não em troca de dinheiro, mas de uma promessa escrita de pagamento a ser realizado em determinado prazo”. Esse contrato de pagamento pode circular “como meios de pagamento e constituem o dinheiro comercial em sentido estrito [...]. Outro aspecto do sistema de crédito se relaciona com o desenvolvimento do comércio de dinheiro, que, na produção capitalista, acompanha [...] o desenvolvimento do comércio de mercadorias [...] Conjuntamente com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro lado do sistema de crédito: a administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função especial dos negociantes de dinheiro” (2017, p. 451-454).

A real função do sistema de crédito consiste, como vimos, em acelerar a rotação do capital e instaurar, em nível mundial, o mercado e a produção capitalista em novas bases de circulação de mercadorias e de acumulação de capital. Diz o autor, no capítulo 27 do Livro III: “o crédito acelera o desenvolvimento das forças produtivas e a instauração do mercado mundial, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser desenvolvido até um certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções do antigo modo de produção” (2017, p. 499). Além disso, o sistema de crédito é a forma como o capital

⁶ Esta passagem dos *Grundrisse* é de extrema importância para a compreensão não somente do sistema de crédito como meio de “superação de contingências” externas à produção e, consequentemente, de valorização do valor. Mas, particularmente, para o debate teórico que se deu no interior da Geografia marxista durante os anos 1980 e 1990, especialmente, através das obras de David Harvey. A errônea noção de que na concepção de Marx, a única ciência é a ciência da História e, portanto, o tempo constitui-se em categoria de análise muito superior a de espaço, sendo este último, apenas uma “complicação desnecessária”, levou uma significativa parcela dos geógrafos autodenominados de marxistas a abandonar, intencionalmente, os escritos de Marx, dedicando-se, quase que exclusivamente, aos chamados marxistas ocidentais.

produtivo exerce o domínio sobre o capital que rende juros, em outras palavras, “O sistema de crédito é sua própria criação” (*O Capital*, Livro III).

De acordo com Harvey, “Isso exige que o sistema de crédito seja construído como uma elaboração das funções e formas de dinheiro que existem na simples produção e troca de mercadorias. Essas funções e formas são “estendidas, generalizadas e elaboradas” no capitalismo de modos que não eram possíveis nem desejáveis nos modos de produção pré-capitalistas”. Dessa maneira, diz Harvey com base em Marx: “Via sistema de crédito, o dinheiro pode ser mobilizado como capital de duas maneiras distintas: converter um fluxo de transações financeiras em capital de empréstimo; em segundo lugar, as instituições financeiras concentram as *poupanças em dinheiro e o capital monetário temporariamente ocioso de todos os tipos* e convertem esse dinheiro em capital. *Quantias pequenas, cada uma em si incapaz de atuar na capacidade do capital monetário, podem assim se fundir em grandes massas e formar um poder monetário.* A concentração e a centralização do capital podem prosseguir rapidamente” (2013, p. 347-348).

Em suma, mediante a expansão do sistema de crédito e, por conseguinte, por meio dele o tempo de circulação das mercadorias torna-se, igualmente, “tempo de circulação socialmente necessário”. Nesse sentido, o crédito consiste em um meio indispensável para acelerar a circulação, a rotação do capital e o processo de acumulação de capital em escala global. Assim sendo, o sistema de crédito acelera virtualmente a circulação do espaço-mercadoria e desempenha uma função essencial em seu processo de valorização, fazendo com que frações do espaço de produção e reprodução social do capital sejam travestidas de um caráter fictício e com projeções de ganhos futuros, isto é, o espaço-mercadoria pode tornar-se também uma espécie de capital fictício.

Parte III

Da Mercadoria ao Espaço e do Espaço à Mercadoria

Capítulo 6: Valor e espaço

O objeto deste capítulo são as contribuições dos geógrafos Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa, em publicações em que procuram tratar do problema relativo as categorias valor e espaço. Assim, partimos do artigo publicado em 1984, de autoria de Robert Moraes, sob o título “Fixação do valor e capital fixo”⁷, onde o autor procura definir cinco processos relacionados à valorização do espaço: “apropriação dos meios naturais, criação de uma segunda natureza, apropriação da natureza já socializada, criação de formas espaciais humanas, apropriação das formas criadas” (1984a, p. 84). Esses processos, no entanto, pressupõem certamente as condições pré-existentes que garantiram e garantem a realização de cada um deles. A primeira condição deve ser a existência de homens vivendo em sociedade cujas necessidades são satisfeitas mediante a apropriação dos recursos e “meios naturais”. Esses meios podem aparecer tanto no sentido de satisfação de necessidades imediatas básicas, quanto dos meios próprios para obtenção das condições de existência, ou seja, como meios de trabalho. Esse metabolismo homem-natureza mediado pelo trabalho que se apresenta como “apropriação dos meios naturais” caracteriza, dessa forma, uma “segunda natureza” e que se constitui, pela objetivação do trabalho, em novas formas que expressam caráter puramente social do trabalho humano.

A segunda condição é a existência de uma determinada sociabilidade que substancie a prática social em uma “natureza socializada” e que pressupõe diferentes funções sociais que constroem a unidade de produção e consumo. As formas de distribuição correspondentes ao nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e que estabelecem, com grande variação o grau de intensidade e complexidade, as relações metabólicas homem-natureza. Em relação ao processo de “apropriação das formas criadas”, o curso desse processo exige a compreensão de outras

⁷ MORAES, A. C. R. Fixação do valor e capital fixo. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, nº 72, 1984, p. 83-93.

categorias derivadas da sociabilidade mais elevada do que as da simples forma de apropriação imediata dos “meios naturais”. O processo de “apropriação das formas criadas” corresponde a um nível de mediações muito mais concretas e cujas determinações essenciais derivam das novas formas de produção, distribuição e consumo, alterando profundamente a própria concepção de “segunda natureza”. A “apropriação de formas criadas” consiste, em outras palavras, na apropriação de trabalho cristalizado, fixado ao solo. À medida que apropriação dessas formas criadas apresentam maior correspondência com o movimento de valorização do “valor contido” e cuja determinação básica vincula-se ao processo geral de acumulação, a continuidade dinâmica de rotação do valor passa a se dar a partir de condições materiais até então inexistentes. Desse modo, a fixação de formas espaciais alteram duplamente suas funções: ora como valor de uso, ora como valor.

A partir desta primeira aproximação, Robert de Moraes acrescenta que “o movimento de valorização do espaço é captável em sua essência através do jogo dialético entre o valor contido e o valor criado nos lugares, dois outros processos vão cobrir os cinco enunciados: o da fixação geográfica do valor e o da transferência geográfica do valor” (1984a, p. 84-85). Essa conclusão preliminar levantada pelo autor coloca, em sentido específico, a necessidade de se estabelecer as diferenciações para ambos os processos em termos conceituais adequados. O “valor contido” no lugar, como já inferido no “processo de apropriação dos meios naturais”, não aparece como resultado do trabalho, mas somente como “produtos naturais” que são apropriados. Neste caso, ocorre apenas uma valorização do produto. Assim sendo, não haveria, nesse sentido, a fixação de trabalho vivo ao solo, portanto, não haveria “valor contido”. Primeiro, porque a *anti-posição* do “valor contido” não está *pressuposta* em relação ao que está *posto*: o “valor criado”. Segundo, porque a distinção sumária entre “valor contido” e “valor criado” implica que somente a segunda condição consiste em resultado de fixação de trabalho ao solo, portanto, fixação de tempo social de trabalho, isto é, de valor. Como visto no capítulo 2 da Parte I, torna-se necessário fazer a distinção entre o intercâmbio que põe valor de troca e a força de trabalho que põe valor.

A “apropriação dos meios naturais” se efetiva como apropriação de valor de uso, mas sem mediação do trabalho humano. O trabalho, neste caso, não está subsumido a uma determinação externa que o distorce como trabalho produtor de mercadorias, ou melhor, produtor de valor de troca e, portanto, de mais-valia. A distinção entre o

trabalho humano em geral e a força de trabalho no capitalismo, como visto Capítulo 5, torna-se extremamente necessária para a exposição dialética do processo de valorização no espaço. A ausência dessa distinção básica compromete frontalmente a teoria do valor construída por Marx a partir de interpretação crítica sobre os economistas clássicos. A apropriação da natureza pelo trabalho humano pode, sem dúvida, transformar a matéria natural em produtos (extrativismo, mineração, etc.) que circulem no mercado como mercadorias, mas elas mesmas não são resultados do trabalho humano. Marx ao tratar do dinheiro, faz uma longa exposição sobre o ouro e a prata, apontando que esses metais não possuem em si mesmo um valor, mas, mediante relações sociais específicas, eles podem tornar-se *representante* do equivalente geral de troca, ou seja, dinheiro. E este pode funcionar também como mercadoria. Isto não quer dizer que o ouro tenha um “valor contido”, e sim que as relações entre os homens fazem com que suas propriedades naturais assumam uma forma fantasmagórica nas relações de troca que lhe atribui a posição de equivalente geral.

De acordo com Grespan (2011, p. 28), “Para ser mercadoria, mesmo sem ser produto do trabalho humano ou produto de um trabalho especial, impossível de ser reproduzido, uma coisa tem de ser *monopolizável*. Quer dizer, tem de ser passível de apropriação privada, que monopoliza, exclui outros do direito ao seu uso e à sua alienação. Para ser mercadoria sem produto do trabalho humano, para ter preço sem tem valor, uma coisa deve poder ser objeto de privatização. A propriedade privada é que aqui conta, determinando a forma social de mercadoria”.

Contudo, a preocupação central do referido artigo, consiste em “entender como parte da riqueza produzida numa localidade se agrega ao solo da área de produção. A questão da internalização do excedente emerge como horizonte de indagação. Enfim, é a lógica do valor que buscamos apreender” (MORAES, 1984a, p. 84-85). Se a “riqueza produzida numa localidade” pressupõe a produção capitalista de mercadorias, de valor de uso e de valor, pressupõe igualmente a existência concentrada de um conjunto de trabalhadores “livres” dispostos a venderem a sua força de trabalho em troca de um salário. Isto implica, por sua vez, a necessidade de concentração de formas espaciais que satisfaçam essas necessidades: como edifícios, estradas e etc. A produção de mercadorias é, ao mesmo tempo, a produção material das condições de produção. A produção de mercadorias pressupõe um espaço de produção, de circulação e de

consumo. Logo, a produção de capital fixo constitui-se como parte da totalidade da riqueza produzida em determinada localização e participa da circulação do valor.

A análise e interpretação desse processo de agregação de valor ao solo e, portanto, de valorização no espaço deve, inicialmente, antes de se chegar ao valor, partir da própria dialética das metamorfoses da mercadoria. Como visto no Capítulo 1 da Parte II, o valor consiste em uma relação social que se apresenta como uma abstração das relações de troca, onde o trabalho vivo (valor de uso) transforma-se em trabalho morto (valor) e as relações de troca figuram apenas como o fetichismo das relações entre coisas.

De acordo Reichelt (2013, p. 12-13), “nos *Rascunhos* [*Grundrisse*], Marx busca estruturar a sua exposição de modo diferente do que faz em *O Capital*: ele enfatiza muitas vezes que o valor é a primeira das categorias econômicas a ser submetida à crítica ou que, *para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento de circulação*. Contudo, a observação autocrítica que se encontra no contexto do desenvolvimento do dinheiro, a saber, que *será necessário mais tarde [...] corrigir o modo idealista da apresentação que produz a aparência de que se trata simplesmente das determinações conceituais e da dialética desses conceitos*⁸ (MARX *apud* REICHELT, 2013, p.12), é tida como confirmação de que os *Rascunhos* ainda representariam um desenvolvimento idealista, meramente conceitual imanente, em relação em *Para a crítica da Economia Política*. e em *O Capital*, em que Marx teria partido da mercadoria e, desse modo, se moveria em terreno materialista firme”.

Desse modo, considera-se como ponto de partida da análise do processo real de valorização no espaço, o movimento do conteúdo do próprio objeto investigado como o modo de ser do espaço enquanto mercadoria. Para Marx, como vimos na Introdução, o ponto de partida deve ser o concreto, mas não como aparece na “superfície da sociedade”, mas como concreto pensado, como síntese de múltiplas determinações.

Esses primeiros apontamentos, naturalmente não conclusivos, são importantes no sentido de elucidar a direção que pretendemos seguir para realizar a exposição das categorias com as quais estamos trabalhando na análise dos processos de valorização no espaço a partir dos estudos de Moraes e Costa. Para uma investigação mais precisa

⁸ Os trechos citados em itálico são de autoria de K. Marx.

sobre esse problema, tomemos o ensaio publicado em 1984, cujo título - *Geografia Crítica: a valorização do espaço* – indica já a tendência em realizar uma análise do processo de valorização do espaço sob a perspectiva da teoria marxista do valor. No capítulo 7, intitulado “Valor e Espaço”, os autores reiteram que “a compreensão do processo de valorização do espaço e a construção de uma teoria a respeito, exigem o recurso e o esclarecimento de uma categoria central do pensamento marxista que é o valor” (1984b, p. 93). Nesse sentido, argumentam que “a sociedade relaciona-se com o seu espaço material e todas as coisas que ele contém, através de um permanente processo de valorização. O homem, com o seu trabalho, cria e transfere valores. Parte desses valores se agregam ao espaço e vão condicionar, assim como os recursos da primeira natureza, processos futuros. Isto elimina, *a priori*, a possibilidade de uma teoria marxista da Geografia que não discuta a origem do valor. Não são a sociedade em abstrato e o espaço em abstrato que se relacionam. Entre eles, mediam as determinações de um dado modo de produção. Só estas, contudo, não bastam. É mister elaborar uma teoria sobre suas formas próprias de valorizar o espaço” (1984b, p. 119-120).

Para delucidar as bases sobre as quais a nossa análise irá prosseguir, faz-se necessário a exposição, mesmo que sucinta, do processo geral de constituição do capital, do primeiro movimento da circulação simples ao capital. No capítulo 4 do Livro I de *O Capital*, Marx se defronta com a dificuldade de prosseguir sua dedução do capital a partir do dinheiro. Para Grespan (2012, p. 83-84), “um dos resultados básicos alcançados no último momento da apresentação da forma-dinheiro – entesouramento e meio de pagamento – é que o dinheiro tendia já a aparecer enquanto finalidade para seu possuidor, enquanto forma em que expressa universalmente o valor, forma de valor em si sob a qual ele se manifesta como poder independente das suas funções de meio de compra subordinado aos objetivos da circulação simples de mercadorias. Quando a exposição desta autonomia do valor avança, o dinheiro aparece plenamente como finalidade da circulação, determinando-se enquanto capital [...]. Se a circulação simples de mercadorias se expressa na fórmula M-D-M, a forma de circulação em que o dinheiro é capital deve se expressar pela fórmula D-M-D, pois é nesta que o dinheiro passa de meio a fim sem abandonar a circulação e interrompê-la, como no caso do entesouramento”.

Marx escreve que “as formas independentes, as formas-dinheiro que o valor das mercadorias assume na circulação simples servem apenas de mediação para a troca de

mercadorias e desaparecem no resultado do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo [...]. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma [...] altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele a si mesmo como valor originário, valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. [...]. O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente” (2013, p. 229 a 231).

A discussão em torno da “origem do valor” levou tanto Marx como, antes dele, Smith, Ricardo e Rodbertus a dedicarem-se ao estudo sobre o tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria. E partiram, sobretudo, do valor de troca das mercadorias. Mas tanto Smith como Ricardo partiram de uma noção abstrata de trabalho humano universal e do indivíduo isolado, daí as *robinsonadas* de que tanto Marx salientou em relação à economia política burguesa. À medida que Smith avançava sobre o desvendamento do lucro mediante a um padrão invariável sobre os cálculos dos custos de produção, Marx buscou, na relação entre trabalho excedente e trabalho necessário, o modo de desvendar a produção e a realização da mais-valia, ou seja, a produção e a valorização do valor. Mas, como visto anteriormente, Marx pretendia partir do dinheiro e suas metamorfoses na circulação, para chegar a noção de valor. Contudo, foi a partir da mercadoria, como síntese de múltiplas determinações, que se iniciou o Livro I de *O Capital*.

Para melhor entender esse debate acerca do valor, pode-se começar, com base em Reichelt (2013, p. 13), levantando a seguinte questão: o que é a *circulação simples*? “Esse conceito guarda duplo significado: por um lado, a relação produtiva que põe valor de troca é entendida em sua expressão histórica, não no sentido da descrição trivial entre lógico e histórico; por outro lado, com o conceito da *circulação simples* Marx vincula a

concepção de uma superfície do processo de reprodução capitalista geral, que se resume na fórmula básica do capital, a saber: D-M-D”.

Outra questão relevante trata-se do valor absoluto, objetivo e abstrato, “que a teoria macroeconômica vai somando até chegar a uma quantidade total do produto social, constitui o objeto central da crítica marxiana, que explicita esse valor desde os seus primórdios até chegar à forma em que *toda riqueza da sociedade* aparece como quantidade de mercadorias, portanto, uma quantidade de valor [...] Fala-se expressamente de um movimento do valor [...] O que poderia significar movimento nesse contexto? Pensa-se num universal idêntico a si mesmo que assume diferentes formas, que se conserva em meio a essa mudança de forma e, além disso, pode crescer. Mas, o que é esse universal? Naturalmente é o valor! Porém, o que é o valor? Tempo de trabalho objetivado é o que consta no *Rascunho*. No *Rascunho*, isso simplesmente é afirmado e faz-se a tentativa de compreender o valor autonomizado na circulação – a saber, a forma-dinheiro – como ponto de partida de todo o movimento de autonomização, de derivar o conceito de capital do valor presente na circulação. Em vários passos esse processo de autonomização é acompanhado, tanto no *Rascunho* como no texto original, até o primeiro conceito abstrato do capital: *A autonomização aparece não só na forma em que se confronta, como valor de troca abstrato autônomo – dinheiro –, com a circulação, mas também que esta constitui simultaneamente o processo de sua autonomização; ele [o capital] provém dela como autonomizado*”.

Já apontamos a duplicidade do significado do conceito de *circulação simples*. “No decorrer do registro por escrito, essa duplicidade se torna mais precisa e, desse modo, aumenta também a nitidez do seguinte problema: o que Marx identifica no *Rascunho* como esfera da aparência, a circulação simples, que já ali é caracterizada por ele como superfície do processo capitalista de reprodução, é a mercadoria como produto do capital. O processo de circulação aparece como simples troca, e a economia assume essa aparência; enquanto teoria, ela constitui a formulação de aparência. Em si, porém, sempre já estamos lidando com o processo de circulação do capital, que provém do processo de produção e lança a mercadoria no mercado. É com essa mercadoria que Marx inicia a exposição no escrito *Para a crítica...*, bem como depois em *O Capital*. Desse modo, um dos dois significados desse conceito é absolutizado e a expressão circulação simples não é mais usada; ao mesmo tempo, parece ilógico continuar a falar desse movimento [...] Quando a explicitação do conceito de capital é eliminada do valor

autonomizado na circulação, a explicação ulterior do capital dificilmente poderá ser feita segundo esse método; ele precisa, portanto, ser ocultada. Assim, todas as indicações para esse procedimento são sistematicamente eliminadas ou relegadas a segundo plano” (REICHELT, 2013, p. 16-17).

Para Reichelt (2011), podemos de fato recorrer a Marx que não deixa margem a dúvidas ao afirmar que o valor representa um produto de abstração gerado pelos próprios envolvidos na troca. “Todavia não é no *Rascunho*, mas só depois, em *O Capital*, que se encontram indicações explícitas quanto ao que se deve imaginar por categorias e em que termos estas devem ser desenvolvidas em conexão com o valor enquanto abstração efetuada pelos próprios agentes da troca. As categorias são caracterizadas ali com toda clareza desejável como *formas de pensamento [...] dotadas de objetividade* (*O Capital*, V. I, 2013, p. 151). Finalmente, como é que o trabalho humano-abstrato como *dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos* se transforma nessa abstração do valor?”.

Marx levanta o problema de que o capital não surge na circulação e, ao mesmo tempo, não pode surgir sem a circulação. “Da consideração da circulação simples produz-se para nós o conceito geral de capital, porque dentro do modo de produção burguês a própria circulação simples existe apenas enquanto pressupostos do capital e o pressupondo. O resultado da mesma faz do capital não a encarnação de uma ideia eterna; mas mostra como só na realidade, enquanto forma necessária, no trabalho que põe valor de troca, ele deve desembocar na produção que repousa no valor de troca” (Marx *apud* Grespan, 2012, p. 87).

O capital surge, então, sob condições específicas que se caracterizam pela universalização da produção de mercadorias, pela existência, enquanto mercadoria, da força de trabalho que troca-se por dinheiro no mercado, e, finalmente, quando as condições objetivas de produção se apresentam como autônomos frente ao produtor diretor, *enquanto sua não propriedade*.

Nos *Grundrisse*, Marx faz a seguinte observação: “no decorrer da nossa exposição ficou evidenciado como o valor, que apareceu como uma abstração, só se torna possível enquanto abstração quando é posto o dinheiro; a circulação do dinheiro, por outro lado, leva ao capital, ou seja, só pode estar plenamente desenvolvida sobre a base do capital, da mesma forma que somente sobre a base do capital a circulação pode se apoderar de todos os momentos da produção. Por essa razão, no desenvolvimento

manifesta-se não somente o caráter histórico das formas, como o capital, que pertencem a uma determinada época histórica; mas tais determinações que, como o valor, aparecem em termos puramente abstratos, mostram o fundamento histórico do qual são abstraídas, e que, por isso, é o único fundamento sobre o qual podem se manifestar nessa abstração; e tais determinações que pertencem mais ou menos a todas as épocas, como o dinheiro, mostram a modificação histórica que sofrem. O conceito econômico de valor não ocorre entre os antigos. O valor, distinto de *pretium* [preço], [ocorre] apenas juridicamente contra a fraude etc. O conceito de valor pertence completamente à economia mais moderna, porque é a expressão mais abstrata do próprio capital e da produção baseada nele. No conceito de valor é revelado seu segredo” (2011, p. 651).

Sob essas circunstâncias, à medida que o capital consome força de trabalho, produzindo mercadorias e valorizando o valor gera, como movimento antitético, a desvalorização do trabalho. Marx demonstra que “a única oposição em face ao trabalho objetivado é o não objetivado, o trabalho subjetivo em oposição ao objetivado. Ou, o trabalho vivo, presente temporalmente em oposição ao temporalmente pretérito mas espacialmente existente. Enquanto trabalho temporalmente presente, não objetivado [...] ele só pode estar presente como potência, possibilidade, como potência de trabalho do sujeito vivo” (MARX *apud* GRESPAN, 2012, p. 91). Nota-se, entretanto, que a forma peculiar assumida pela relação valor e espaço, somente ganha existência autônoma à medida que a propriedade privada e o trabalho abstrato já estão postos como universalidade do modo de sociabilidade determinada pela valorização do valor.

A partir dessa síntese, pode-se argumentar, de acordo com Moraes e Costa, que “o valor no espaço é a própria espacialidade contida nos modos de produção. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente a da produção do espaço [...]; o próprio espaço torna-se objeto de troca” (1984, p. 130-131). Deve-se considerar, ainda, “um aspecto de seu movimento interno de considerável importância”: a *perenização* e a *transitoriedade* do valor. Neste caso, a discussão refere-se a “durabilidade” da incorporação de trabalho ao solo. Em determinadas formas de organização da produção em ramos específicos de exploração de recursos naturais (extrativismo e mineração, por exemplo), a composição orgânica do capital se dá de modo quase inexpressível em relação a magnitude de recursos extraídos. Assim, “dada a pequena quantidade de valor incorporado, a exaustão dos recursos explorados pode implicar a extinção dos processos de ocupação e valorização” (MORAES; COSTA,

1984b, p. 142). Em suma, a “perenização” deriva dos processos efetivos de produção “em escala ampliada”, o seu espaço de excelência pode ser observado nas regiões metropolitanas do capitalismo contemporâneo. A “transitoriedade, por seu lado, refere-se ao consumo destrutivo desse mesmo valor” (1984b, p. 144).

A relação valor e espaço pode, portanto, ser interpretada na perspectiva histórica dos processos que envolvem tanto o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, da própria dinâmica do movimento interno do capital e suas formas de exteriorização, quanto, e de modo mais geral, as forças de concentração dos elementos vinculados à produção e, em razão de sua natureza seletiva, da crescente centralização do capital. Contudo, a base material desses processos e a sua inerente espacialidade, podem ser elucidadas a partir da categoria capital fixo, particularmente, em seu modo peculiar de circulação, e suas relações com a renda fundiária, o juro e o lucro.

Capítulo 7: o capital fixo e suas formas de circulação

Para realizar a análise da geografia histórica do processo de valorização capitalista do espaço, partimos da transformação social do trabalho incorporado ao solo em capital fixo, tendo como condição precedente a universalização da propriedade privada da terra.

No Livro II de *O Capital*, Marx argumenta que, “a determinação que confere o caráter de capital fixo a uma parte do valor de capital investido em meios de produção repousa exclusivamente no modo peculiar como esse valor circula. Esse modo próprio [...] deriva do modo próprio como o meio de trabalho transfere seu valor ao produto ou de seu comportamento como elemento formador do valor durante o processo de produção [...] Se um meio de produção, que não é um meio de trabalho em sentido próprio – por exemplo, material auxiliar, matéria-prima, produto semifabricado etc. –, comporta-se como meio de trabalho em relação à transferência de valor e, por conseguinte, ao modo de circulação de seu valor, ele é também suporte material, forma de existência do capital fixo” (2014, p. 242-243).

Deve-se considerar, entretanto, que a distinção real e formal do capital fixo e do capital circulante, diz respeito aos modos diferenciados de transferência de valor do capital para o produto, ou seja, a reposição parcial ou total do valor total do capital num dado ciclo de reprodução. A segunda seção do Livro II de *O Capital* mostra que as categorias capital fixo e capital circulante expressam funções sociais específicas de modo a garantir a realização da transferência de valor. Ocorre, no entanto, que na medida em que cessa essa função específica em relação a um determinado processo produtivo e, posteriormente, reveste-se com uma nova função, o capital fixo adquire, igualmente, uma nova forma de circulação⁹.

Marx já havia observado a diferença entre a forma simples da renda monopólio mediante a propriedade da terra e a forma composta do juro do capital fixo extraída do trabalho incorporado ao solo em construções, edifícios e etc. No Livro III de *O Capital*, quando analisa a “conversão do lucro suplementar em renda fundiária”, Marx

⁹ Consultar, como resultado desta pesquisa, o artigo: Godoy, P. Categorias Marxistas e Análise do Processo de Valorização Capitalista do Espaço. Presidente Prudente: Revista Formação (ONLINE), v. 25, n. 45, maio-ago/2018, p. 35-50.

argumenta que o caso das construções e benfeitorias realizadas são importantes, em primeiro lugar, “porque esclarece a diferença entre a renda fundiária propriamente dita e o juro do capital fixo incorporado ao solo, juro que pode acrescer a renda fundiária [...] Segundo, porque mostra como o capital alheio incorporado ao solo passa com este às mãos do proprietário e assim o juro acresce a renda dele” (2017, p. 713-714).

Nos *Grundrisse* Marx apresenta as funções específicas do capital fixo que poderá contribuir com o desenvolvimento da análise aqui empreendida. Na interpretação de Marx o espaço aparece como *condição geral de produção* e, ao mesmo tempo, como *força produtiva*. São, portanto, as peculiaridades das formas de fixação do valor com a incorporação do trabalho social ao solo e o seu modo específico de circulação como capital fixo. O argumento de Marx é de que “a circulação sucede no espaço e no tempo [...]. Ele [o espaço] não constitui um momento necessário da circulação, considerada como processo particular do valor, pois um produto pode ser comprado e mesmo consumido no seu local de produção. Todavia, esse *momento espacial* é importante, na medida em que a extensão do mercado, a possibilidade de troca do produto, está relacionada com ele. A redução dos custos dessa circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, diminuição dos custos de sua valorização [...] De qualquer modo, aqui aparece a determinação desse momento pelo grau geral de desenvolvimento das forças produtivas e pela produção fundada sobre o capital. Esse momento espacial [...] poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria” (MARX, 2011, p. 440-441).

Por um lado, a distribuição espacial da infra-estrutura de transporte e circulação, corresponde a uma dada lógica de localização estabelecida pelo capital produtivo no movimento de “anulação do espaço pelo tempo” e, desse modo, constitui uma determinação específica das funções do capital fixo autônomo no processo de produção e circulação, daí “esse *momento espacial* [...] poderia ser mais precisamente considerado como transformação do produto em mercadoria”.

No Livro II de *O Capital*, ao tratar dos *custos de transporte*, Marx apresenta a seguinte argumentação: “No interior do ciclo do capital e da metamorfose das mercadorias, que constitui uma fase desse ciclo, realiza-se o metabolismo do trabalho social. Esse metabolismo pode condicionar o deslocamento espacial dos produtos, seu movimento real de um lugar para o outro. Mas a circulação de mercadorias é possível

sem seu movimento físico e o transporte de produtos, sem a circulação das mercadorias – e mesmo sem a troca direta de produtos. Uma casa que A vende a B circula como mercadoria, mas não sai para passear. Valores-mercadorias móveis, como algodão ou ferro-gusa, jazem no mesmo depósito de mercadorias, ao mesmo tempo que percorrem dezenas de processos de circulação, sendo comprados e vendidos pelos especuladores. O que realmente se move é o título de propriedade sobre a coisa, não a coisa em si [...]. Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transportes, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Essa última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor” (2013, p. 229).

Desse modo, os ciclos do capital tendem a reduzir os custos de transporte mediante o seu próprio aperfeiçoamento e concentração. De acordo com Marx, “Ele aumenta a parte do trabalho social, vivo e objetivado, que é efetuada no transporte de mercadorias, primeiro mediante a transformação da grande maioria dos produtos em mercadorias e, em seguida, mediante a substituição de mercados locais por mercados longínquos [...]. Logo, “A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação” (2013, p. 229-231).

Por outro lado, mediante a condição de propriedade privada da terra, a incorporação de trabalho ao solo, tanto trabalho vivo quanto trabalho abstrato, isto é, valor, permite, à medida do desenvolvimento das categorias do capital, a transformação das funções do capital fixo autônomo em meio para realizar a apropriação de parte da mais-valia total, cuja aparência imediata é a renda, mediante a circulação de títulos de propriedade no mercado financeiro.

A partir da dupla função do capital fixo pode-se examinar a dialética do processo de valorização no espaço tanto no âmbito das forças produtivas quanto no das formas de circulação do espaço-mercadoria, assim como, o processo de produção no interior do ciclo de rotação do capital financeiro sob a figura de capital fictício.

Todavia, a análise desse processo traz como implicação direta a exigência em demonstrar o papel do Estado, a formação do sistema de crédito e a esfera de circulação

do capital financeiro. Pois, à medida que a lógica da reprodução intensifica “a concentração geográfica, mais imperiosa [...] é a ação do Estado na formulação de políticas de espaço [que viabilizem] os processos de circulação do capital” (SEABRA, 2009, p. 417).

Um aspecto importante da função do capital fixo autônomo refere-se a sua oposição, como propriedade privada, à lógica interna do capital em seu movimento de reprodução ampliada. O fato de o ciclo de duração do capital fixo não corresponder, necessariamente, ao ciclo de rotação do capital em sua totalidade, torna-se necessário uma nova forma social do capital – o sistema de crédito, o juro e a renda fundiária. Em suma, o capital em sua forma-dinheiro desenvolvida (capital fictício), altera a relação valor-espaço, por conseguinte, modifica todos os elementos que participam do processo de valorização no espaço. Além disso, a divisão dos fixos em relação ao seu consumo produtivo ou improdutivo alteram, igualmente, as suas funções tanto na produção e na circulação, como nas relações de troca (MORAES, 1984a).

De acordo com Harvey, “o capital fixo não é uma coisa, mas um processo de circulação do capital através do uso de objetos materiais [ele] não pode ser definido independentemente do uso que é dado aos objetos materiais (2013, p. 282-283); ou ainda melhor, os objetos são definidos como capital fixo, *não pelo seu modo determinado de ser, mas por seu uso* (MARX, K. *O Capital*, Livro II, 2013, p. 210).

A categoria capital fixo já havia sido analisada por Marx nos *Grundrisse*, mas como algumas diferenças em relação ao que aparece no Livro II. Nos *Grundrisse*, diz o autor: “O capital que se consome no próprio processo de produção capital ou capital fixo é, no sentido enfático do termo, *meio de produção* [...]. Mas a determinação do valor de uso do capital fixo como capital que se consome no próprio processo de produção é idêntica ao fato de que ele só é usado como meio nesse processo e ele próprio existe unicamente como agente para a transformação da matéria-prima em produto. Na condição de tal meio de produção, o seu valor de uso pode consistir em que ele seja somente uma condição tecnológica para o desenrolar do processo (o local em que se dá o processo de produção), como nas edificações etc., ou em que ele seja uma condição imediata para a ação do meio de produção propriamente dito, como todas as matérias instrumentais. Ambos são, por sua vez, apenas pressupostos materiais para o desenrolar do processo de produção em seu todo ou para a aplicação e conservação do meio de trabalho. No entanto, este último, em seu sentido próprio, serve exclusivamente

dentro da produção e para a produção, e não possui nenhum outro valor de uso” (2011, p. 579).

Além disso, “O capital fixo, em sua determinação como meio de produção, cuja forma mais adequada é a maquinaria, só produz valor [...] em dois sentidos: 1) desde que ele tenha valor, que ele próprio seja produto do trabalho [...]; 2) na medida em que ele aumenta a proporção do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, ao capacitar o trabalho, por meio do aumento de sua força produtiva, a criar uma massa maior de produtos necessários para a manutenção da capacidade de trabalho viva em menos tempo” (2011, p. 584-585).

Entretanto, como todo capital é capital circulante, ao lado do capital fixo se apresenta também o capital circulante, portanto, trata-se de dois tipos de capital. Com efeito, diz Marx, “Desde que um único capital seja analisado em um determinado ramo de produção, ele se apresenta dividido nessas duas porções ou se desmembra, em uma determinada proporção, nesses dois tipos de capital [...]. A diferença no interior do processo de produção, originalmente meio de trabalho e material de trabalho e, por fim, produto do trabalho, aparece agora como capital circulante (os dois últimos) e capital fixo. A diferenciação do capital segundo o seu aspecto simplesmente material é assimilada agora em sua própria forma e aparece como o diferenciado” (2011, p. 586).

Como veremos mais adiante, o capital fixo em sua forma concentrada produz efeitos contrários à lógica de superação de barreiras pelo capital, pois, “Quanto menos o capital fixo produz frutos imediatamente, quanto menos interfere no processo de produção imediato, tanto maior têm de ser essa população e essa produção excedentes relativas; ou seja, mais para construir ferrovias, canais, aquedutos, telégrafos etc. que para produzir maquinaria diretamente ativa no processo de produção imediato. Daí [...] na constante super e subprodução da indústria moderna – as constantes oscilações e convulsões causadas pela desproporção com que o capital circulante é transformado em capital fixo, que ora é muito pouco, ora é excessivo” (2011, p. 590). A consequência desse processo é a projeção de queda nos índices relativos ao mercado de trabalho em distintos ramos industriais.

A respeito deste último aspecto, Harvey apresenta um argumento bastante interessante: “Para superar barreiras espaciais [...], criam-se estruturas espaciais, que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte [...] Assim, o capital passa

a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do processo adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à *derrubada das barreiras espaciais* e, no fim, até à *anulação do espaço pelo tempo*”(2005, p. 53).

Em outras palavras, “O capital fixo [...] compromete a produção dos anos seguintes [e] também antecipa o trabalho futuro como valor equivalente. A antecipação dos frutos futuros do trabalho não é [...] nenhuma invenção do sistema de crédito. Ela tem sua raiz no modo específico de valorização, de rotação, de reprodução do capital fixo” (MARX, 2011, p. 611-612).

Na condição de força produtiva, o capital fixo somente transfere valor porque se apresenta como um *quantum* de trabalho objetivado, isto é, na medida em que ele próprio é também produzido. Isto significa que, “O próprio capital fixo [...] não circula como valor de uso, mas só ingressa como valor na matéria-prima manufaturada [...] ou no produto diretamente extraído (na mineração, por exemplo) à medida que é consumido como valor de uso no processo de produção. Por isso, o capital fixo em sua forma desenvolvida só retorna após um ciclo de anos, que compreende uma série de rotações do capital circulante. Ele não é trocado imediatamente por dinheiro no produto, de modo que o seu processo de reprodução coincida com a rotação do capital circulante. Ele só ingressa sucessivamente no preço do produto e, por isso, só retorna sucessivamente como valor. Ele retorna de maneira fragmentária em períodos mais longos, enquanto o capital circulante circula integralmente em períodos mais breves. O capital fixo, à medida que subsiste enquanto tal, não retorna, porque não ingressa na circulação; à medida que ingressa na circulação não subsiste mais como capital fixo, mas forma um componente ideal do componente de valor do capital circulante. Ele só retorna à medida que se converte direta ou indiretamente em produto, logo, em capital circulante. Como não é um valor de uso imediato para o consumo, ele não ingressa como valor de uso na circulação [...]. Esse tipo de retorno diferente do capital fixo e do circulante aparecerá mais tarde como diferença importante entre vender e alugar, anuidade, juro e lucro, aluguel em suas diferentes formas e lucro” (2011, p. 598-602).

Vale esclarecer ainda que “há formas do capital fixo em ele paga diretamente pelo seu valor de uso – como nos meios de comunicação, de transportes etc. Em todos esses casos, o capital fixo de fato nunca deixa o processo de produção, como nas ferrovias etc. Considerado como meio de produção, ele aqui se diferencia da maquinaria etc. por ser consumido simultaneamente por diferentes capitais como condição comum para a sua produção e circulação [...]. Ele não aparece como capital encerrado no interior de um processo de produção particular, mas como artéria de ligação de uma massa de tais processos de produção de capitais particulares, que só o consomem parceladamente” (2011, p. 605).

Nesse sentido, constata-se que a produção do capital ora aparece como produção de capital circulante e ora como capital fixo, “de modo que o próprio capital produz sua forma dupla de circulação como capital fixo e capital circulante”. Assim sendo, “a diversidade na renda etc. tem seu fundamento na diferença de forma da reprodução do capital fixo e circulante [...]. Como, portanto, o capital fixo só retorna como valor na forma de capital circulante, ele só pode produzir renda nessa forma. A renda nada mais é que a parte do valor excedente destinada ao consumo imediato. Os seus retornos dependem, portanto, do tipo dos retornos do próprio valor. Daí a forma diferenciada com que o capital fixo e o capital circulante produzem renda” (2011, p. 607-613).

De acordo com Marx, “A última diferença que ainda é mencionada pelos economistas é a diferença entre móvel e imóvel; não no sentido de que um entra no movimento de circulação e o outro não, mas no sentido de que um é fisicamente fixo, imóvel, da mesma maneira que se distingue entre propriedade móvel e imóvel. P. ex., melhorias incorporadas no solo, aquedutos, edificações; e, em grande parte, a própria maquinaria, uma vez que ela, para exercer sua atividade, precisa ser fisicamente fixada; ferrovias; em suma, toda forma em que o produto da indústria é preso à superfície da terra. No fundo, isso nada acrescenta à determinação do capital fixo; mas certamente faz parte de sua determinação o fato de que quanto mais o seu valor de uso, sua existência material, corresponde à sua determinação formal, tanto mais ele é capital fixo, em um sentido mais eminente. O valor de uso imóvel, como casa, ferrovia etc., é assim a forma mais palpável do capital fixo. No entanto, ele pode circular no mesmo sentido que a propriedade imóvel de modo geral – como título, mas não como valor de uso; não pode circular no sentido físico. Originalmente, o crescimento da propriedade móvel, seu incremento em relação à imóvel, evidencia o movimento ascendente do capital em

relação à propriedade fundiária. Porém, uma vez pressupostos o modo de produção do capital, o nível com que submeteu a si as condições de produção se evidencia na transformação do capital em propriedade imóvel. Com isso, o capital estabelece sua sede no próprio solo e os próprios pressupostos aparentemente sólidos, dados pela natureza, na propriedade fundiária, aparecem simplesmente postos pela indústria”(2011, p. 619-620).

Esta passagem apresentada por Marx é de extrema importância para a fundamentação das categorias de análise sobre a relação entre espaço-mercadoria e capital fixo e circulante no processo de valorização capitalista do espaço, mostrando que a diferenciação dos níveis de apropriação de renda fundiária não se encontra nos estreitos limites da localização, mas a forma sob a qual capital fixo e capital circulante se revestem no interior da unidade produção-circulação. A fixação do trabalho ao solo “nada acrescenta à determinação do capital fixo; mas certamente faz parte de sua determinação o fato de que quanto mais o seu valor de uso, sua existência material, corresponde à sua determinação formal, tanto mais ele é capital fixo, em um sentido mais eminente” (MARX, 2011, p. 632).

A existência material do capital fixo, o seu valor de uso, depende de circunstâncias que se apresentam alheias à sua própria substância. A renda, o juro, o lucro e etc., são figuras aparentemente isoladas de sua base material e que pelas suas sucessivas mudanças de forma, tanto na produção, na circulação e no consumo, terminam por atuar e definir as funções do capital fixo como capital circulante. Nas palavras de Marx: “o capital estabelece sua sede no próprio solo e os próprios pressupostos aparentemente sólidos, dados pela natureza, na propriedade fundiária, aparecem simplesmente postos pela indústria” (2011, p. 644).

Ainda nos *Grundrisse*, Marx afirma que “É absolutamente correto que, considerado o processo de produção em seus traços gerais, o capital atuando como material e capital fixo não é simplesmente trabalho objetivado, mas tem de ser novamente reproduzido pelo trabalho, mais precisamente, tem de ser continuamente reproduzido. A sua existência – a extensão que sua existência atingiu – supõe, portanto, a extensão da população trabalhadora, grande população, em si e por si só a condição de toda força produtiva, mas essa reprodução ocorre em toda parte sob o pressuposto da ação do capital fixo, da matéria-prima e da capacidade científica, tanto enquanto tais quanto como apropriados na produção, e já realizados nela” (2011, p. 640).

As considerações e as notas aqui apresentadas em torno do capital fixo e suas formas de circulação, correspondem aos pontos nodais analisados por Marx tanto nos *Grundrisse* quanto nos Livros II e III de *O Capital*. Naturalmente, uma investigação mais profunda e exaustiva sobre o assunto foge da alçada desta pesquisa. O nosso interesse maior, nesse momento, é o de estabelecer de modo teórico e conceitual adequado a relação entre espaço-mercadoria e valor a partir dos desdobramentos lógicos das categorias marxianas e suas formas de manifestação histórica em processos particulares de valorização capitalista no espaço e suas expressões fetichistas.

Capítulo 8: A valorização capitalista do espaço

A abordagem geográfica do processo de espacialização do valor e do curso histórico do desenvolvimento do modo capitalista de produção implica, necessariamente, a interpretação das escalas geográficas do movimento espacial do capital e da força de trabalho na configuração da divisão social e territorial do trabalho, bem como dos conflitos políticos e da luta de classes no âmbito das regiões e das disputas territoriais. Nesse sentido, o *lugar* torna-se fundamental à análise e interpretação das formas singulares que assumem as relações capital-trabalho nos diferentes momentos da produção, da circulação, da distribuição e do consumo. Deve-se, igualmente considerar a *particularidade* como sendo, segundo Marx, a expressão lógica da categoria de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal), que, não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos.

A rotação do capital em múltiplas escalas geográficas, em busca das condições para a sua reprodução ampliada e de realização do excedente ou do mais-valor produz, ao mesmo tempo, um processo de concentração e centralização do capital que caracteriza o *desenvolvimento desigual e combinado* e, portanto, definem e redefinem continuamente as escalas geográficas em suas magnitudes de abrangência e amplitudes relativas de coexistência de formas pretéritas (rugosidades) com movimentos contemporâneos ou potenciais.

No Livro III de *O Capital* (Volume 4) ao tratar da “lei” da tendência de queda da taxa de lucro, Marx argumenta que “O desenvolvimento da produção e da acumulação capitalistas leva a processos de trabalho em escala, em dimensões cada vez maiores, e, em conseqüência, o desembolso crescentes de capital para cada estabelecimento particular. Por isso, além de ser uma das condições materiais delas, é um dos resultados por elas produzidos a concentração crescente dos capitais, acompanhada, embora em proporção menor, de aumento do número dos capitalistas. Junto e em interação com isso, há a expropriação progressiva dos produtores diretos e indiretos. Fica, assim, compreensível a circunstância de capitalistas isoladamente considerados comandarem exércitos crescentes de trabalhadores [...] e a de aumentar a massa de mais-valia de que se apropriam e, por conseguinte, o montante do lucro, simultaneamente com a queda da taxa de lucro e apesar dessa queda” (2013, p. 290).

Nesse sentido, o processo de valorização do espaço e do valor, ou a espacialização do valor, consiste igualmente em uma questão fundamental e nos impõe a necessidade de analisar o espaço em conexão com as particularidades históricas de formação social sob as determinações ontonegativas do valor (COTRIM, 2011). Porém, “A valorização do espaço, não se confunde imediatamente com outras manifestações da vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares” (MORAES & COSTA, 1984b, p. 122).

Se o espaço constitui “uma condição universal e preexistente do trabalho”, o valor *do* espaço consiste em uma qualidade natural intrínseca a sua própria condição material de valor de uso para qualquer forma de produção. Dessa premissa inicial pode-se afirmar a especificidade dos processos de valorização capitalista *do* e *no* espaço em relação a outros modos de produção, a partir das determinações sociais da reprodução do capital sobre a renda absoluta, a renda diferencial (I), a renda monopólio, a circulação e, na esfera do mercado, sobre a concorrência.

Com a universalização da propriedade privada, o espaço assume o seu duplo valor: o valor de uso e o valor. Nesse sentido, a produção do espaço através da acumulação de trabalho e de fixação de valor ao solo, “define-se a possibilidade de um valor *no* espaço”, pois não se trata somente do espaço como substrato material de existência ou como acumulação de trabalho morto, mas “do espaço no processo de trabalho, no nível imediato da produção. É a própria espacialidade do valor”. Desse modo, o “valor no espaço diz respeito ao próprio espaço no processo de circulação” (MORAES & COSTA, 1984b, p.128-131).

Entretanto, há uma prévia condição para que o processo de valorização no espaço se torne efetivo: a implantação da propriedade privada da terra. “A história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo o que ela contém. Sendo o consumo produtivo (e privado) do espaço o fundamento de sua valorização, a espoliação será uma tônica desse processo” (MORAES & COSTA, 1984b, p. 159-160). Com efeito, a valorização do espaço como processo universal, apresenta a sua particularidade na construção dos territórios, estabelecendo mediações dialéticas entre o universal e o singular.

Embora a valorização do espaço apresente um caráter universal, o capital opera uma verdadeira valorização seletiva do espaço. “Se o valor *do* espaço é desigualmente

distribuído, também o valor *no* espaço manifesta-se em intensidade variáveis” (MORAES & COSTA, 1984b, p. 167), pois a fixação de valor ao solo não mais se caracteriza pela sua extensividade, mas pela concentração intensiva nos lugares. Vale lembrar que a concentração dos meios de produção e centralização do capital são elementos intrínsecos ao desenvolvimento da produtividade do trabalho e do capital, daí o seu caráter seletivo.

A interpretação do caráter expansivo e seletivo do capital a partir da teoria da acumulação de Marx nos permitiu o aprofundamento da análise a respeito da circulação e da localização a partir da lógica expansionista do capital. Segundo Harvey, como já vimos acima com Marx, “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou *o mercado mundial* [ou seja] a expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação” (2005, p. 48).

A partir dessas primeiras considerações, a geografia histórica do capitalismo, na perspectiva da teoria marxista do valor, pode ser traduzida como sendo o processo de valorização *do* e *no* espaço a partir da unidade contraditória do movimento interno do valor constituído pelas relações capital-trabalho sob as formas de concentração e centralização do capital e da força de trabalho. “Em outros termos a ótica peculiar da geografia possibilita um claro equacionamento da articulação entre a universalidade e a singularidade na expansão espacial desse modo de produção. Sua adaptabilidade à variação (natural e social) dos lugares defrontados constitui em si um eficaz mecanismo da dominação capitalista, no sentido em que a capacidade de inovação e de conviver com o diverso possibilitava a criação de estruturas específicas (no limite, singulares) que se integravam e reproduziam a lógica geral do sistema. Pode-se então falar de formas capitalistas de valorização do espaço e de uma valorização capitalista do espaço” (MORAES, 2010, p. 16-17).

Há, entretanto, uma distinção como visto anteriormente entre a relação capitalismo e superfície terrestre, cuja face aparente configura-se pelo modo destrutivo inerente as suas formas de expansão e apropriação, e a relação capital e espaço, tendo a seletividade como característica mais marcante. Consequentemente, como arguem Moraes e Costa: “Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, “passa-se à relação mediatizada sociedade global-espaço global [...]. Alargam-se os limites da sociabilidade

e, com isto, a rigidez dos lugares em sua singularidade infinita sucumbe progressivamente aos fluxos e, com eles, ao espaço global” (1984b, p. 89-90).

A partir dessas premissas é que Moraes e Costa definem “valor e trabalho” como sendo “as categorias fundamentais da materialidade social”. De acordo com os autores, “O processo de valorização tem, nessas categorias, o seu nódulo explicativo central. Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano [...]. A apropriação dos recursos naturais do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa *criação de valor*” (1984b, p. 122-123).

Considerada nesta perspectiva, as condições iniciais de análise sobre o processo de valorização capitalista do espaço, se faz necessário, segundo os autores, apresentar a distinção entre valor *no* espaço e valor *do* espaço. Essa diferenciação é relevante não somente porque separa historicamente a síntese do trabalho em seu metabolismo com a natureza sob a forma de apropriação de valores de uso, mas, sobretudo, porque elucida a diferença na unidade entre duas categorias fundamentais à análise da produção e valorização capitalista do espaço na perspectiva da teoria do valor, a saber: a renda fundiária e o juros.

“Sendo o espaço (e tudo que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral. A produção desta forma, sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção. Daí ele possuir um valor intrínseco, não necessariamente produto do trabalho humano, uma *riqueza natural*. Daí, também, ele ser o receptáculo fundamental e geral do chamado *trabalho morto* [...] Assim, o valor do espaço também se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre” (1984b, p. 123-124).

Além disso, afirmam os autores, “É o *valor do espaço* que se manifesta em todas as formas de renda fundiária [...]. Por ser o espaço concreto também um valor de troca, define-se a possibilidade de um *valor no espaço*. O espaço, aqui, a despeito de conter valor prévio, não ultrapassa a função de mero palco de processos que nele ocorrem, ou, em outras palavras, como substrato da vida material [...]. Não há processos espaciais, mas processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre [...]; a espacialidade,

então, não pertence à esfera deste ou daquele lugar concreto, mas é um atributo dos seres e não um ser. A espacialidade enquanto atributo está contida em todo processo de criação de valor. Ela é uma mediação necessária para a compreensão de uma manifestação histórica concreta. Na busca da totalidade, a espacialidade é um elemento de concreção [...] se trata [...] do espaço no próprio processo de trabalho, no nível imediato da produção. É a própria espacialidade do valor” (1984b, p. 126-128).

A espacialidade inerente às relações sociais da produção capitalista apresenta-se, então, descolada da singularidade dos lugares, mas isto não significa que a transividade histórica que os atravessa e os envolve em relações de escalas mais amplas, não atuem sobre as formas de articulação e combinação específicas que lhe atribui, inclusive, o estatuto de “lugar”. Por isso a espacialidade “é uma mediação necessária para a compreensão de uma manifestação histórica concreta”. Porém, a categoria que delucida a espacialidade do valor e, conseqüentemente, a valorização no espaço, é a relação da força de trabalho com o capital.

Em relação a este aspecto, os autores advertem que: “Entendida a relação sociedade-espaço como um processo de valorização, o seu movimento interno deve expressar, em essência, um permanente processo de criação de valores. Porém, distintamente da valorização do capital [...], a valorização do espaço manifesta-se com caráter próprio. Em nenhum momento ela deixa de ser processo universal (a criação de valores) e, nesse sentido, ela sempre externará as determinações gerais de um modo de produção. Contudo, o espaço, como objeto de valorização, não se confunde com outros objetos vulgares da produção material imediata. Em primeiro lugar, porque ele não é apenas um produto (objeto e resultado do trabalho), mas também imperativamente uma condição geral da produção e da existência humana [...]. Além disso, o espaço, ao contrário da maioria das mercadorias, não aparece perante a produção, como um objeto homogêneo. Ele é intrinsecamente desigual. A sua própria naturalidade preexistente ao trabalho impõe, desde o início, quadros naturais diversificados. Também o trabalho nele se acumula desigualmente” (1984b, p. 130).

Apresentada sumariamente a diferenciação entre valor *do* espaço e valor *no* espaço, chegam os autores, a seguinte conclusão: “Os fundamentos da valorização do espaço repousam, assim, numa unidade contraditória entre valor *do* espaço e valor *no* espaço. Essa é a lógica de seu movimento interno. Outra questão diz respeito à sua

dialética na totalidade, isto é, à sua manifestação no movimento geral da sociedade” (1984b, p. 132-136).

Em suma, “pode-se dizer que a valorização capitalista do espaço é, antes de tudo, uma relação capital-espaço” (1984b, p. 159). A fixação de força de trabalho ao solo, a produção e as formas de circulação do capital fixo, a composição geral da parte orgânica do capital, a concentração da população e dos mercados de trabalho e consumo e etc., produzem e valorizam o espaço como condição e meio de produção, assim como, força produtiva do capital. Portanto, o espaço como mercadoria torna-se, ele mesmo, uma condição concreta de realização do valor nele contido.

Vale acrescentar, em razão do caráter seletivo do capital, que se a relação “capital-espaço” transcorre no processo de particularização da esfera da produção, seja de capital fixo ou circulante e daí, por conseguinte, a sua expressão histórica concreta e com configurações específicas, e porque decorre naturalmente de circunstâncias cuja variabilidade modifica a sua forma. A relação “espaço-valor” somente pode ocorrer, por assim dizer, em sua universalidade, ou seja, que a existência da propriedade privada capitalista e, conseqüentemente, da divisão social do trabalho daí decorrente, e a universalização do trabalho abstrato como fonte de valor, apresentam-se como a totalidade da reprodução social.

De acordo com Moraes e Costa, “A apropriação privada dos meios de produção, outra determinação geral do capitalismo, implicou a privatização do espaço, visto ser este igualmente capital. Dessa forma, a história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo o que ela contém. Sendo o consumo produtivo (e privado) do espaço o fundamento de sua valorização, a espoliação será uma tônica desse processo [...]. Na verdade, não existe espaço *exterior* à lógica do capital [...]. A valorização capitalista do espaço realiza as determinações gerais deste modo de produção, construindo territórios únicos, numa dialética entre a universalidade e a singularidade” (1984b, p. 160).

Nesse sentido, o processo de valorização do capital é, ao mesmo tempo, o de valorização do espaço. Porém, uma simples analogia com o duplo caráter da mercadoria – valor de uso e valor – não permite analisar o espaço em sua forma e em seu conteúdo. A peculiaridade da forma espaço-mercadoria no capitalismo exige que se considere, como vimos acima, a espacialidade inerente às relações sociais de produção e consumo, bem como, as conexões existentes entre as categorias renda fundiária e juros do capital

fixo. Isto nos coloca a exigência da análise histórica da fixação de força de trabalho ao solo, quanto da transferência e circulação do valor no espaço-mercadoria em sua totalidade. Em suma, “A circularidade dos investimentos capitalistas centrada na reprodução do capital determina um processo ininterrupto de fixação de valor ao solo, não mais aquele tipo *extensivo* no passado, mas aquele associado a uma aglomeração intensiva de valor num mesmo lugar” (MORAES; COSTA, 1984b, p. 170).

As sucintas considerações apresentadas referem-se aos primeiros ensaios de Moraes e Costa acerca da possibilidade de construção de uma teoria marxista da geografia a partir da análise das relações entre valor e espaço e capital e espaço. Nota-se, entretanto, nas publicações de Antonio Carlos Robert Moraes a partir dos anos 1990, a tentativa de elaboração de uma “abordagem multidimensional” que pudesse elucidar, do ponto de vista da relação sociedade-espaço, as “particularidades históricas no movimento de conformação/instalação/reprodução da economia-mundo capitalista”. Essa nova abordagem abarcaria, então, os “processos de valorização do espaço”, as “políticas territoriais” e as “ideologias geográficas correspondentes”.

Nessa perspectiva, de acordo com Moraes, “Assume-se, assim, a tentativa de realizar uma leitura geográfica da história, centrada na dimensão espacial da realidade social”. Em outras palavras, propõe-se um “recorte ontológico que fundamenta a visão geográfica da realidade social [...] na particularidade dos processos de valorização do espaço. Estes podem ser agrupados em dois movimentos básicos: o da fixação geográfica do valor, explicativo da geração das estruturas produtivas e demais infra-estruturas, logo, da apropriação e produção dos espaços [...]; e o da transferência geográfica do valor, impulsionador dos fluxos, logo dos circuitos de circulação em geral. Investiga-se, assim, a relação das sociedades com os espaços na conformação das materialidades geográficas, abordadas enquanto ocupações, povoamentos, construções, transformações, migrações e transportes de objetos na superfície terrestre” (2006, p. 45-46).

A relação entre valor e espaço, sob a “conformação das materialidades geográficas”, e suas manifestações na “superfície da terra”, passando a prefigurar igualmente as políticas territoriais e as ideologias geográficas, leva a conclusão de que “Os processos de valorização do espaço são históricos, isso quer dizer que apesar de universais eles se manifestam densos de particularidades temporais, a tal ponto que a universalidade neles contida acaba advindo apenas da sua recorrência ao longo da

história”. Esse elementos gerais são, segundo o autor, “as relações básicas de trabalho e propriedade, a forma de divisão do trabalho social, o arcabouço técnico das atividades produtivas, a forma de estratificação social, os meios de dominação política básicos, as formas de legitimação das práticas vigentes, entre outros” (2011, p. 13).

Portanto, a condição universal dos processos que caracterizam a valorização *do e no espaço* consiste na existência do modo de produção capitalista. Para Moraes, o modo de produção é a “estrutura de funcionamento da vida social em dado período da história e num determinado âmbito espacial”. Trata-se mais de uma teoria da história do que, propriamente, um modelo analítico das formas de organização social ao longo do tempo. “Assim, é a espacialidade de um modo de produção específico” que se torna objeto de investigação, o que significa, por seu turno, “submeter os processos universais estudados pela geografia [...] a uma primeira delimitação histórica, particularizando-os” (MORAES, 2011, p. 14-17).

A partir dessa nova abordagem, Moraes acredita que “pode-se então falar de formas capitalistas de valorização do espaço e de uma valorização capitalista do espaço” (2011, p. 17). A primeira, de caráter expansionista, “visa à exaustão”, a segunda, a relação entre capital e espaço, de caráter concentrador, “tem a seletividade espacial como marca”. Para Moraes, “A não diferenciação entre as duas relações apontadas [...] acarreta um mau equacionamento da questão da circulação e da fixação dos capitais, impedindo também uma abordagem do tema da carência de capital, cuja manifestação constitui um dos problemas-chave da dinâmica do capitalismo na escala global, notadamente em sua periferia [...]. A não explicitação da distinção aludida impede o equacionamento adequado da espacialidade desse modo de produção, gerador de desigualdades espaciais em sua expansão pelo espaço terrestre” (2011, p. 17).

A valorização capitalista do espaço está, propriamente, subsumida na relação entre capital e espaço-mercadoria. Embora essa relação apareça sob as mais variadas tonalidades nas diferentes latitudes, há sempre uma tendência visível em seu movimento: a concentração e a centralização do capital. A espacialidade inerente a essa relação segue, portanto, a mesma dialética das contradições do capital: concentração e expansionismo.¹⁰ Moraes observa, então, com base em Yves Lacoste, que “o

¹⁰ Moraes argumenta ainda que “a valorização capitalista do espaço designaria a forma própria do capital submeter sua base espacial. A teoria da renda da terra fornece os indicadores genéricos para o entendimento desse processo específico, e sua vigência numa localidade requer a existência concreta de pressupostos históricos particulares tais como a efetividade do mercado fundiário e o uso intensivo do

capitalismo manifesta em essência uma *espacialidade diferencial* [e] acentua-se com a objetivação de novas diferenças, as quais realizam [...] as relações do capitalismo *propriamente dito* no mundo periférico” (2011, p. 33).

No capitalismo, espaço e tempo são, desse modo, condições e meios opostos, são movimentos contraditórios em que a separação é o seu modo próprio de unificação. Na condição de mercadoria, o espaço torna-se “coisa” de mercado, objeto de negócios e, portanto, esvaziado de sentido histórico e social. Na perspectiva do capital, o espaço-mercadoria deve aparecer descolado das condições materiais que o constituem, a ocultação do seu *currículum vitae* torna-se condição necessária para o seu ingresso na circulação e no consumo. Nesse sentido, o processo de valorização capitalista do espaço é, ao mesmo tempo, um processo cujas formas de representação reproduzem as relações sociais que o faz aparecer na “superfície da sociedade” como uma mercadoria-fetichismo, uma fantasmagoria. Em outras palavras, a sua aparência diz, exatamente, o que ele não é.

Nesse sentido, a análise empreendida sobre a valorização do espaço a partir da teoria marxista do valor, tendo como introdução os estudos de Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Messias da Costa nos 1980 e 1990, pode vislumbrar as possibilidades teóricas e práticas de interpretação das relações sociedade-espaço substanciada, historicamente, pelas mediações derivadas da universalidade do movimento de valorização do valor e das formas particulares das relações entre capital e espaço-mercadoria.

solo. Do ponto de vista da espacialidade do capital, as qualidades mais expressivas de tal processo seriam as tendências à centralização e a concentração que ele induz” (2011, p. 18).

Parte IV

A Metrópole Capitalista: fetichismo e fantasmagoria



Cena do filme “Playtime”¹¹

Capítulo 9: Metrópole e Fantasmagorias

A exposição dos resultados finais da pesquisa mediante a apresentação de conceitos que acompanham e representam o modo distorcido das relações humanas sob a lógica e a dinâmica da sociedade capitalista, tem o objetivo de mostrar que mesmo a descrição dos traços mais gerais da metrópole capitalista aponta para o “amontoado de ruínas” que constitui o “mundo dos homens e do capital” e o acelerado “progresso da catástrofe”.

Sem dúvidas, tem-se consciência plena dos limites da presente análise acerca dos problemas tangenciados nesta última parte da investigação, bem como das lacunas metodológicas e teóricas em relação a profundidade de interpretação em torno dos elos que ligam as categorias marxistas ao processo de valorização capitalista do espaço quando referido à metrópole como fetichismo e fantasmagoria, ou ainda, como espetáculo e como negócio. Esta última parte do Relatório apresenta-se, portanto, na

¹¹ Playtime (1967). Produção: Bernard Maurice com Specta Films. Roteiro: Jacques Tati com colaboração de Jacques Lagrange.

forma de aproximação crítica sobre o objeto de estudo, a partir das categorias marxistas, a respeito dos conceitos de *fetichismo* e de *fantasmagoria*.

O fetichismo da mercadoria, a reificação das relações sociais de produção e consumo veiculados pelo valor e, sobretudo, a mistificação das imagens dos desejos encarnadas na dissonância da repetição do mesmo, cujo sentido é o progresso da catástrofe, assumem na concepção de Walter Benjamin, a sacralização do reino das mercadorias, portanto, das fantasmagorias. Se o conceito de fetichismo guarda estreita relação estética com o de mercadoria, tanto na esfera da produção como esfera do consumo, a fantasmagoria remete, por sua vez, tanto aos agentes e sujeitos do processo de acumulação de capital, quanto às relações sociais que produzem imagens de si mesmas mediante uma obscura consciência que busca justificar a sua existência e a sua reprodução.

Se as noções de fetichismo e fantasmagoria são anteriores a emergência do capitalismo da chamada “grande indústria” e das tecnologias contemporâneas, somente com o desenvolvimento das mesmas em sua sociabilidade reificada, é que essas noções passam a constituir os nexos das relações sociais em forma “pseudo-concreta” e aparentemente natural. Contudo, a condição essencial para que esse processo social se torne efetivo em sua expressão histórica, é necessário que as categorias do capital estejam plenamente desenvolvidas, isto é, que a relação entre capital-trabalho seja, em sua totalidade, uma relação simultânea de expropriação e apropriação. Ou seja, que a divisão social do trabalho e as determinações da propriedade estejam subsumidas efetivamente ao processo de valorização do capital.

Em *O Rendimento e suas Fontes – a economia vulgar*, Marx nos mostra como o desenvolvimento do modo de produção capitalista é, igualmente, acompanhado pela reificação das relações sociais e sua expressão fetichista como relações entre coisas. Nas palavras do autor: “A forma e as fontes do rendimento (*revenue*) exprimem as relações da produção capitalista sob a forma mais fetichista. Sua existência, como surge na superfície, isola-se de suas conexões ocultas e dos elos intermediadores. Assim a terra se torna fonte de renda fundiária, o capital, a fonte do lucro, e o trabalho, do salário. A forma distorcida em que se expressa a inversão efetiva se encontra naturalmente reproduzida na representação dos agentes deste modo de produção. Este é um modo de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar” (1974, p. 267).

Em relação ao capital que rende juros, Marx faz a seguinte observação: “De todas essas formas, entretanto, o capital a juros constitui o fetiche mais completo. Encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital – o dinheiro – e a fórmula D-M-D’, reduzida aos seus extremos D-D’. Dinheiro que cria mais dinheiro. É a fórmula mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido [...]. Este é o capital acabado – portanto, unidade do processo de produção e do processo de circulação – que, por isso, num determinado período de tempo traz um determinado lucro [...]. No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa [dinheiro, mercadoria] consigo mesma” (1974, p. 267-268).

Em relação a terra como fonte de renda, com uma tremenda ironia em relação aos economistas burgueses, Marx argumenta: “A terra ou a natureza como fonte de renda fundiária, isto é, da propriedade agrária, é bastante fetichista. Mas, por meio de uma simpática confusão de valor de uso e valor de troca, resta para a representação usual ainda o refúgio de recorrer à força produtiva da própria natureza, personificada, graças a um abracadabra, no proprietário (*landlord*)”.

Em relação ao trabalho como fonte de salário, diz o autor: “O trabalho como fonte de salário, isto é, participação do trabalhador em seu produto, determinada pela forma especificadamente social do trabalho [...], adquire dos produtos [do capital considerado materialmente] a permissão de produzir, possuindo no trabalho a fonte de onde lhe retorna, do empregador [...], uma parte de seu produto como pagamento deste produto, não é mais do que uma bela história. Mas a representação usual é aqui consoante com a própria coisa, de sorte que, embora confunda trabalho com trabalho assalariado e, por conseguinte, o produto do trabalho assalariado – o salário – com o produto do trabalho, deixa ainda claro para o senso comum que o trabalho produz seu próprio salário” (1974, p. 267-268).

Mas isso não é tudo. “A mistificação das relações do capital decorre de que todas as partes dele aparecerem igualmente como fonte do valor excedente (lucro). [...] A maneira como, por intermédio da taxa de lucro, a mais-valia se transforma em lucro decorre de já se inverterem as posições de sujeito e objeto, no processo de produção. Já vimos que, neste, todas as forças produtivas subjetivas do trabalho assumem a aparência de forças produtivas do capital” (MARX, 2013, p. 63).

É nesse sentido, e concordando com Marx, que Grespan argumenta em *O Negativo do Capital*, que “A importância do teorema do fetichismo na teoria de Marx reside em indicar como as relações sociais burguesas, desde suas formas mais simples, aparecem como forças externas, regidas por lei próprias [...]; no entanto, esta visão invertida não é uma ilusão dos agentes econômicos ou dos economistas *clássicos*, pois é a realidade burguesa que determina o fetichismo” (2012, p. 50).

No Livro I de *O Capital*, no famoso capítulo “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, Marx nos fornece a seguinte explicação: “O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias [...]. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social [...] Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo útil de trabalho privado, portanto, na medida em que lhe é equivalente. A igualdade *toto coelo* dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato [...]. Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros matérias de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem” (2013, p. 147-149).

A partir das análises desenvolvidas por Marx sobre as metamorfoses da mercadoria e do dinheiro, assim como do conceito de alienação de Karl Korsch, que Walter Benjamin inicia seu projeto de pesquisa sobre as relações que caracterizam a alienação, o fetichismo e as formas fantasmagóricas das relações de troca. Naturalmente, são tantas outras referências utilizadas pelo autor ao longo da

“montagem” de seus escritos que não cabe aqui examiná-las, mesmo na forma mais geral.

Em relação ao fetiche do dinheiro, Benjamin mostra como as suas funções nas relações de troca fazem com que ele apareça ora como um signo de si mesmo, mas, ao mesmo tempo, um não-signo, pois, concretamente é um dos resultados das metamorfoses da mercadoria. Vale acrescentar, de acordo com Grespan, que, em relação ao dinheiro, “o caráter de signo está mais *desenvolvido* e numa forma mais adequada, pois é equivalente a qualquer mercadoria, pode comprar tudo o que se tenha revestido desta forma de mercadoria e dar acesso ao seu possuidor a todo o mundo do trabalho social; inclusive à terra ou aos terrenos urbanos, que em si não são produto de trabalho humano, não têm valor, mas têm preço” (2015, p. 53).

“Do fetiche do dinheiro, recua-se ao da mercadoria, onde as relações sociais também estão escondidas, só que em objetos de consumo, já por natureza perecíveis, e cujo perecimento é apressado pela moda, que os tira de circulação antes de eles se desgastarem de fato. Continuando o texto imediatamente anterior, Benjamin define a *natureza* do fetiche da mercadoria como o *conflito com o orgânico*. *Ela acopla o corpo vivo ao mundo inorgânico. No vivo, percebe os direitos do cadáver. O fetichismo, que subjaz ao sex appeal do inorgânico, é o seu nervo vital* (BENJAMIN, 1983, p. 51).

A relação do inorgânico com o orgânico – das coisas que tomam o lugar das pessoas no mercado; do capital como trabalho morto nos meios de produção que *suga* o trabalho vivo do assalariado – é o domínio do mundo humano por uma segunda natureza que dele se destaca. E a relação do morto com o vivo, também aí presente, consiste nos *direitos do cadáver*, do que deve perecer para ser substituído pela novidade trazida pela moda; daí o *sex appeal do inorgânico* numa quase necrofilia. Daí, inclusive, mais um retorno da alegoria barroca, que *acunha numa cara – não, numa caveira o tempo natural como o da morte, e não o da transfiguração numa outra vida* “(BENJAMIN *apud* GRESPAN, 2015, p. 56).

Embora o fetichismo, como vimos anteriormente, possuía uma existência anterior ao capitalismo¹², somente na sociedade produtora de mercadorias ele se torna

¹² Os dicionários registram o ingresso da palavra fetiche nas línguas européias do século XVIII pelo português (feitiço). Por ocasião do empreendimento da conquista portuguesa, no século XVI, facticius conhece um renascimento e chega ao alemão **faktisch**, de onde vem fetichismus utilizado por Marx. MATOS, O. C. F. Benjaminianas – cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2010, nota 13, p. 139-140.

inerente as relações sociais, mas não para revelar como de fato ela é, mas como se representa a si mesma a partir da abstração do modo como ela produz e reproduz objetivamente a sua existência. De acordo com Grespan, “A imagem que ela assim produz de si e que costuma designar como sua cultura corresponde ao conceito de fantasmagoria (Benjamin, 1983, p. 822). Toda essa *cultura* não passa de *fantasmagoria*, a mesma que as *fantasmagorias do espaço*, a que se abandona o *flâneur* e que *correspondem as fantasmagorias do tempo*, a que se rende o jogador (Benjamin, 1983, p. 57), conforme a *Exposé* de 1935. Ou seja, o elemento morto do espaço da nova Paris reurbanizada por Hausmann levava o *flâneur* sempre para um novo lugar, na busca de uma verdadeira experiência, agora impossível; assim como elemento morto do tempo, em que o jogador – o jogador da Bolsa de Valores – vive o seu presente na pura expectativa de ganhos em um futuro incerto” (2015, p. 56-57).

Na interpretação de Dias (2015, p. 64), “O que interessava a Benjamin na cultura era principalmente sua superfície, seu lado externo, sua expressão mimética, que continha ao mesmo tempo ilusão e promessa, sonho e desejo. Porém, é inegável que o aparato teórico metodológico mobilizado pela crítica da cultura de Benjamin não tenha se beneficiado tanto do fetichismo quanto da reificação”.

Em relação às fantasmagorias, Benjamin as definia, segundo Dias, “como mistificações que assumiam a aparência das *imagens de desejo com as quais o coletivo procurava tanto superar quanto transfigurar as imperfeições do produto social bem como as deficiências da ordem social de produção*. Elas eram fruto da interação entre o moderno e o antigo, entre o novo e o sempre igual acumulado pela experiência destas sociedades em seu inconsciente coletivo. A fantasmagoria expressa uma repetição cíclica, o eterno retorno do mesmo, mascarados ilusoriamente como novidade representada infatigavelmente pela moda, sua agente infatigável” (2015, p. 66-67).

A repetição claudicante e diabólica do mesmo, mas com a aparência de novidade revestida pela técnica transfigurada em “estética da mercadoria”, isto é, na estética do *sex appeal do inorgânico*, mostra que o fetichismo não é mera ilusão sobre a realidade, mas a inversão própria da realidade social. Nesse sentido, a expressão fantasmagórica da sociabilidade ontonegativa do valor aparece, portanto, como a sua negação, isto é, a “cultura” da sociedade produtora de mercadorias.

De acordo com a interpretação de Fabio Mascaro Querido, a análise desenvolvida por Benjamin sobre o fetichismo, a reificação e a fantasmagoria “está

estritamente ligada a uma forma específica de *representação* da ordem burguesa, baseada numa recuperação original e atualizada da perspectiva alegórica outrora vigente no drama barroco do século XVII. A questão do fetichismo é transformada em forma de representação (alegórica) própria da *sociedade produtora de mercadorias* em suas múltiplas dimensões. Em carta a Gretel Adorno, Benjamin diz que, no *Exposé* de 1939 das *Passagens* – escrito a pedido de Max Horkheimer e do *Instituto de Pesquisa Social* –, empenhou-se “em colocar como tema central uma das concepções fundamentais das *Passagens*: a cultura da sociedade produtora de mercadorias como *fantasmagoria*” (2013, s/p.).

Nas palavras de Benjamin, as criações da “cultura” se manifestam como fantasmagorias, pois, “tais criações sofrem esta ‘iluminação’ não somente de maneira teórica, por uma transposição ideológica, mas também na imediatez da presença sensível. Manifestam-se enquanto fantasmagorias. Assim apresentam-se as ‘passagens’, primeiras formas de aplicação da construção em ferro; assim apresentam-se as exposições universais, cujo acoplamento à indústria do entretenimento é significativo; na mesma ordem de fenômenos, a experiência do flâneur, que se abandona às fantasmagorias do mercado” (BENJAMIN, 2006, p.53-54).

Para Querido, “Benjamin sustenta que a cultura da *sociedade produtora de mercadoria*, isto é, a *imagem que ela produz de si mesma*” [...], *corresponde ao conceito de fantasmagoria*, já que, entre outras coisas, esta imagem oculta a lembrança da forma como as mercadorias surgiram, ou seja, de como (e por quem) eles foram produzidos. É neste sentido que as mercadorias, enquanto objeto de consumo, transformam-se em “objetos mágicos” que, mais do que apenas revelar uma reificação do produtor em relação ao objeto produzido, eleva-se como representação fetichizada da própria cultura hegemônica em suas variadas formas de expressão concreta” (2013).

As considerações gerais até aqui apresentadas, mas que, sem dúvidas, exigem aprofundamentos teóricos e longa maturação intelectual para que a exposição da complexidade dos conceitos de fetichismo e fantasmagoria se dê de forma adequada ao processo social que pretende dar cabo tal investigação, cumpre o papel importante para a análise da valorização capitalista do espaço-mercadoria na medida em que elucida as formas de representação dos processos reais de produção, circulação, consumo, enfim, de acumulação de capital. Se o espaço não é uma intuição pura, como queria Kant, e, tampouco uma planície isotrópica, homogênea e vazia, mas uma condição de produção

e força produtiva ele é, ao mesmo tempo, objeto de representações reificadas que se expressam como fantasmagorias. A metrópole constitui o exemplo mais significativo do que podemos entender por espaço-mercadoria e também do “progresso da catástrofe”, onde as formas de dominação do capital e de “redenção dos oprimidos” se apresentam transfiguradas em imagens que procuram ocultar a supremacia do “reino das mercadorias”.

O objetivo deste capítulo, como já apresentado no Projeto de Pesquisa, não consiste em uma análise a respeito de teorias urbanas ou diferentes concepções conceituais e metodológicas presentes na Geografia, especialmente, na Geografia Urbana. Essas questões estão fora do nosso plano de pesquisa. A intenção em analisar a metrópole e suas fantasmagorias como capítulo final da pesquisa, visa reafirmar a importância da teoria do valor e do fetichismo desenvolvidas por Marx e, posteriormente, no caso do fetichismo e da fantasmagoria, por Benjamin, para a análise do processo de valorização capitalista do espaço-mercadoria. Portanto, não se trata de uma análise em torno de suas funções, de sua estrutura interna e etc., mas das determinações sociais e históricas de sua existência em um modo específico de produção e reprodução social.

Se a cidade possui uma existência antediluviana, a metrópole apresenta-se com um caráter específico decorrente do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Se o capitalismo mundial de mercado é o parteiro da metrópole, esta se transforma, como em um feitiço, em sua própria genitora. A metrópole capitalista é o espaço imagem e semelhança do capital e, ao mesmo tempo, sua própria negação enquanto materialização de trabalho vivo que se opõe ao movimento de valorização do valor. Embora os edifícios, ruas e praças estejam incrustadas ao solo, as formas em que assumem a sua circulação apresentam-se como determinações de sua existência.

A partir da concepção formulada por Henri Lefebvre acerca do espaço urbano, Odete Seabra procura definir a metrópole a partir da síntese estabelecida pela conexão espaço-tempo: “A metrópole contemporânea é a síntese mais complexa da conexão espaço-tempo. Constitui-se num objeto privilegiado exatamente porque, nela, o tempo tem um fundamento social resultante do processo de divisão do trabalho e da generalização da economia de trocas. Na metrópole contemporânea à lógica (sistêmica) e a dialética (movimento/conflito) reúnem os elementos que qualificam o presente e que indicam o movimento da formação, o qual pode ser compreendido através de certas

linhas (evolutivas) mais ou menos consistentes que demarcam a especificidade de processos urbanos particulares” (2011)¹³.

A especificidade dos processos urbanos, que se reproduzem em ritmos diferenciados, resulta tanto das formas de concentração e centralização do capital produtivo, quanto de sua base de dispersão decorrente de suas necessidades de expansão de realização da mais-valia. Como condição de produção e realização de mais-valia, a metrópole torna-se uma imensa acumulação de “coisas” e homens, de mercadorias e de trabalho morto. A repetição que caracteriza o cotidiano da metrópole em sua reprodução infernal, não passa da mobilidade incessante do trabalho e do valor. A forma específica em que o capital assume na configuração da metrópole faz dela um espaço da acumulação, dos negócios imobiliários, mas também do espetáculo das mercadorias e da miséria do trabalho. Como diria Guy Debord (1997): “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. Ou seja, a representação do mesmo, mas, sob o signo da novidade que se expõe no mercado como *moda*. Em relação à moda, Benjamin faz a seguinte alusão: “A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele se oculte na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Ele se dá, porém, numa arena comandada pela classe dominante” (2012, p. 249). Quanto à *novidade*, diz o autor: “é uma qualidade independente do valor de uso da mercadoria. Ela é a origem da aparência, inseparável, esta, das imagens produzidas pelo inconsciente coletivo [...]. Uma tal aparência de novidade reflete-se, como um espelho no outro, na aparência do sempre igual” (BENJAMIN, 2006, p. 39).

Inspirado em Feuerbach, Debord (1997, p. 24), assim define o espetáculo: “O espetáculo é a reconstrução material da ilusão religiosa. A técnica espetacular não dissipou as nuvens religiosas em que os homens haviam alojado seus próprios poderes separados deles. Ela simplesmente os ligou a uma base terrestre. Assim é a vida mais terrena que se torna opaca e irrespirável. Ela não rechaça mais para o eu, mas ela abriga em si sua crença absoluta, seu falacioso paraíso. O espetáculo é a realização técnica do exílio dos poderes humanos em um além”.

Da cidade à metrópole capitalista, o processo é sempre o de destruição do velho e de construção do novo. O seu motor é a economia política de mercado. A destruição e

¹³ Revista Geografares, n°9, p.49- 79, jul./Dez., 2011. Acesso: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares>

a proliferação de formas “novas” é o seu modo de valorizar-se a si mesma. Nesse sentido, como argumenta Olgária Chain Féres Matos, “As metrópoles encontram-se em constante e acelerada transformação, o que resulta no desaparecimento dos suportes objetivos da memória; a destruição dos espaços da cidade converte-a em metrópole impessoal e sem memória. Isso significa que passado e natureza coincidem, o presente é pré-história, a superfície da cidade é inferno ou história-natureza. Tudo é repetição, é multiplicação do sempre igual” (2010, p. 154).

Marx, em suas passagens por Londres e Paris, já havia notado que “Qualquer observador desprevenido percebe que, quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores. Os ‘melhoramentos’ urbanos que acompanham o progresso da riqueza, a demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, lojas, etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial e para as carruagens de luxo, o estabelecimento de linhas para bondes, etc., - desalojam evidentemente os pobres, expulsando-os para refúgios cada vez piores e mais abarrotados de gente” (MARX, 2017, p. 772).

No Capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, quando trata da “lei geral da acumulação capitalista”, Marx apresenta uma série de citações de relatórios referentes às precárias condições habitacionais e de saúde da população trabalhadora, revelando como o espaço urbano tornou-se objeto de políticas urbanas, da especulação imobiliária, do luxo e da miséria. O quadro dramático das cidades industriais de meados do século XIX apresentado por Marx, ganhou traços muito mais marcantes no contexto da metrópole capitalista do século XX. Se a metrópole, como diz Benjamin, é a aparência estranhada da modernidade, é porque sob a forma mercadoria ela é, para a classe dominante, apenas a ante-sala dos negócios urbanos.

Em *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin* (2000), ao analisar a relação entre Benjamin e Baudelaire sobre a metrópole moderna, W. Bolle apresenta outro aspecto fundamental da concepção de Benjamin sobre a metrópole, isto é, a “produção de imagens”. “A fisiognomia benjaminiana é uma espécie de *especulação* das imagens, no sentido etimológico da palavra: um exame minucioso de imagens prenhes de história [...]. A *imagem* é a categoria central da teoria benjaminiana da cultura: *alegoria*, *imagem arcaica*, *imagem de desejo*, *fantasmagoria*,

imagem onírica, imagem de pensamento, imagem dialética [...]. A imagem possibilita o acesso a um saber arcaico e a formas primitivas de conhecimento, às quais a literatura sempre esteve ligada, em virtude de sua qualidade mítica e mágica [...]. Decifrar todas aquelas imagens e expressá-las em *imagens dialéticas* coincide, para ele, com a produção de conhecimento da história [...]. De Baudelaire, ele aprendeu a ver a cidade como um corpo humano e a usar a técnica de superposição que faz com que, miticamente, a percepção da cidade e a do próprio corpo se confunda” (2000, p. 43). Assim, o corpo em que o fetichismo alienante das imagens se sobrepõe consiste, por sua vez, em outra imagem, “a imagem dialética por excelência: *Flâneur*” (2000, p. 67).

O “corpo” da metrópole, se assim podemos dizer, carrega múltiplas imagens que, em seu fundo vazio, reflete a si mesmo, ora como a novidade que se sobrepõe ao arcaico, ora o arcaico reveste-se de novidade e aparece como moda. Essa profusão de imagens idílicas e infernais é, ao mesmo tempo, a expressão da metrópole como negócio e da metrópole como espetáculo, onde o morto se acopla no vivo, fazendo deste último apenas o seu suporte orgânico para a sua realização como valor.

“Na paisagem urbana”, diz Olgária Matos, “não é mais possível diferenciar realidade e ficção, modelo e reprodução, fato e direito. A partir de Marx, um dos mecanismos principais do fenômeno do fetichismo da mercadoria é a impossibilidade de o sujeito apreender a estrutura social da determinação do valor dos objetos em virtude de um regime de encantamento por sua visibilidade absoluta, sua suposta objetividade. Efetivamente, o fetichismo produz aparência – mercadorias –, inclusive a mercadoria visual que, como toda mercadoria, é *objetividade fantasmática* [...] daquilo que aparece. Trata-se da falsa objetividade da aparência, da facticidade de um estado falso, de um mundo objetivado, reificado” (2010, p. 223).

Os edifícios corporativos que surgem nas metrópoles contemporâneas são exemplos desse espetáculo onírico em um mundo de pesadelos. Como diria Marx, a plumagem da ave, nem de longe, diz o que ela realmente é. A condição de sua emergência é o predomínio do capital fictício, o seu móvel redentor é o capital a juros, a sua fórmula reificada é D-D'. “O capital é agora coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora amor no corpo. Tão logo esteja emprestado ou também investido no processo de reprodução [...] acresce-lhe o juro, esteja dormindo ou acordado, em casa ou em viagem, de dia ou de noite. Realiza-se assim no capital portador de juros [...] o desejo impiedoso do entesourador” (MARX, 1986, p. 295).

As considerações apresentadas neste capítulo sobre a metrópole capitalista, são ainda de caráter aproximativo. Os estudos realizados no âmbito da geografia, cuja metrópole se constitui objeto, guardam uma dimensão temática que foge inteiramente do escopo da nossa pesquisa. Se considerarmos, ainda, as pesquisas nas áreas de arquitetura e urbanismo, economia e política urbana, tornam-se ainda mais difícil contemplar as variadas abordagens acerca das múltiplas faces da metrópole contemporânea. Assim, o que podemos obter de mais efetivo em relação aos limites desta pesquisa são proposições de uma agenda de pesquisa que venha dar uma contribuição teórica e metodológica para o estudo da metrópole e suas formas fantasmagóricas como expressão da “cultura capitalista”.

Diante do exposto, acreditamos que podemos acrescentar algumas diferenciações metodológicas da investigação empreendida em relação ao que foi desenvolvido por Moraes e Costa a partir dos anos 1980 até as últimas publicações, do primeiro, nos anos 2000. A primeira observação refere-se, naturalmente, ao próprio ponto de partida da análise da valorização capitalista do espaço apresentada por Moraes e Costa, ou seja, o valor. Se partirmos da perspectiva marxiana, vamos notar que o próprio Marx, em os *Grundrisse*, havia também partido do valor para chegar ao conceito de capital em geral. Mas, uma reflexão crítica sobre esse modo de proceder, ainda baseado na lógica de Hegel, Marx passa para a análise do dinheiro e, desse modo, procurando derivar o capital da própria circulação de mercadorias, acreditando que a origem do capital se encontrava na mesma. Entretanto, em *Para a Crítica da Economia Política* e em *O Capital*, Marx parte do firme terreno materialista: a mercadoria.

A mercadoria, como unidade de valor, é também a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade de concreção das relações de produção-circulação. Se partirmos de imediato do valor acarretará a supressão do essencial do conceito e, igualmente, as mediações necessárias a sua compreensão. Além disso, teremos de dar como assente os resultados históricos do processo de divisão social do trabalho, a separação das condições de existência dos produtores diretos e etc., a existência autônoma do dinheiro e da força de trabalho no processo de circulação e, invariavelmente, relativizar a importância das categorias que derivam do processo de acumulação primitiva do capital.

Todavia, coloca-se também como necessidade metodológica estabelecer, em última análise, a diferenciação conceitual em relação ao trabalho. Há uma diferença

fundamental entre o “intercâmbio criador de valor de troca e o trabalho criador de valor de troca. No intercâmbio criador de valor de troca desenvolvem-se as primeiras categorias, supõe-se que as coisas trocadas são produtos do trabalho, mas o trabalho – na medida em que apenas seja trocado – não tem significado econômico. Apenas na passagem para o capital e no desenvolvimento da categoria lucro é que o trabalho adquire significado econômico: pois a categoria lucro (incluindo juros) coloca a pergunta sobre de onde vem a riqueza que é acumulada sob essa forma” (REICHELT, 2011, p.76).

Essa distinção entre intercâmbio criador de valor de troca e a força de trabalho criadora de valor de troca, torna-se relevante porque permite, igualmente, a distinção entre valorização *do* espaço e valorização *no* espaço. Se no primeiro caso, os meios naturais tornam-se produtos sem a mediação da força de trabalho, mas por ser propriedade privada garantem de imediato a existência da renda monopólio; no segundo caso, somente mediante a fixação de trabalho vivo ao solo, isto é, produção e valorização *no* espaço, podem aludir sobre a dedução de juros e lucros.

Além desse aspecto relacionado ao trabalho, acreditamos também que foi crucial para a adequação dos nossos estudos em relação ao objeto investigado, o aprofundamento teórico da categoria capital fixo, pois, permitiu compreender a relação entre juro e sistema de crédito e sua conexão com as formas de circulação do capital fixo como um dos pressupostos da valorização capitalista no espaço.

Referências

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Edição e Tradução: João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

BENJAMIN, Walter. O surrealismo: último instantâneo da inteligência européia. In: *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.21-35.

BENJAMIN, Walter. “Para uma crítica da violência”, in: *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. “Teses sobre o conceito da história”. In: Löwy, Michael. *Alarme de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Willi Bolle (Org.); Matos, O. C. F. (Col.). Tradução: Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas – V. 2: Rua de mão única**. Tradução: Rubens R. Torres Filho e José Carlos M. Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BENJAMIN, W. **O Capitalismo como religião**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, **Obras Escolhidas**, 1987.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Willi Bolle (Org.); Matos, O. C. F. (Col.). Tradução: Irene Aron e Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BENJAMIN, W. **O Capitalismo como religião**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOLLE, Willi **Fisiognomia da Metrópole**: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Edusp, 2000.

CHASIN, J. **Marx: o estatuto ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

COSTA, Wanderley M. da O Problema do Método nas Ciências Sociais. Revista Borrador nº 1, São Paulo: AGB-SP, 1982.

COSTA, Wanderley M. da O espaço como categoria de análise. **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 2, 1983, p.45-53.

COSTA, Wanderley M. da A Valorização do Espaço. **Revista Orientação**, nº 5, FFLCH - USP, São Paulo, 1985.

COSTA, W. M. da **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

COTRIM, I. **Karl Marx**: a determinação ontonegativa originária do valor. São Paulo: Alameda, 2011.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Wellington Durães As Exposições Universais e suas Fantasmagorias. **WALTER BENJAMIN: experiência histórica e imagens dialéticas**; Orgs. MACHADO, Carlos E. J.; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter Breve leitura do Espaço-tempo nas Passagens de Walter Benjamin: contribuições para compreensão geográfica do capitalismo. Goiânia: **Boletim Goiano de Geografia** (Online), v. 36, n. 2, mai./jul. 2016, p. 359-378.

GODOY, P. R. T A Teoria Marxista do Valor e o Fetichismo da Mercadoria. **II Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises** www.seminariomarx.com.br. Uberlândia, 10 a 12 de maio de 2016, p 1-11.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 33, 2011, p. 09-30.

GRESPLAN, Jorge **O Negativo do Capital** – o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRESPLAN, J. Fetiche e Alegoria. In: Machado, Carlos E. J.; Machado Jr., Rubens; Vedita, Miguel (Orgs.) **Walter Benjamin – experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 51-58.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo (1ª edição), 2013.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. Sobre reajustes espacio-temporales y acumulación mediante desposesión. Tradução: Enrique Rodríguez. **Revista Viento Sur** (Estado español), 2006, p. 14-38.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo (1ª edição), 2013.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HEINRICH, Michel Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea. Tradução: Leonardo Marques. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 38, 2014, p. 29-40.

KANG, Jaeho. “O espetáculo da modernidade”. Revista *Novos Estudos CEBRAP*, n.84, julho 2009, São Paulo, pp.215-233.

LUKÁCS, György *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética história*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György Prolegômenos Para Uma Ontologia do Ser Social I. Tradução: Lya Luft; Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György Para Uma Ontologia do Ser Social II. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, Ernest A Teoria do Valor-Trabalho e o Capitalismo Monopolista. **Revue Quatrième Internationale**, nº32, 25e année, novembre-décembre 1967.

MARX, K. **A Origem do Capital**: a acumulação primitiva. Tradução: Walter S. Maia. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução: José Carlos Bruni. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril/Cultural, 1974.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro IV de O Capital, **volume I**. Tradução: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **O Capital** – Livro III, Vol. 6. – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MARX, K. **O Capital** – crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Abril, Volume IV, 1986.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Livro IV de O Capital, **voluma I**. Tradução: Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução: João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **Salário, Preço e Lucro**. Tradução: Eduardo Saló. Bauru: Edipro, 2004.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política – Manuscrito de 1861-1863** (Cadernos I a V) Terceiro Capítulo – O Capital em geral. Tradução: Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MARX, K. **Grundrisse** – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: Maria Duayer e Nélío Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital - Livro I** – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital – Livro II** – O Processo de Circulação do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Tradução: José Paulo Netto; Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O Capital – Livro III** – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. Tradução: José Paulo Neto. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATOS, Olgária C. F. **Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollenberg Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Atual. **EconomiA**, Brasília(DF), v.12, n.3, p.475–496, set/dez 2011.

MOLLO, M. de L. R. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 37, 2013, p. 47-66.

MORAES, A. C. R. Em Busca da Ontologia do Espaço. **Geografia: Teoria e Crítica** – o saber posto em questão. MOREIRA, R. (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 43-51.

MORAES, A. C. R. Fixação do valor e capital fixo. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 72, 1984a, p. 83-93.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORAES, A. C. R. Valor, espaço e a questão do método. Marco Aurélio Nogueira; Gildo Marçal Brandão; J. Chasin; Nelson Werneck Sodré. (org.). São Paulo: **Temas de Ciências Humanas**. Livraria Editora Ciências Humanas, v. 5, 1979, p. 59-73.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984b.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil** – capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2014, p. 9-39.

MORAES, A. C. R. A Afirmação da Territorialidade Estatal no Brasil: uma introdução. In: Questões Territoriais na América Latina, Amalia Inés G. de Lemos; María Laura Silveira; Mónica Arroyo (Orgs.). Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006, p. 41-54.

QUERIDO, Fabio Mascaro. *Fetichismo e fantasmagorias da modernidade capitalista: Walter Benjamin leitor de Marx*. **Revista Outubro**, 21. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/21/out21_08.pdf. 2013.s`

QUERIDO, Fabio Mascaro *Fetichismo e fantasmagorias da modernidade capitalista: Walter Benjamin leitor de Marx*. **Revista Outubro**: nº 21, 2º semestre 2013, p. 220-240.

RANIERE, Jesus **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

REICHELT, H. **Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx**. Tradução: Nélcio Schneider. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

REICHELT, Helmut Que método Marx ocultou? Tradução: Luciano C. Martorano. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 33, 2011, p. 67-82.

ROSDOLSKY, Roman **Gênese e Estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak Ilich **A Teoria Marxista do Valor**. Tradução: José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUBIN, I. I. **História do Pensamento Econômico**. Tradução: Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SEABRA, Odete C. de L. Pensando o processo de valorização e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 66, 1988, pp. 97-103.

SEABRA, O. C. DE L. Revista Geografares, nº9, p.49- 79, jul./Dez., 2011. Acesso: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares>.

SEABRA, O. C. de L. Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. Presidente Prudente: **Cidades**, v. 6, nº 10, 2009, p. 415-433.

Bibliografia Consultada

ALFREDO, Anselmo. Negatividade e acritica à crítica crítica: sobre espaço tempo e modernização. **CIDADES**, Presidente Prudente, v.6, n.10, 2010.

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente, abstração espacial. Fetice do capital e sociabilidade crítica. **Terra Livre**, São Paulo/SP, Ano 26, V.1, n. 34 p. 37-62 Jan-Jun/2010.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

AUGUSTO, André Guimarães Marx e as “robinsonadas” da Economia Política. Nova Economia: v.26 n.1, 2016, p.301-327.

BACKHAUS, H.G. Dialectique de la forme valeur. Paris: **Maspéro – Critique de l'Economie Politique**, nº 18, 1974, p. 1-16.

BENSAÏD, Daniel – **Marx, o intempestivo – grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOGO, Ademar A Linguagem das Mercadorias em Marx. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BOVO, José M. – A controvérsia sobre a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. São Paulo: **Perspectivas**, nº 5, 1982, p. 89-96.

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. São Paulo: **Cadernos Metrópole 18**, 2007, p. 15-38.

BOTTOMORE, Tom Dicionário do Pensamento Marxista. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BLAUT, J. M. Marxist geography. **Antipode**, vol. 7, nº 1, 1975, p. 1-90.

CAPEL, H. **Filosofía y Ciencia em la Geografía Contemporánea** – uma introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo, Contexto, 2004, pp. 51-83.

CARLOS, Ana Fani Alessandri A(re)produção do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri De la “Geografía de la acumulación” a la “Geografía de la reproducción”: um diálogo com Harvey. Barcelona: **Scripta Nova**, vol. XII, nº 270, agosto, 2008. Acesso: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-143.htm>.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.) **A Cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASAQUI, Vander Espacialidades, consumo e trabalho pelos olhos de Mr. Hulot: uma análise de *Playtime*, de Jacques Tati. São Paulo: comunicação & educação, Ano XIV, nº 3, set/dez 2009.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de Fetichismo e fantasmagoria no mundo do consumo. **ALCEU** - v. 13 - n.25, JUL./DEZ., 2012, p. 144 a 153.

CASTELLANOS, Donovan Adrián Hernández La ciudad de las fantasmagorías. La Modernidad urbana vista a través de sus sueños. Andamios: vol. 11, nº 25, mayo-agosto, 2014, p. 243-271.

CIPOLLA, Francisco P. A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 37, 2013, p. 67-90.

CONTEL, Fabio Betioli Espaço Geográfico, Sistema Bancário e a Hipercapilaridade do Crédito no Brasil. Salvador: **Caderno CRH**, v. 22, nº 55, jan./abr., 2009, p. 119-134.

DAMIANI, Amélia Luisa A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo a Partir de Fundamentos da Geografia Urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 5, 2009, p. 39-53.

DUSSEL, Enrique La Produccion Teorica de Marx un Comentario a los Grundrisse. Buenos Aires: **CLACSO**, 2002.

EAGLETON, Terry Marxismo e Crítica Literária. Tradução: Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ENGELS, Friedrich A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Botempo, 2010.

ESCOLAR, Marcelo Crítica do Discurso Geográfico. Tradução: Shirley Morales Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996.

FAUSTO, R. **Marx: lógica e política** – investigações para um reconciliação do sentido da dialética. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOLEGATTI, Luiza Gerald; SCHIAVINATTO, Iara L. Franco As Cidades de Jacques Tati: Novas Relações Sócio-Técnicas Presentes na Década de 50. Campinas: **Cordis**. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. 2011, p. 333-366.

FORBES, D. K. The articulation of modes of production: comments on Bradby. In: PEET, R. (org.) **An Introduction to Marxist Theories of Underdevelopment**. Austrália: National University Canberra, 1980, p. 201-209.

FOSTER, John B.; MAGDOFF, Fred – Financial Implosion and Stagnation – Back To The Real Economy. In: **Monthly Review**, dezembro de 2008. Em português: Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. In: **Revista da SEP**, nº 24, junho de 2009, p. 7-40.

GARNIER, J. P. Espace marxiste, espace marxien. In: **Espace géographique**, Tome 9, nº4, 1980, p. 267-275.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Arquitetura-Capital: a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAO/USP, 2010.

HARVEY, D. A recusa de Marx da teoria do valor. Trad.: Carine Botelho Previatti. **Geousp** – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 1, 2018, p. 257-264.

HARVEY, David O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAUG, Wolfgang F. *Crítica da estética da mercadoria*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

HEINRICH, Michael Karl Marx e o Nascimento da Sociedade Moderna. Tradução: Claudio Cardinali. São Paulo: Boitempo, 2018.

JAPPE, Anselm Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. Tradução: Silvio Rosa Filho. São Paulo: Limiar/Unifesp, vol. 1, nº 2 – 1º semestre. 2014, p. 4-29.

KANGUSSU, Imaculada Marx, Benjamin e Fetichismo da Mercadoria. Belo Horizonte: **Sapere Aude**, v.6 - n.11, 2º sem., 2015, p.213-224.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris, Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. **La pensée marxiste et la ville**. Paris: Casterman, 1972.

LOSURDO, Domenico. Como nasceu e como morreu o “marxismo ocidental”. Araraquara: **Estudos Sociológicos**, v.16, n.30, 2011, p.213-242.

LÖWY, Michael A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. Paris: **Revista Actuel Marx**, 18, 1995, p. 73-80.

LUXEMBURG, Rosa **A Acumulação do Capital** – Volume II. Tradução: Marijane Vieira Lisboa; Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LUKÁCS, György **Reboquismo e Dialética** – uma resposta aos críticos de História e consciência de classe. Tradução: Nélcio Schneider; Michael Löwy; Nicolas Tertulian. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARTINS, José de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

McLELLAN, David Karl Marx: vida e pensamento. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MOREIRA, R. Geografia Práxis. São Paulo: **Revista de Cultura** – Vozes, ano 74, vol. LXXIV/maio, nº 4, 1980, p. 19-30.

MÜLLER, M. Prefácio. In: GRESPAN, J. **O Negativo do Capital**. Dão Paulo: Expressão Popular, 2012.

MÜLLER, Marcos Lutz Exposição e Método Dialético em “O Capital”. Belo Horizonte: Boletim Seaf, nº 2, 1982.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: Serviço Social – Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: **CFESS / ABEPSS**, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de É Possível uma Geografia Libertadora. São Paulo: **Revista de Cultura** – Vozes, ano 74, vol. LXXIV/maio, nº 4, 1980, p. 13-18.

PRADO, Eleutério F. S. Exame crítico da teoria da financeirização. Campinas: **Crítica Marxista**, nº 39, 2014, p. 13-34.

PRADO, Eleutério F. S. – Da posição e da deposição histórica do valor. In: Marx e o Marxismo. **Revista do NIEP**, vol. 1(1), 2013, p. 108-133.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Tradução: Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUERIDO, Fabio Mascaro Rememoração revolucionária. São Paulo: **Margem Esquerda**, Nº 18, junho, 2012, p. 106-121.

RAMOS, Aluísio W. A Cidade Como Negócio: aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na Barra Funda e na Água Branca (Município de São Paulo) um exame crítico da Operação Urbana Água Branca e do Projeto “Bairro Novo”. Tese. Universidade de São Paulo – FFLCH, 2006.

RANIERI, Jesus Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. **III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y**

los desafíos del Siglo XXI “Caminos hacia el poder revolucionario en el siglo XXI: clases, movimientos sociales y partidos políticos.” La Habana, del 3 al 6 de mayo de 2006.

ROMERO, Daniel Marx e os escafandristas. A pré história do conceito de subsunção do trabalho ao capital. Campinas: **Revista Outubro**, nº 11, 2004, p. 111-129.

SANTOS, M. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, César R. Simoni Dos Negócios na Cidade à Cidade como Negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. Presidente Prudente: **CIDADES**, v. 3, n. 5, 2006, p. 101-122.

SANTOS, Francisco Rogelio dos. Fantasmagoria: a chave para a compreensão da modernidade em Walter Benjamin. Fortaleza: **Cadernos Walter Benjamin** nº 17, 2018, p. 77-93.

SILVA JÚNIOR, José Valdo Barros. O Fetichismo: para uma crítica radical do trabalho abstrato-concreto. Investigações sobre a Teoria do Valor de Marx. Tese. Universidade Federal de Fortaleza. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2010.

SOBARZO, Oscar A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação. São Paulo: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, Nº 19, 2006, pp. 93 – 111.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a Construção do Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 09-20, 2000.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos Trópicos: história dos naufragos de uma Jangada de Pedras?. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n.17, p. 119-138, 2001.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Território em Cena: Geografia, Cinema e Imperialismo. **Revista da Faculdade de Letras. Geografia** (Universidade do Porto), v. II, p. 155-160, 2008.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Os ventos do norte não movem moinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, p. 15-31, 2008.

TAUILE, J. R.; FARIA, L. A. E. As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx. São Paulo: **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 1 (73), janeiro/março, 1999, p. 158-181.

TEIXEIRA, Francisco *Os Limites do Capital* de David Harvey: para a reconstrução da teoria marxiana das crises. São Paulo: **Crítica Marxista**, n. 39, 2014, p. 163-172.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime Marx e o Método. São Paulo: Editora Moraes, 1994.